

JULIANO AMENGUAL TATSCH

**O GROSSO CALIBRE DAS PALAVRAS:
UM ESTUDO DA COBERTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ZERO HORA**

Porto Alegre

2007

JULIANO AMENGUAL TATSCH

**O GROSSO CALIBRE DAS PALAVRAS:
UM ESTUDO DA COBERTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ZERO HORA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Comunicação Social – Jornalismo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Departamento de Comunicação

Orientador: Wladimir Netto Ungaretti

Porto Alegre

2007

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que não poderão ler este trabalho, que não poderão estudar nesta Universidade. A todos aqueles que vivem à margem do sistema e que ousam se revoltar contra as injustiças. A todos eles, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTO

A Deus.

À minha família que esteve presente de forma marcante em todos os passos desta caminhada.

Ao meu orientador Wladimir Ungaretti por me inocular o vírus da subversão.

Aos meus colegas que transformaram os intervalos das aulas em momentos de profundo aprendizado.

À sociedade brasileira que subsidiou estes cinco anos de formação.

Num mundo que prefere a segurança à justiça, há cada vez mais gente que aplaude o sacrifício da justiça no altar da segurança. Nas ruas das cidades são celebradas as cerimônias. Cada vez que um delinqüente cai varado de balas, a sociedade sente um alívio na doença que a atormenta. A morte de cada malvivente surte efeitos farmacêuticos sobre os bem-viventes.

Eduardo Galeano, em De Pernas Pro Ar – A Escola do Mundo ao Avesso

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise das coberturas de segurança pública no estado do Rio Grande do Sul, realizadas pelo jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, nos meses de janeiro, fevereiro e março dos anos de 2003 e 2007. Inicialmente, apresentaremos o olhar teórico com o qual embasamos e através do qual realizamos a pesquisa. Na seqüência, apresentamos as questões metodológicas, divididas entre uma discussão acerca do método e os procedimentos técnicos para se realizar a pesquisa. E, para finalizar, realizamos a análise propriamente dita, dividida em três partes e com cada uma delas “dialogando” com a outra. O objetivo deste trabalho é analisar o modo como o jornal realizou suas coberturas jornalísticas em duas épocas distintas, encontrar as semelhanças e as diferenças, e, destarte, contribuir para os estudos do jornalismo impresso no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: jornalismo – segurança pública – criminalização da miséria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 OLHAR TEÓRICO	14
1.1 A MODERNIDADE	14
1.2 O NEOLIBERALISMO.....	15
1.3 A CRIMINALIZAÇÃO DA MISÉRIA.....	17
1.4 O PAPEL DA MÍDIA.....	34
1.5 OS PADRÕES DE MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO	35
2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE PESQUISA.....	41
2.1 DISCUSSÃO ACERCA DO MÉTODO.....	41
2.2 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE PESQUISA.....	44
3 UNIVERSO DE PESQUISA.....	48
3.1 O GRUPO RBS	48
3.1.1 Zero Hora: Breve História do jornal	49
3.2 O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	52
3.2.1 O contexto político-social do Estado nos períodos analisados	53
3.3 ANÁLISE DA COBERTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ZERO HORA.....	57
3.3.1 Análise Isolada.....	58
3.3.2 Análise Cruzada com os Dados Estatísticos	72
3.3.3 Análise Comparativa.....	82
3.3.4 Análise especial: coluna “Sua Segurança”	87
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXOS	100

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Inflação da população prisional na América 1992 - 2003	19
Tabela 2: Evolução do sistema penitenciário brasileiro 2000 - 2007	31
Tabela 3: Palavras e expressões-chave mais usadas em 2003	58
Tabela 4: Palavras e expressões-chave mais usadas em 2007	60
Tabela 5: Fontes consultadas em 2003	62
Tabela 6: Fontes consultadas em 2007	64
Tabela 7: Locais em que ocorre a cobertura de segurança pública em 2003	70
Tabela 8: Locais em que ocorre a cobertura de segurança pública em 2007	71
Tabela 9: Relação entre o número de mortes oficiais e o número de mortes noticiadas	84
Tabela 10: Relação entre número de mortes e número de manchetes principais de capa	85
Tabela 11: Relação entre número de mortes e número de manchetes secundárias de capa	86
Tabela 12: Relação entre número de mortes e número de manchetes na contracapa	86
Tabela 13: Relação entre número de mortes e número de chamadas de capa	87
Tabela 14: Panorama da coluna “Sua Segurança” no mês de janeiro de 2007	89
Tabela 15: Panorama da coluna “Sua Segurança” no mês de fevereiro de 2007	89
Tabela 16: Panorama da coluna “Sua Segurança” no mês de março de 2007	90

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Proporção de pretos e pardos ocupados por anos de estudos.....	23
Figura 2: Proporção de brancos ocupados por anos de estudos	24
Figura 3: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no RS.....	25

INTRODUÇÃO

O fazer jornalístico compreende diversas facetas. É possível se fazer jornalismo de modos bastante distintos, sem que isso signifique um modo melhor ou pior do que o outro. O texto jornalístico pode ser parcial, com uma posição claramente assumida, ou imparcial, com ela não explicitada. Objetividade e subjetividade são duas outras características que um texto jornalístico pode ter. Objetividade é relatar exatamente o que ocorreu sem tirar nenhum juízo de valor, ser direto, preciso e claro. Subjetividade é abordar determinado assunto com um determinado ponto de vista, sendo este, também, claro e aberto. Não existe consenso sobre qual *modus operandi* é o mais correto ou o mais adequado. Ambos são praticados, uns mais usualmente, outros em textos e veículos mais específicos.

O jornalista não escolhe qualquer acontecimento e o torna uma notícia. Diante de determinada situação, ele “filtra” aquilo que acredita ser o mais importante, a fonte mais importante, a imagem mais importante, a declaração mais importante, e despreza outras informações que estão a sua volta, mas que ele considera menos relevantes. Segundo Bourdieu, “os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras, e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (BOURDIEU, 1997 apud TRAQUINA, 2005, p.77)

Durante o processo de escolha de uma pauta, de um assunto que merece ser abordado nas páginas de um jornal, ou em um noticiário de rádio ou em um telejornal, por exemplo, o jornalista também realiza seu processo de “filtragem”. Todos os dias, mesmo antes de abrimos o jornal, já temos uma idéia de que assuntos e temas leremos a seguir. Isso se dá em razão da existência de critérios de noticiabilidade. Traquina¹ define o conceito de

¹ TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo – Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Desse modo, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento é susceptível de se tornar notícia, possuindo, destarte, “valor-notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 63).

O pesquisador italiano Mauro Wolf foi quem fez a distinção dos valores-notícia em dois tipos: valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção. Os primeiros, segundo Wolf (apud TRAQUINA, 2005, p. 78), dizem respeito aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos. Já os valores-notícia de construção, são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material. Para Traquina, aqueles são a morte, a notoriedade, a proximidade, a relevância, a novidade, o tempo, a notabilidade, o conflito, a infração, o escândalo, a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade, a concorrência e o dia-noticioso, e estes são a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância.

Voltando ao que foi dito alhures, objetividade e subjetividade se contrapõem como modo de se abordar um tema jornalisticamente. Não se pode considerar a nenhum dos dois modos como errado. É possível se fazer bom jornalismo sendo objetivo ou subjetivo ao tratar um assunto. A objetividade é o modo mais difundido pelo jornalismo noticiarista diário. Ser subjetivo, entretantes, não é ruim. Exemplos de excepcionais jornalistas que faziam de seus textos verdadeiros espelhos de suas opiniões existem em profusão: Gay Talese, Hunter Thompson, Joseph Mitchell, Joel Silveira, entre outros.

O problema passa a existir a partir do momento em que ou o texto objetivo, ou a foto desprestenciosa, ou o título escolhido transmitem uma subjetividade implícita, não demonstrada de forma clara e aberta. Quando isso ocorre, o leitor lê o texto ou observa a fotografia e não percebe a idéia e a informação que está sendo transmitida implicitamente, acreditando que tudo que está a sua frente é a única e mais absoluta verdade.

Essa subjetividade escondida, ou implícita, pode se apresentar de diversas formas: através do uso repetitivo de palavras ou expressões, através de uma super abordagem de um assunto, através de uma imagem que não mostra realmente o ocorreu, através da escolha das mesmas fontes ou de fontes oriundas de um mesmo local, etc.

Neste trabalho, analisaremos o modo como o jornal Zero Hora fez a cobertura da área de segurança pública no estado do Rio Grande do Sul, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de dois anos distintos, mas que possuem entre si uma relação idêntica: foram os primeiros anos de dois novos governos de Estado. Os anos a serem analisados são os de 2003, primeiro ano do governo de Germano Rigotto, e o de 2007, primeiro ano do governo de Yeda Crusius.

Para a realização deste, utilizei-me de dois métodos de análise distintos, que, se realizados conjuntamente, resultam em um estudo mais aprofundado e correto: análise de conteúdo e comparação. As edições do jornal dos diferentes anos serão analisadas e comparadas, e, através dos dados estatísticos que indicam os índices de criminalidade no Estado dos meses estudados, realizaremos um cruzamento, confrontando os dados com o modo com que o assunto foi tratado nas páginas do jornal.

O porquê da escolha deste suporte se justifica em razão de ele ser o principal jornal do Rio Grande do Sul, um dos principais do Brasil, possuir um inegável poder como formador de opinião e, não raro, pautar discussões e debates na sociedade. Além disso, Zero Hora sempre publicou em suas páginas notícias relativas à segurança pública e violência no Estado. A editoria de polícia é uma das principais do jornal e as páginas dedicadas a ela possuem um considerável destaque. Cabe, portanto, fazer uma análise detalhada e cuidadosa das matérias sobre violência e segurança e os métodos de abordagem do assunto no jornal, para, assim, poder-se chegar a uma conclusão sobre o modo como o veículo trata a questão baseada em dados científicos e comprovada empiricamente.

Como o jornal publica constantemente matérias sobre o tema e seria, portanto, inviável fazer um estudo de tão abrangente material, resolvi escolher as matérias que tratam sobre questões relativas à violência e segurança pública no estado do Rio Grande do Sul somente. O material a ser analisado compreende 180 edições do jornal, publicadas durante os períodos de tempo já citados alhures.

A violência foi muito abordada por Zero Hora durante o período analisado, tanto em matérias assinadas e não-assinadas, quanto em editoriais, artigos e colunas de opinião, produzindo, assim, uma quantidade considerável de material para ser estudado.

O meu objeto de pesquisa, mais especificamente, são as capas e as contra-capas do jornal, incluindo-se aí as manchetes, as fotos e as chamadas; as matérias e as reportagens, assinadas ou não. Os artigos, os editoriais e as colunas de opinião também serão alvo de abordagem neste trabalho. As capas do jornal serão analisadas porque é através da capa que o jornal se apresenta para os seus leitores, é na capa que ele mostra quais são as notícias mais importantes do dia na opinião de sua equipe de editores.

As matérias e reportagens jornalísticas serão analisadas porque, de uma forma ou de outra, exprimem a visão editorial do veículo. Por mais que possuam os preceitos de um bom texto jornalístico, as matérias de um jornal possuem um ponto de vista, como afirma Bourdieu, são a visão do repórter sobre determinado fato, sendo que, esse olhar, em boa parte das vezes, é condicionado pela linha editorial do jornal. E os artigos, os editoriais e as colunas de opinião serão analisados porque, no caso dos artigos, a publicação deles é resultado de uma escolha do jornal, já as colunas de opinião são escritas por profissionais contratados pelo jornal, e imagina-se que uma opinião que seja totalmente contrária à da empresa não será publicada, ou talvez, nem produzida, e os editoriais porque exprimem a opinião do jornal e da empresa sobre determinado assunto.

É importante e, principalmente, necessário frisar que, para a execução deste, parto de alguns pressupostos, e isso resulta no fato de que alguns conceitos e idéias serão apenas citados em alguns casos e, em outros, nem isso. Também é importante dizer que este trabalho não visa a comprovação de hipóteses pré-estabelecidas ou a busca para se chegar a conclusões pré-desejadas. Este estudo é, acima de tudo, exploratório. Com ele, buscamos descobrir como foram feitas as duas coberturas citadas alhures, encontrar diferenças e proximidades, e, a partir disso, buscar achar as razões e as maneiras de como isso ocorreu.

O objetivo deste trabalho é dar uma breve contribuição ao estudo da cobertura jornalística da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul, não abordando, portanto, todas as possibilidades de análise existentes. A temática da segurança é sempre atual quando se trata de analisar a cobertura dos veículos de comunicação sobre o assunto. Diversos trabalhos já foram feitos a respeito do tema, tratando-o das mais variadas maneiras, e outros tantos, sem sombra de dúvidas, virão pela frente. O presente trabalho, apesar de ser mais um em tão diversa gama de estudos, apresenta-se de modo a buscar responder perguntas ainda não respondidas.

1 OLHAR TEÓRICO

1.1 A MODERNIDADE

A modernidade trouxe junto consigo uma série de transformações que reestruturaram o modo de vida nas sociedades contemporâneas. O modo como a criminalidade e as infrações às leis são tratadas foi um dos pontos que sofreram alterações muito significativas com o advento da modernidade. Segundo Marshall Berman², a modernidade é um tipo de experiência vital, experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida, que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo. “Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1986, p.15).

Para Berman, a experiência ambiental da modernidade anula todas fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia. Segundo ele, essa aparente unidade que a modernidade dá à espécie humana é uma unidade paradoxal, pois despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia.

Segundo Alain Touraine, “a idéia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi a afirmação de que o homem é o que ele faz”. Para Touraine, portanto, “deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões”.³ A modernidade, para Touraine, é o resultado do “triunfo da razão”, pois somente ela estabelece

² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p. 15.

³ TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9.

uma correspondência entre a ação humana e a ordem do mundo. Touraine diz ainda que a modernidade é a difusão dos produtos da atividade *racional*, científica, tecnológica, administrativa. Por isso, de acordo com o autor, ela implica a crescente diferenciação dos diversos setores da vida social: política, economia, vida familiar, religião, arte em particular, porque a racionalidade instrumental se exerce no interior de um tipo de atividade e exclui que qualquer um deles seja organizado do exterior.⁴

Para Francisco Rüdiger, a modernidade coincide, como era, com o progresso do projeto de tornar o homem sujeito e construir uma sociedade capaz de permitir sua realização como indivíduo. Em outras palavras, libertá-lo das autoridades míticas e das opressões do tradicionalismo. Segundo Rüdiger, a realização desse projeto, todavia, revelou-se problemática, na medida em que o progresso da razão é gerador de um avanço que não pode ser separado da criação de novas sujeições e dependências, responsáveis pelo aparecimento de sintomas regressivos na cultura e de uma silenciosa coisificação da humanidade.⁵

1.2 O NEOLIBERALISMO

Junto com a modernidade, surge a Globalização. E, junto com a Globalização, se apresenta o “paradigma econômico e político que define o nosso tempo”⁶: o neoliberalismo. Robert McChesney⁷ afirma que o neoliberalismo “consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais” (McCHESNEY, Robert W. apud CHOMSKY, 2002, p. 7). Para o mesmo pesquisador, os resultados das políticas neoliberais são catastróficos.

As conseqüências econômicas dessas políticas têm sido as mesmas em todos os lugares e são exatamente o que se poderia esperar: um enorme crescimento da desigualdade econômica e social, um aumento marcante da pobreza absoluta entre as nações e povos mais atrasados do mundo, um meio ambiente global catastrófico, uma economia global instável e uma bonança sem precedentes para os ricos. (McCHESNEY, Robert W. apud CHOMSKY, 2002, p. 8)

⁴ TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 17.

⁵ RÜDIGER, Francisco. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade: Fundamentos da Crítica à Indústria Cultural em Adorno*. 2ªed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. p. 17.

⁶ McCHESNEY, Robert W. apud CHOMSKY, 2002, p. 7.

⁷ Robert McChesney é professor de Comunicações na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign e co-fundador da entidade para reformulação da mídia *Free Press*.

Segundo McChesney, em países menos desenvolvidos, a doutrina neoliberal proporciona conseqüências mais fortes ainda, se compararmos com nações mais solidificadas, política, econômica e culturalmente. “O neoliberalismo funciona melhor num ambiente de democracia eleitoral formal, mas no qual a população é afastada da informação, do acesso dos fóruns públicos indispensáveis a uma participação significativa na tomada de decisões” (McCHESNEY, Robert W. apud CHOMSKY, 2002, p. 9). Destarte, para o estudioso, o sistema neoliberal tem um subproduto importante e necessário: uma cidadania despolitizada, marcada pela apatia e pelo cinismo.

Noam Chomsky⁸ considera que o neoliberalismo é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla. O sistema se caracteriza, segundo ele, pela liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado, fim da inflação, e privatização.⁹ De acordo com Chomsky, o sistema neoliberal prega que os governos devem “ficar fora do caminho”, se envolvendo o mínimo possível em questões essenciais, o que, para o pesquisador norte-americano, significa, conseqüentemente, fazer com que, no caso de um governo democrático, a população também não se envolva.

Ficam deveras claras as conseqüências que o sistema neoliberal produz, sendo estas multiplicadas em se tratando de países subdesenvolvidos. Com os governos sendo excluídos das alçadas tomadoras de decisões, as populações que os elegeram como seus representantes legais ficam órfãs, não possuindo nenhuma representatividade política, quem dirá econômica. Para Chomsky, o neoliberalismo é responsável direto pelos principais problemas enfrentados pelas nações subdesenvolvidas. “As doutrinas neoliberais, independentemente do que se pense delas, debilitam a educação e a saúde, aumentam a desigualdade social e reduzem a parcela do trabalho na distribuição da renda” (CHOMSKY, 2002, p. 36).

Chomsky coloca em cheque o conceito de democracia, quando fala que os povos são excluídos de toda e qualquer possibilidade de alguma decisão sobre os rumos de suas vidas. O neoliberalismo coloca o controle das ações nas mãos das entidades privadas, dos bancos, dos

⁸ Filósofo, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Boston, EUA, e ativista político norte-americano. Autor de diversas obras que abordam questões relativas à política, economia e cultura, entre elas, *Contendo a Democracia, Poder e Terrorismo, O Governo no Futuro e O Império Americano*.

⁹ CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed., 2002, p. 22.

grandes conglomerados multinacionais e dos especuladores financeiros. O Estado perde as suas funções pétreas e passa apenas a controlar a população para que esta não ouse mudar a situação.

A democracia está sendo atacada no mundo inteiro, até mesmo nos principais países industrializados; pelo menos a democracia no sentido significativo da palavra, que supõe oportunidades para as pessoas tratarem de seus próprios assuntos coletivos e individuais. (CHOMSKY, 2002, p. 102)

Destarte, os povos vivem em um clima de perfeita democracia: com eleições diretas para todos os governantes em todos os níveis, liberdade de imprensa, liberdade de expressão, possibilidade de associação, etc. O que ocorre, entretanto, é que essa “liberdade” se dá de modo ilusório. Os veículos de comunicação estão nas mãos de poucas famílias e de políticos, qualquer tipo de manifestação popular mais forte é prontamente reprimida pelos órgãos policiais e os governantes e parlamentares eleitos não possuem nenhum compromisso com quem os elegeu.

1.3 A CRIMINALIZAÇÃO DA MISÉRIA

*Combata a fome e a pobreza! Coma um pobre!*¹⁰

A criminalidade é uma das conseqüências desse rol de ilusões. O povo é livre, pode, portanto, fazer o que quiser, desde que as suas vontades estejam sujeitas as vontades do “senhor mercado”. Dentro deste contexto, temos pessoas livres, mas que não tem oportunidades, o resultado é o que se vê diariamente nas páginas policiais dos jornais. “Liberdade sem oportunidades é um presente diabólico, e a negação dessas oportunidades, um crime”. (CHOMSKY, 2002, p. 101)

A partir do momento em que se dá “liberdade” para os indivíduos e não se faz a mesma coisa em relação às oportunidades, sejam elas educacionais, políticas, culturais ou sociais, estes se encontram em uma situação em que se sentem no direito de requerer junto à

¹⁰ Frase retirada de um muro de Buenos Aires e extraída do livro *De Pernas Pro Ar – A Escola do Mundo ao Avesso*, de Eduardo Galeano.

sociedade o que lhes é de direito, não importando o modo como isso será feito. As políticas de encarceramento dos pobres surgem como uma forma de controlar essas massas.

Os conceitos de “eficiência” e “economia saudável”, prediletos dos ricos e privilegiados, não têm nada a oferecer aos crescentes setores da população que não dão lucro e que são empurrados para a pobreza e o desespero. Se não puderem ser confinados nas favelas, terão de ser controlados de um outro modo qualquer. (CHOMSKY, 2002, p. 136)

Esse “modo qualquer” que Chomsky fala, se concretiza na punição e na criminalização da miséria. É nesse ponto que cabe falar sobre os estudos de Loïc Wacquant¹¹. Em suas obras, o pesquisador francês trabalha, principalmente, com a idéia de criminalização da miséria e conseqüente encarceramento dos pobres. Wacquant se alinha às idéias de Chomsky em relação às conseqüências devastadoras do neoliberalismo para as sociedades contemporâneas, principalmente para os mais pobres.

Wacquant afirma que o neoliberalismo traz consigo, intrinsecamente, um paradoxo: pretende remediar o “menos Estado” econômico e social, que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança, objetiva e subjetiva, com um “mais Estado” policial e penitenciário¹². Para o sociólogo, o paradoxo existe e é deveras claro porque é “justamente porque as elites do Estado diminuem suas prerrogativas na frente econômica e social que é preciso aumentar e reforçar suas missões em matéria de ‘segurança’”(WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p.7).

A idéia apresentada por ele coloca a criminalidade como uma conseqüência direta da diminuição ou, em alguns casos até, da eliminação do papel social do Estado, prática que é, também, conseqüência do neoliberalismo. Para Wacquant, os principais atingidos pelas políticas neoliberais são os jovens. Estes, principalmente os pobres e os negros, sofrem de algumas “punições” sociais as quais os mais velhos já não sofrem mais: educação exígua, ações culturais idem, famílias desestruturadas e tempo ocioso, na medida em que, sem uma

¹¹ Professor na Universidade de Califórnia-Berkeley e pesquisador no Centro de Sociologia Européia do Collège de France. Autor de vários trabalhos sobre desigualdades urbanas, violência e corpo, dominação racial e teoria sociológica. Autor de diversas obras, entre elas *Convite à sociologia reflexiva* (com Pierre Bourdieu), *Punir os pobres*, e *Os condenados da cidade*.

¹² WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001, p. 7.

escola que lhe atraia, sem atividades culturais e esportivas que o atraíam e sem emprego, pois não possuem a experiência e a qualificação necessária, há muito tempo sobrando sem nada o que fazer. A falta de oportunidades coloca o jovem em uma situação em que o único modo de ele obter aquilo que teria de ser seu por direito é através da criminalidade.

Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no "capitalismo de pilhagem" da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano. (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 8)

Com um Estado menos presente nas esferas sociais e econômicas, as pessoas deixam de ter as suas necessidades básicas atendidas, o desemprego ou o sub-emprego crescem, os acessos à saúde pública de qualidade, à educação pública gratuita e de qualidade, à justiça, às instâncias detentoras de poder, entre outros, escasseiam. A criminalidade surge como uma resposta a tudo isso.

É deveras claro o modo como as políticas de encarceramento se tornaram políticas de Estado nas nações em que o neoliberalismo é o sistema político e econômico existente. O crescimento das populações carcerárias no decorrer dos anos mostra objetivamente e não deixa dúvidas a respeito.

Tabela 1: Inflação da população prisional na América 1992 - 2003

Países	1992	1995	1999	2003	Crescimento
Argentina	21.013	25.852	38.604	60.000	185 %
Brasil	114.377	148.760	194.074	290.000	153 %
Costa Rica	3.346	4.200	6.467	8.000	139 %
México	87.726	92.623	139.707	177.000	101 %
Chile	20.989	22.023	30.852	37.000	76 %
Colômbia	33.491	37.428	57.068	58.000	73 %
Peru	17.350	21.057	27.452	29.000	67 %

Fonte: Sistema Penitenciário do Brasil: diagnósticos e proposta. DEPEN, MJ, Brasília, 2005.

Os dados da tabela 1 apresentam os números da inflação da população carcerária nas Américas no decorrer de 11 anos, de 1992 a 2003. Chama a atenção o crescimento exorbitante do número de presos na Argentina, no Brasil, na Costa Rica e no México, onde a população prisional mais do que dobrou e onde as políticas neoliberais transformaram-se em “estrelas-guia” dos sistemas político e econômico. Dos quatro países, em três se nota claramente as causas e as conseqüências da adoção do sistema. A Argentina sofreu diversas crises econômicas seguidas por grandes colapsos sociais durante o período, presidentes se sucederam sem cumprir o mandato, a economia quebrou e o contingente de miseráveis disparou. No Brasil, a onda de privatizações de bens públicos, em sua grande maioria superavitários, impostos e taxações cada vez maiores, economia superdependente do “humor” do mercado internacional e os bancos lucrando como nunca antes haviam lucrado. E no México, a criação do NAFTA, acordo através do qual somente os ricos dos dois países, Estados Unidos e México, se beneficiaram, deixando o ônus com as classes pobres.

Loïc Wacquant analisa cuidadosa e detalhadamente o modo como a política norte-americana de “tolerância-zero” derrubou as fronteiras do país e se espalhou pelo planeta, sendo adotada, primeiramente, na Europa, mais especificamente na Inglaterra e na França, e, logo em seguida, chegando à América Latina e, por conseqüência, ao Brasil. No caso brasileiro, ele vê um peso muito forte e presente dos vinte anos de ditadura militar na atual organização de Estado do país.

Pois, a despeito do retorno à democracia constitucional, o Brasil nem sempre construiu um Estado de direito digno do nome. As duas décadas de ditadura militar continuam a pesar bastante tanto sobre o funcionamento do Estado como sobre as mentalidades coletivas, o que faz com que o conjunto das classes sociais tendam a identificar a defesa dos direitos do homem com a tolerância à *bandidagem*. De maneira que, além da marginalidade urbana, a violência no Brasil encontra uma segunda raiz em uma cultura política que permanece profundamente marcada pelo selo do autoritarismo. (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 10)

O que o pesquisador diz é facilmente percebido. Não é necessário procurar muito para ouvir declarações do tipo “direitos humanos só protegem a bandidagem”, ou “direitos humanos para os humanos direitos”, ou, em casos ainda mais extremos, pessoas, inclusive algumas que possuem posições de destaque na mídia, afirmando que “no tempo da ditadura é que era bom, pois lá, bandido não tinha vez”.

Para Wacquant, dentro deste contexto, “desenvolver o Estado penal para responder as desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta” dos proletariados urbanos, “aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário” significa, na teoria e na prática, “(r)estabelecer uma verdadeira *ditadura sobre os pobres*”.¹³

Uma das principais razões apontadas por Wacquant para a ineficácia das ações de penalização da pobreza praticadas no Brasil é a situação em que se encontram os presídios do país. O pesquisador, que já foi professor visitante no Rio de Janeiro, define as penitenciárias brasileiras como “campos de concentração para pobres”, verdadeiras “empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais”. Local onde os indesejados pelo mercado, os não-consumidores, os excluídos do sistema e pelo sistema, são confinados. A prisão brasileira, e não só ela, não cumpre com o seu teórico papel de reabilitação, reeducação e reinserção do indivíduo na sociedade. Ela somente aumenta o estado de desestruturação em que se encontra o que para lá foi levado, retirando-o do convívio com os familiares, e colocando-o em um espaço onde a pobreza intelectual e cultural, a sujeira, a promiscuidade, a superlotação, entre outros, somente o desestruturam ainda mais.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. "Adestra" as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais - pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.¹⁴

Loïc Wacquant também aponta a violência policial como outra das razões do não-funcionamento das políticas de “tolerância zero” no Brasil. As populações miseráveis dos morros, das vilas e das favelas sentem-se extremamente intimidadas quando da presença dos

¹³ WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001, p. 10.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p. 143.

esquadrões policiais dentro dessas comunidades. Os traficantes são alvo de um respeito muito maior e de um temor menor dos moradores do que os policiais. O verdadeiro “terror” nesses locais ocorre quando a polícia, com seus “caveirões” ou quaisquer outros tipos de veículos blindados e fortemente armados adentra pelas ruas, deixando para trás corpos e mais corpos, muitos deles de pessoas inocentes, espalhados pelo chão.

*O interrogatório é muito fácil de fazer, pego o favelado e dá porrada até doer. O interrogatório é muito fácil de acabar, pega o favelado e dá porrada até matar. Bandido favelado não se varre com vassoura, se varre com granada, com fuzil, metralhadora.*¹⁵

Segundo afirma Wacquant, “a adoção das medidas norte-americanas de limpeza policial das ruas e de aprisionamento maciço dos pobres, dos inúteis e dos insubmissos à ditadura do mercado desregulamentado”¹⁶ não irão diminuir em nada os índices de criminalidade brasileiros e fazer com que tenhamos uma democracia que não seja de fachada. O Brasil deve, aconselha o pesquisador, “lutar em todas as direções não contra os criminosos, mas contra a pobreza e a desigualdade, isto é, contra a insegurança social” que “impele ao crime e normatiza a economia informal de predação que alimenta a violência”.¹⁷

O erro das políticas de “tolerância zero” consiste em atacar violentamente as conseqüências e não as causas do problema. As medidas governamentais visando a criação de empregos escassearam de tal maneira, que o resultado só poderia ser um: massas de indivíduos desempregados, com muito tempo e sem nada o que fazer, e com extremas dificuldades para se sustentar e sustentar a família, que geralmente, nas classes mais pobres, é constituída por um considerável número de filhos. Para Wacquant, “a canonização do ‘direito à segurança’ é o correlato do abandono do direito ao trabalho, inscrito na Constituição, mas vilipendiado pela continuidade do desemprego em massa e pelo aumento dos assalariados em regime precário”.¹⁸

¹⁵ Música que o Bope (Batalhão de Operações Especiais) da Polícia Militar do Rio de Janeiro canta em seus exercícios físicos e denunciada nos jornais cariocas e nacionais em 2003.

¹⁶ WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001, p. 12.

¹⁷ WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001, p. 12.

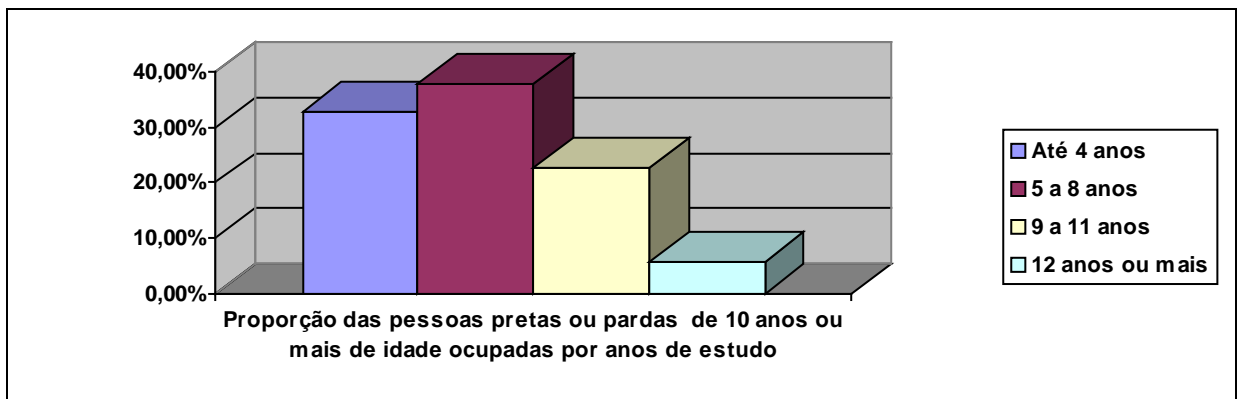
¹⁸ WACQUANT, Loïc. *Dissecando a “tolerância zero”*. Disponível em < <http://diploma.uol.com.br/2002-06,a336>> Acesso em 31 ago. 2007.

Dentro deste contexto, cabe ressaltar que os negros ou pardos são os que mais sofrem com o desemprego e com a falta de oportunidades. Existe uma discrepância muito grande em todos os indicadores sociais que relacionam brancos e negros. Um exemplo é a diferença entre o número de negros e o de brancos que estudam e dos anos de estudos que eles alcançam no Brasil.

O Rio Grande do Sul possui uma população total de 10.854.343 pessoas, sendo que, destas, 84,1% são brancas, 5,2% são pretas, 10,4% são pardas e 0,4% são amarelos ou indígenas.¹⁹ A média de anos de estudo da população preta gaúcha com 15 anos de idade ou mais é de 6,6 e a da população branca é de 7,6%.

Segundo dados de 2005 do IBGE²⁰, o Rio Grande do Sul possui 32,9% de pretos ou pardos com até 4 anos de estudo trabalhando e 5,8% de pretos ou pardos com mais de 12 anos de estudos na mesma situação.

Figura 1: Proporção de pretos e pardos ocupados por anos de estudos



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

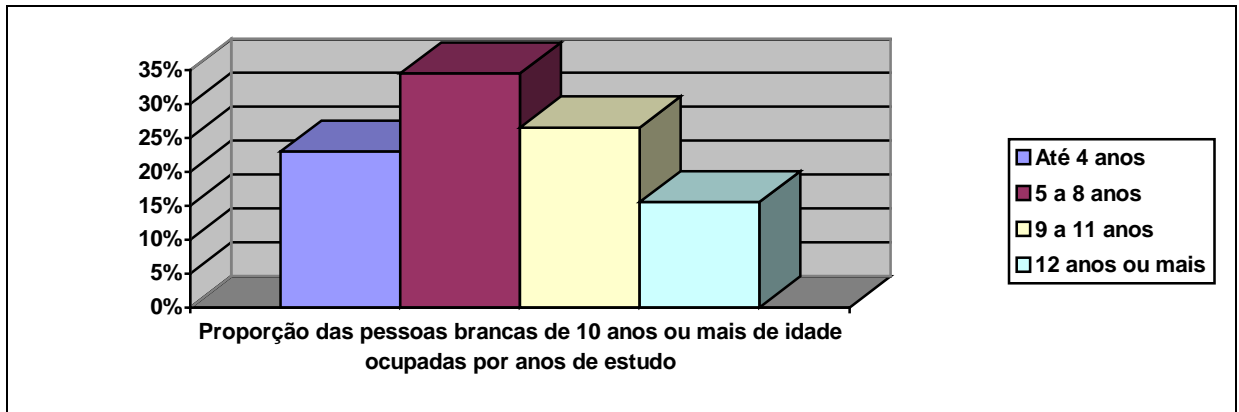
Já quando vamos observar a situação dos brancos, vemos um quadro bastante distinto. Segundo a mesma pesquisa do IBGE, o Estado tem 23,0% de brancos com até 4 anos de estudo trabalhando e 15,5% de brancos com mais de 12 anos de estudos ocupados. É analisando os dados e, posteriormente, a sociedade e os fatos à nossa volta, que percebemos

¹⁹ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005. Disponível em < www.ibge.gov.br > Acesso em 16 ago. 2007.

²⁰ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005. Disponível em < www.ibge.gov.br > Acesso em 16 ago. 2007.

como eles se comprovam na realidade. Basta caminharmos pelos corredores de escolas privadas, de faculdades, públicas e privadas, e de empresas e instituições de maior nível econômico e social para notarmos que o número de negros é muito inferior ao de brancos.

Figura 2: Proporção de brancos ocupados por anos de estudos



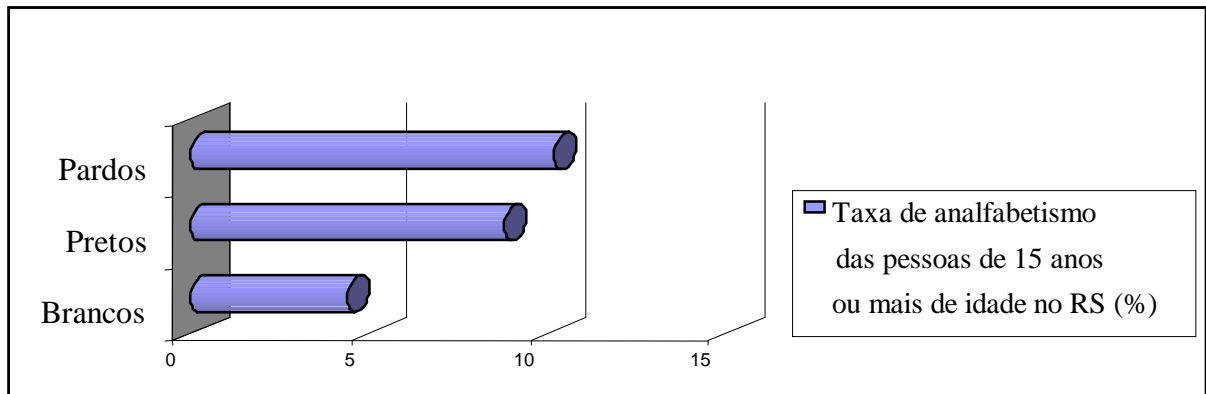
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Os dados mostram de maneira clara o modo como os negros sofrem uma diferença de tratamento na sociedade em relação aos brancos. Os números que mostram que apenas 5,8% de pretos ou pardos com mais de 12 anos de estudos estão trabalhando podem resultar em algumas conclusões: ou temos poucos negros com 12 anos ou mais de estudos ou os negros com mais de 12 anos de estudos não recebem as oportunidades merecidas. Possivelmente as duas conclusões estão corretas. Quando comparamos os dados com os referentes à população branca, fica evidente a diferenças de oportunidades que ambos recebem.

O resultado dessas diferenças é facilmente visualizado ao se analisar quem mora e qual é a situação dos bairros mais pobres das cidades gaúchas. A grande maioria dos moradores dos subúrbios, dos morros e das vilas é composta por negros. Um círculo vicioso se dá em razão de todas essas desproporções entre as raças. As discussões acerca da adoção do sistema de cotas raciais para a entrada de estudantes nas universidades federais são uma das provas em relação às desigualdades entre brancos e negros. Temos muito poucos negros nas universidades porque a grande maioria dos estudantes que nelas adentram são advindos do sistema educacional privado, e, neste, o percentual de jovens negros é ínfimo.

Para termos uma noção ainda mais clara da disparidade de oportunidades que existem para brancos e negros, basta dar uma olhada nas taxas de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais no Rio Grande do Sul, extraídas da mesma pesquisa do IBGE. Nos brancos essa taxa é de 4,4%, e nos negros ela é o dobro, 8,8% e nos pardos é ainda maior, 10,2%.

Figura 3: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no RS



Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

O resultado prático disso, é possível de se ver nas penitenciárias e cadeias do Estado. Os negros compõem 5,2% da população gaúcha²¹ e representam 12,28% da população carcerária do Estado²². Os pardos são 10,4% da população e 19,52% do contingente penitenciário. Já os brancos são 84,1% da população do Rio Grande do Sul e representam 67,69% da população encarcerada. O porquê dessa distorção nos números já foi dito alhures. Os negros, e também os pardos, não recebem as oportunidades que os brancos recebem, ficam desempregados, não fazem parte do “público alvo” neoliberal e acabam sendo retirados de circulação em consequência disso.

Na verdade, trata-se prioritariamente de um *encarceramento de diferenciação* ou de segregação, visando manter um grupo à parte e facilitar sua subtração do corpo societal (...) por oposição ao "encarceramento de autoridade" e o "encarceramento de segurança" (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 110)

²¹ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005 do IBGE, disponível no site www.ibge.gov.br.

²² Extraído de < <http://www.mj.gov.br/depen/> >, acesso em 06 Nov. 2007.

Loïc Wacquant explica em uma frase a política neoliberal de criminalização da miséria: “Supressão do Estado econômico, enfraquecimento do Estado social e fortalecimento e glorificação do Estado penal” (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 18). O neoliberalismo exige, como afirma Wacquant, um “menos Estado” no que diz respeito às intervenções sociais e econômicas, e também exige, com o mesmo ardor, um “mais Estado”, penal e punitivo “para mascarar e conter as conseqüências deletérias, nas regiões inferiores do espaço social, da desregulamentação do trabalho assalariado e da deterioração da proteção social” (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 21).

De acordo com Wacquant, a “política estatal de criminalização das conseqüências da miséria do Estado” (WACQUANT, *Punir os Pobres*, p. 27) opera de duas formas. A primeira e menos visível trata-se de transformar serviços sociais em instrumento de vigilância e controle das novas “classes perigosas”, por exemplo, condicionar o recebimento de ajudas sociais do Estado a condições como filhos na escola, pais trabalhando, conduta ilibada, etc. A segunda forma se operacionaliza com o recurso maciço e sistemático ao encarceramento.

O inchamento explosivo da população carcerária, o recurso maciço às formas mais variadas de pré e pós-detenção, a eliminação dos programas de trabalho e de educação no interior das penitenciárias, a multiplicação dos instrumentos de vigilância tanto a montante quanto a jusante da cadeia carcerária: a nova penalogia que vem se instalando não tem por objetivo “reabilitar” os criminosos, mas sim “gerenciar custos e controlar populações perigosas”. (WACQUANT, *Punir os Pobres*, p. 32)

Como não tem como objetivo reabilitar e ressocializar os detentos, as prisões não necessitam de estrutura adequada para isto, são abandonadas, superlotadas e sucateadas. Podemos ter uma idéia bem clara disso analisando o relatório final da II Caravana Nacional de Direitos Humanos, realizada por deputados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, em 2000. Os deputados começaram a sua visita no Rio Grande do Sul pela Penitenciária Estadual do Jacuí, em Charqueadas. O texto do relatório diz que “a grande maioria dos presos é jovem, pobre e iletrada”. O relatório prossegue dizendo que “do total de presos na PEJ, 61% deles possuem menos de 30 anos”, ou seja, maioria absoluta de jovens, “12% do total são analfabetos, 9,3% não possuem escolarização, mas sabem ler e escrever; 73% dos presos possuem escolarização primária incompleta e apenas 5% do total chegou a

frequêntar alguma série do segundo grau”. Já podemos ver que os presos se constituem, basicamente, de jovens sem escolaridade.

De acordo com o documento, 988 detentos “eram miseráveis” e “3 integravam as camadas médias da sociedade”, concluindo que “na PEJ não há um preso rico sequer”. Em seguida o relatório passa a analisar as condições do presídio.

Iniciamos a inspeção pelas celas de isolamento, utilizadas alternadamente para punição disciplinar e para proteção de presos ameaçados. As celas são escuras, não possuem ventilação adequada e encontram-se totalmente fora dos marcos legais. As punições disciplinares são impostas por motivos algumas vezes irrelevantes. As celas são trancadas com parafusos, o que exige uma chave especial para abri-las. O procedimento é de alto risco e totalmente desnecessário. No caso de uma ocorrência grave – incêndio, necessidade de socorrer um preso, etc., a existência do parafuso retardaria quaisquer providências urgentes. Após conversar com os presos que ali estavam, inspecionamos as galerias e conversamos com presos nas grades que dão acesso a elas. As reclamações mais insistentes relacionavam-se com as humilhações impostas quando da revista aos seus familiares. Muitos presos relataram que suas esposas já entram no presídio chorando após tudo o que sofrem nas revistas com desnudamento. Isto os revolta sobremaneira. Reclamaram, também, da falta de assistência jurídica. (...) Solicitamos, então, à direção que nos facultasse uma reunião com os representantes de galerias o que nos permitiria uma visão mais abrangente dos seus problemas. A reunião ocorreu dentro da sala de aula onde, inexplicavelmente, o espaço onde fica o professor é separado do espaço reservado aos alunos por uma grade. (...) Observa-se na PEJ a presença ostensiva de policiais militares em todas as áreas internas da Penitenciária. As galerias continuam sendo, por conta da superlotação, um espaço administrado pelos internos. A incidência da direção da PEJ observa-se até a entrada das galerias onde os internos estão trancafiados coletivamente. A presença de armas com os PMs que trabalham na PEJ é uma ameaça constante aos presos, aos próprios PMs e à segurança do estabelecimento. Se há uma regra consensual em todo o mundo a respeito de segurança prisional essa regra é: armas, fora. No RS, entretanto, autoriza-se já há muitos anos que agentes e PMs andem armados no interior dos presídios.

A segunda visita do grupo de deputados foi ao Presídio Central de Porto Alegre. O que encontraram não foi muito diferente do que o que haviam visto na PEJ. O documento observa que “o presídio dispõe de infra-estrutura deficiente em todas as dimensões imagináveis. As instalações hidráulicas estão comprometidas, há vazamentos dos esgotos e condições insalubres nas galerias”. O texto diz que “os presos estão amontoados”. O modo como é feito o controle dos detentos também chama a atenção. “A direção do estabelecimento mantém procedimentos rigorosos de disciplina e observa-se nitidamente uma tendência à militarização das condutas exigidas dos próprios internos”. A forte vigilância dos detentos cria um clima de tensão permanente. “Utiliza-se”, no Presídio Central, “armamentos de grosso calibre”.

Durante a visita, “os deputados constataram o emprego de cães por alguns policiais nas áreas de circulação e quando eles caminhavam pelos corredores das galerias os presos que estavam se deslocando em um estreito espaço delimitado por uma tela interrompiam automaticamente seu trajeto e se mantinham com o rosto virado para a parede”. Essa reação dos presidiários chama a atenção dos parlamentares pois, conforme o relatório, “trata-se de procedimento inédito e inaceitável esse pelo qual se obriga os presos a não olharem os visitantes ou as autoridades que circulam pelo estabelecimento”.

No final do texto, o documento relata a situação em que os presos vivem na penitenciária. “Fomos às celas de isolamento onde vários presos são apartados dos demais. Os locais são insalubres e úmidos. Alguns presos estavam já há dias em um espaço gradeado que sequer cela é, sem direito a banho, dormindo no chão, sem colchões ou mantas.” As condições de sobrevivência às quais os detentos estão submetidos são as piores possíveis. “A situação de saúde dos presos é precária. Muitos estão doentes e sem o devido atendimento médico. O Hospital Penitenciário, (...) encontra-se sucateado e não dispõe de profissionais em número suficiente”.

Além dos problemas em relação à saúde, o relatório também destaca outra grande mazela dos internos do Central. “Em regra, os presos encontram-se abandonados e sem assistência jurídica. Pelas queixas recebidas, percebe-se que os Juizes da Vara de Execução Criminal de Porto Alegre não têm realizado visitas frequentes aos presídios. No Presídio Central de Porto Alegre, há dezenas de presos sem o enquadramento criminal.” Por fim, os deputados da comissão encerram a análise da situação encontrada por eles no maior presídio do Rio Grande do Sul fazendo a denúncia de algo que já era conhecido por todos os estudiosos da área, mas segue sendo ignorado pela grande imprensa do Estado.

Na inspeção realizada, chegamos a um conjunto de outras celas também utilizadas para isolamento. Essas celas não possuem ventilação, são escuras e insalubres. Ali encontramos presos sem direito a banho de sol ou visitas. Em uma delas, encontramos detentos que relataram terem sido torturados por policiais civis de uma cidade do interior.

Lendo o relatório por completo, tem-se uma idéia completa e real da situação dos presídios gaúchos e brasileiros. Não há como uma instituição destas reabilitar ou ressocializar

alguém. O que ocorre é o contrário. O preso passa por situações não-humanas dentro das penitenciárias e acaba saindo dali um pouco menos humano também.

A implantação das práticas de “tolerância zero” teve suas origens nos Estados Unidos e chegaram ao auge durante a administração de Rudolph Giuliani na prefeitura de Nova York. Conforme Loïc Wacquant, o objetivo desse sistema é “refrear o medo das classes médias e superiores por meio da perseguição permanente dos pobres nos espaços públicos” (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 26).

Segundo o pesquisador, nos EUA são usados três meios para operacionalizar as ações: aumento em 10 vezes dos efetivos e dos equipamentos das brigadas, restituição das responsabilidades operacionais aos comissários de bairro com obrigação quantitativa de resultados, e um sistema de radar informatizado que permite a redistribuição contínua e a intervenção quase instantânea das forças da ordem, desembocando em uma aplicação inflexível da lei sobre delitos menores tais como a embriaguez, a jogatina, a mendicância, os atentados aos costumes, simples ameaças e outros comportamentos anti-sociais.

Retornando ao início da propagação da idéia de “tolerância zero” nos Estados Unidos, Loïc Wacquant destaca uma das principais e mais preconceituosas idéias usadas para embasar a política. Segundo esta teoria, o comportamento individual do indivíduo suplanta a força do contexto social em que ele vive. Destarte, os pobres são pobres por incompetência social e imperícia moral. Por isso, segundo essa idéia, há a “necessidade de um Estado forte, tutor moral inflexível, único capaz de vencer a ‘passividade’ dos pobres mediante a disciplina do trabalho” (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 45). Essa teoria tira do Estado a responsabilidade pela miséria e pela pobreza das populações, e coloca essa responsabilidade nas costas das pessoas. Desse modo, portanto, o Estado não tem razões para promover políticas de inclusão social, na medida em que ele não é o culpado por as pessoas viverem na pobreza e na miséria ou, como afirma Wacquant, “à *atrofia deliberada do Estado social corresponde a hipertrofia distópica do Estado penal*: a miséria e a extinção de um têm como contrapartida direta e necessária a grandeza e a prosperidade insolente do outro” (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 80)

Não tendo responsabilidade sobre as causas, o Estado ataca violentamente as conseqüências. O encarceramento em massa é a principal forma de combate à miséria.

Wacquant diz que “o encarceramento serve bem antes à regulação da miséria, quiçá a sua perpetuação, e ao armazenamento dos refugos de mercado” (WACQUANT, *Punir os Pobres*, p. 33). A principal medida para a realização prática do encarceramento da miséria, segundo o sociólogo francês, é a política de “guerra à droga”, política esta que, para Wacquant, “desmerece o próprio nome, pois designa na verdade uma guerrilha de perseguição penal dos vendedores de rua, dirigida contra as juventudes dos guetos” (WACQUANT, *Punir os Pobres*, p. 29). Wacquant afirma que “a política de luta contra a droga serve de biombo para uma ‘guerra contra os componentes da população percebidos como os menos úteis e potencialmente mais perigosos’, ‘sem-emprego’, ‘sem-teto’, ‘sem-documento’, mendigos, vagabundos e outros marginais” (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 113).

As práticas de encarceramento em massa dos pobres produzem conseqüências desastrosas para a sociedade. Segundo Loïc Wacquant, os efeitos são a estigmatização, a interrupção das estratégias escolares, matrimoniais e profissionais, a desestabilização das famílias, a supressão das redes sociais, o enraizamento, nos bairros deserdados onde a prisão se banaliza, de uma “cultura de resistência”, até mesmo de desafio, à autoridade, e todas as patologias, os sofrimentos e as violências comumente associadas à passagem pela instituição carcerária (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 143).

As políticas de “caça” e prisão dos miseráveis, na imensa maioria dos casos, visam principalmente objetivos políticos e eleitorais. Os presos não votam e as camadas mais altas da sociedade exigem que se acabe urgentemente com a “violência urbana” realizada pelos delinqüentes e vagabundos, quase todos eles muito pobres. A segurança pública hoje é o principal pilar das campanhas eleitorais. Atacar e combater a criminalidade são prioridades dos candidatos e dos governantes eleitos.

Prender os pobres apresenta na verdade a imensa vantagem de ser mais “visível” pelo eleitorado: os resultados da operação são tangíveis e facilmente mensuráveis (tantos prisioneiros a mais); seus custos são pouco conhecidos e nunca submetidos a debate público, quando não são simplesmente apresentados como ganhos pelo fato de “reduzirem” o custo do crime (WACQUANT, *Punir os Pobres*, p. 82).

Para se ter uma noção ainda mais clara sobre os resultados das práticas de criminalização da miséria no Brasil, basta observar os dados dos últimos sete anos, de 2000 a junho de 2007, relativos ao sistema penitenciário brasileiro disponíveis no *site* do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão ligado ao Ministério da Justiça. Os números mostram a evolução do número de vagas nas penitenciárias brasileiras, da população carcerária, do número de presos em cadeias e delegacias e do total de presos no país.

Tabela 2: Evolução do sistema penitenciário brasileiro 2000 - 2007

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Crescimento
Vagas nas penitenciárias	135.710	141.297	156.432	179.489	200.417	206.559	236.148	233.907	72%
População carcerária	174.980	171.366	181.019	240.203	262.710	296.919	339.580	360.830	106%
Presos em cadeias e delegacias	57.775	62.493	58.326	68.101	73.648	64.483	61.656	58.721	1,6%
Total de presos	232.755	233.859	239.345	308.304	336.358	361.402	401.236	419.551	80%

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional, disponível em <http://www.mj.gov.br/depen/>, acesso em 06 Nov. 2007

Analisando os dados, chega-se facilmente a conclusão de que a política de encarceramento maciço foi implantada fortemente no Brasil. O aumento de 106% da população das penitenciárias do país em seis anos e meio não deixa dúvidas a respeito disso. No decorrer deste mesmo período de tempo, a população brasileira cresceu cerca de 9%. Destaca-se também o aumento do número de vagas nos presídios. Em 2000, o país já tinha um déficit de 39.270 vagas. Apesar disso, o número de detentos aumentou em 106% e o número de vagas cresceu “somente” 72%. Temos a partir daí uma noção da atual situação dos presídios brasileiros.

Sobre a implantação das medidas norte-americanas em outros países, Loïc Wacquant enfatiza que “a exportação dos temas e das teses de segurança incubados nos Estados Unidos (...) só é tão florescente porque encontra o interesse e a anuência das autoridades dos diversos países destinatários” (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 52). Para o pesquisador, estes países importadores das idéias vindas dos EUA “as tomam emprestadas, freqüentemente por

iniciativa própria, e as adaptam às suas necessidades e às suas tradições nacionais, tanto políticas quanto intelectuais” (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 53). Isso quer dizer que os países que passam a aplicar as políticas norte-americanas de segurança não o fazem por uma imposição do gigante do Norte e que também não a aplicam de forma idêntica à dos EUA, adaptando-a às peculiaridades culturais do país em questão.

(...) um *novo senso comum penal neoliberal* – sobre o qual vimos precedentemente como atravessou o Atlântico – pelo viés de uma rede de "geradores de idéias" neoconservadoras e de seus aliados nos campos burocrático, jornalístico e acadêmico -, articulado em torno da maior repressão dos delitos menores e das simples infrações (com o slogan, tão sonoro como oco, da "tolerância zero"), o agravamento das penas, a erosão da especificidade do tratamento da delinqüência juvenil, a vigilância em cima das populações e dos territórios considerados "de risco", a desregulamentação da administração penitenciária e a redefinição da divisão do trabalho entre público e privado, em perfeita harmonia com o senso comum neoliberal em matéria econômica e social, que ele completa e conforta desdenhando qualquer consideração de ordem política e cívica para estender a linha de raciocínio economicista, o imperativo da responsabilidade individual – cujo avesso é a irresponsabilidade coletiva – e o dogma da eficiência do mercado ao domínio do crime e do castigo.

Outra principal característica das políticas de “tolerância zero” é o encarceramento em massa dos jovens. O Rio Grande do Sul tem uma população total de 10.854.342 pessoas. Dessas, cerca de 1.299.281 são jovens com idades entre 18 e 24 anos.²³ Em termos percentuais, o Estado tem 11,97% da população composta por jovens com idades entre 18 e 24 anos. Analisando os dados penitenciários gaúchos, temos que 26,16% da população carcerária do Estado compreende jovens no faixa etária descrita anteriormente²⁴. Novamente vemos uma desproporção enorme, da mesma forma como vimos em relação aos negros e aos pardos. Pois são principalmente os jovens e os negros que mais sofrem com o desemprego, problema de total responsabilidade governamental.

Sabemos, desde os trabalhos pioneiros de Georg Rusche e Otto Kirscheimer, confirmados por cerca de 40 estudos empíricos em uma dezena de sociedades capitalistas, que existe no nível societário uma estreita e positiva correlação entre a deterioração do mercado de trabalho e o aumento dos efetivos presos – ao passo que não existe vínculo algum comprovado entre índice de

²³ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005 do IBGE, disponível no *site* www.ibge.gov.br.

²⁴ Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, disponíveis em <http://www.mj.gov.br/depen/>, acesso em 06 Nov. 2007.

criminalidade e índice de encarceramento (WACQUANT, *As Prisões da Miséria*, p. 106)

Neste ponto, cabe também trazer à análise o relatório da IV Caravana Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2001 por deputados federais. O objeto da observação dos parlamentares dessa vez são as instituições de detenção de menores. Ao todo, os deputados visitaram 18 instituições em 5 Estados. Em sua apresentação, de autoria de Marcos Rolim, o documento afirma que o sistema de encarceramento de menores no Brasil “é ‘produtor do mal’ porque distribui sofrimentos, precipita vínculos criminais e promove uma identidade delinqüente entre os internos”.

Em relação à inspeção que fizeram ao Instituto Carlos Santos (ICS), uma unidade de triagem da FEBEM em Porto Alegre por onde passam os adolescentes que receberam medida de internação provisória e os que serão, posteriormente, distribuídos para outras casas de internação a depender da sentença judicial, os deputados começam relatando que a instituição, que oferece 30 vagas, mantinha 143 jovens internados. E seguem afirmando que “o ICS é um presídio típico onde se encarcera adolescentes”. Segundo o relatório, “por conta da superpopulação, não há condições de se garantir uma separação efetiva dos internos observando-se idade, compleição física ou perfil infracional”. O documento também observa que, “ao que tudo indica, ocorrências de espancamento não são raras. Na conversa com os internos foi possível, inclusive, receber uma lista com os nomes de alguns monitores que teriam por hábito bater nos adolescentes”. Diante desse quadro a pergunta que fica é: uma instituição como essa pode ressocializar e reeducar algum adolescente? A resposta é mais do que óbvia.

Essa mudança de políticas governamentais, menos atuação no social e mais presença no penal, Loïc Wacquant denomina de transição de um “Estado providência” para um “Estado penitência”. Para o autor, “a ‘mão invisível’ do mercado de trabalho precarizado encontra seu complemento institucional no ‘punho de ferro’ do Estado que se reorganiza de maneira a estrangular as desordens geradas pela difusão da insegurança social” (WACQUANT, *Punir os Pobres*, p. 135).

1.4 O PAPEL DA MÍDIA

Dentro deste contexto, a mídia exerce um papel importantíssimo, senão, crucial. É ela quem apresenta à população as ações do Estado. É ela quem tem o poder de criar situações e climas na sociedade, produzindo subjetividades e espalhando sentimentos, em boa parte das vezes, incompatíveis com a realidade. A violência virou temática principal de programas de televisão e de jornais impressos no Brasil. Segundo a pesquisadora do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Elizabeth Rondelli, “este excesso da tematização teve o efeito de construir um determinado imaginário sobre a violência, que passou a informar e a produzir atitudes sociais a ela referenciadas” (PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org) et al., 2000, p. 144). Para a pesquisadora, com o excesso de cobertura “a violência aparece não só como mero fenômeno de agressão física, mas também como linguagem, como ato de comunicação” (PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org) et al., 2000, p. 147).

Pelo procedimento de ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aquelas pessoas envolvidas em suas práticas e em sua coibição. Estas representações sociais se realizam através da produção de significados que não só nomeiam e classificam a prática social, mas, a partir desta nomeação, passam mesmo a organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concretas em relação a ela. (PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org) et al, 2000, p. 150).

O objetivo principal dos veículos de imprensa, principalmente dos veículos impressos, na atualidade, é vender seu produto da melhor e mais eficaz forma possível. Tudo o que vende está nas páginas dos jornais e revistas. Essa relação complexa, que envolve o veículo, os anunciantes e o público consumidor de informação, nunca é equilibrada, sempre uma das três partes do tripé sairá ganhando e essa, quase nunca, é o público. A violência é um dos mais rentáveis produtos da modernidade. O sangue vende como nenhum outro elemento ou fato. A mídia tem seus objetivos ao utilizar-se de seu poder para noticiar maciçamente atos de violência. A questão principal não é, porém, as razões pelas quais a violência é tão noticiada, apesar disso ser também muito importante. O principal ponto a ser discutido é o resultado na sociedade deste tipo de cobertura jornalística.

De acordo com Elizabeth Rondelli, “o modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência”, ou seja, “as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente” (PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org) et al, 2000, p. 150). Destarte se torna deveras necessária uma profunda e sistemática análise do papel da imprensa na criação de um imaginário sobre a violência. Para a autora, “compreender a mídia não deixa de ser um modo de estudar a própria violência”, na medida em que, “quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos de violência está atribuindo-lhes sentidos que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência” (PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org) et al, 2000, p. 150).

Assim, ao tratar de determinada forma a questão da violência, a imprensa cria nos imaginários populares cenários e situações que influem diretamente na maneira como levam suas vidas. O medo passa a ser um ingrediente presente em todos os momentos da vida das pessoas e as ações do Estado visam dar respostas às exigências e às cobranças dos veículos de comunicação. As prisões em massa são a resposta governamental à constante espetacularização da violência, como observa Loïc Wacquant.

O encarceramento serve antes de tudo para ‘governar a ralé’ que incomoda – segundo expressão de John Irwin (1986) – bem mais do que para lutar contra os crimes de sangue cujo espectro freqüenta as mídias e alimenta uma fluorescente indústria cultural do medo dos pobres” (WACQUANT, *Punir os Pobres*, p. 65).

1.5 OS PADRÕES DE MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Dado o exposto, é preciso buscar uma forma de analisar a cobertura da imprensa de um modo científico, baseado em conceitos elaborados especificamente para isso. Destarte, os padrões de manipulação observados na grande imprensa, criados pelo jornalista e sociólogo Perseu Abramo e apresentados no livro *Padrões de manipulação na grande imprensa*, se colocam como perfeitos para a realização de tal tarefa. Abramo cria e apresenta cinco padrões de manipulação, sendo que quatro são aplicáveis a veículos de comunicação impressos: *padrão de ocultação, padrão de fragmentação, padrão de inversão e padrão de indução*.

Perseu Abramo, jornalista experiente e já tendo passado pelas redações de grandes jornais brasileiros, como o Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, possuindo, assim, muito conhecimento do fazer jornalístico nos jornais da grande imprensa, mostra-se um grande crítico do modo como se faz jornalismo na imprensa brasileira.

Uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação. O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar *outra realidade*, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade *artificial, não-real, irreal*, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada *no lugar* da realidade real (ABRAMO, 2003, p. 22 e 23).

De acordo com Perseu Abramo, dessa forma, “o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e freqüentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece” (ABRAMO, 2003, p. 24). Para o autor, como público é fragmentado no leitor ou no telespectador individual, ele só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece” (ABRAMO, 2003, p. 24).

De acordo com Abramo, é importante salientar que não é *todo* o material que *toda* a imprensa manipula *sempre*, pois, se assim ocorresse, os efeitos da manipulação seriam maléficos à imprensa, fazendo com que ela perdesse totalmente a sua credibilidade, seria, assim, autodestruidor. Mas Perseu Abramo também lembra que o fenômeno não ocorre uma vez ou outra, numa ou noutra matéria de um ou outro jornal, visto que, se fosse o caso, seus efeitos seriam nulos ou insignificantes.

Para Abramo, os *padrões* por ele criados devem ser tomados como padrões, isto é, como tipos ou modelos de manipulação, em torno dos quais gira, com maior ou menor grau de aproximação ou distanciamento, a maioria das matérias da produção jornalística (ABRAMO, 2003, p. 23).

O padrão de ocultação de Perseu Abramo é o que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. Segundo o autor, essa ausência de fatos não se trata de fruto de desconhecimento e nem mesmo de uma omissão diante do real, e sim um deliberado silêncio sobre determinados fatos da realidade.

Daí que cada leitor tem, para si, uma imagem da realidade que na sua quase totalidade *não é real*. É diferente e até antagonicamente oposta à realidade. A maior parte dos indivíduos, portanto, move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal. A manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade (ABRAMO, 2003, p. 24).

Conforme Abramo, esse é um padrão que opera nos antecedentes das busca pela informação, ou seja, nos momentos das decisões de planejamento da edição, da programação ou da matéria particular de alguma pauta. Para o autor, “a ocultação do real está intimamente ligada àquilo que freqüentemente se chama de *fato jornalístico*”, pois, para Perseu Abramo, “a concepção predominante entre empresários e empregados de órgãos de comunicação sobre o tema é a de que existem *fatos jornalísticos* e fatos *não-jornalísticos* e que, portanto, à imprensa, cabe cobrir e expor os fatos jornalísticos e deixar de lado os não-jornalísticos” (ABRAMO, 2003, p. 26). O que ocorre, de acordo com o autor, é que essa concepção acaba por funcionar como uma racionalização do padrão de ocultação, na medida em que, “o mundo real não se divide em fatos jornalísticos e não-jornalísticos, pela primária razão de que as características jornalísticas, quaisquer que elas sejam, não residem no objeto da observação, e sim no sujeito observador” (ABRAMO, 2003, p. 26).

Dessa forma, segundo Abramo, “o ‘jornalístico’ não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista, ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa, decide estabelecer com a realidade”. Portanto, para o autor, todos os fatos podem ser jornalísticos, toda a realidade pode ser jornalística, “e o que vai tornar jornalístico um fato independe das suas características reais intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial” (ABRAMO, 2003, p. 26). Assim, o *padrão de ocultação* “é decisivo e definitivo na manipulação da realidade”, pois, depois de tomada a decisão de que determinado fato não deve ser objeto de cobertura jornalística, “não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência através da imprensa”, ocorrendo que, assim, “o fato real foi eliminado da realidade, ele não existe”. Para Perseu

Abramo, “o fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística (...) passa a tomar o lugar do fato real e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa” (ABRAMO, 2003, p. 27).

O segundo padrão, o *padrão de fragmentação*, diz que, eliminados os fatos não-jornalísticos, o “resto” da realidade é apresentada estilhaçada, despedaçada, fragmentada em milhões de minúsculos fatos particularizados e não como uma realidade, com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios, suas causas, suas condições e suas conseqüências. Para Perseu Abramo, o padrão de fragmentação implica duas operações básicas: a *seleção de aspectos*, ou particularidades, do *fato* e a *descontextualização* (ABRAMO, 2003, p. 27).

De acordo com o pesquisador, a seleção de aspectos do fato que é objeto de atenção jornalística obedece a princípios semelhantes aos que ocorrem no padrão de ocultação. Segundo Abramo, “embora tenha sido escolhido como um fato jornalístico, e, portanto, digno de merecer estar na produção jornalística, o fato é decomposto, atomizado, dividido em particularidades ou *aspectos*, e a imprensa seleciona os que apresentará ou não ao público” (ABRAMO, 2003, p. 28). Abramo enfatiza que os critérios para essa seleção não estão necessariamente na natureza ou nas características do fato decomposto, mas sim nas decisões e na linha editorial do veículo de imprensa.

Já a descontextualização, segundo o autor, é uma decorrência da seleção de aspectos, pois, “isolados como particularidades de um fato, o dado, a informação, a declaração, perdem todo o seu significado original e real para permanecer no limbo, sem significado aparente, ou receber outro significado, diferente e mesmo antagônico ao significado real original” (ABRAMO, 2003, p. 28).

A fragmentação da realidade em aspectos particularizados, a eliminação de uns e a manutenção de outros e a descontextualização dos que permanecem são essenciais, assim, à distorção da realidade e à criação artificial de uma outra realidade (ABRAMO, 2003, p. 28).

O terceiro padrão de manipulação observado na grande imprensa e criado por Perseu Abramo é o *padrão da inversão*. Segundo Abramo, estando o fato fragmentado em aspectos particulares, todos eles descontextualizados, surge a intervenção do padrão de inversão, que opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de umas por outras e, assim, prossegue a destruição da realidade original e a criação artificial de outra realidade. Este padrão, de acordo com o autor, opera tanto no planejamento quanto na coleta e na transcrição das informações, mas ocorre com mais efetividade no momento da apresentação final, ou da edição, de cada matéria ou de um conjunto de matérias. Abramo diseca o padrão de inversão e o subdivide em outros quatro. São eles o da inversão da relevância dos aspectos (o secundário é apresentado como principal e vice-versa, o particular pelo geral e vice-versa, o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo, etc), o da inversão da forma pelo conteúdo (o texto passa a ser mais importante do que o fato que ele reproduz), o da inversão da versão pelo fato²⁵ (não é o fato em si que importa, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa) e o da inversão da opinião pela informação²⁶ (substituição inteira ou parcial da informação pela opinião).

O quarto e último padrão de manipulação de Perseu Abramo que se aplica aos veículos impressos, é o *padrão de indução*. Este padrão é uma consequência dos outros três. O autor diz o que classifica como padrão de indução.

(...) o que torna a manipulação um fato essencial e característico da maioria da grande imprensa brasileira hoje é que a hábil combinação dos casos, dos momentos, das formas e dos graus de distorção da realidade submete, em geral, e em seu conjunto, a população à condição de excluída da possibilidade de ver e compreender a realidade real e a induza a consumir outra realidade, artificialmente inventada. É isso que chamo de *padrão de indução* (ABRAMO, 2003, p. 33).

Segundo Abramo, “submetido, ora mais, ora menos, mas sistemática e constantemente, aos demais padrões de manipulação, o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas

²⁵ Segundo Abramo, “um dos extremos desse padrão de inversão é o *frasismo*, o abuso da utilização de frases ou de pedaços de frases sobre uma realidade para substituir a própria realidade”. O outro extremo da inversão do fato pela versão, conforme o autor, é o *oficialismo*, expressão usada para indicar a fonte “oficial” ou “mais oficial” de qualquer segmento da sociedade, e não apenas as autoridades do Estado ou do governo (ABRAMO, 2003, p. 30).

²⁶ De acordo com Abramo, “essa inversão é operada pela negação, total ou quase total, da distinção entre juízo de valor e juízo de realidade” (ABRAMO, 2003, p. 31).

sim como querem que ele o veja”. Para o autor, “a indução a enxergar a *outra realidade* – diferente e até oposta à realidade real – é o fruto da manipulação do *conjunto dos meios de comunicação*” (ABRAMO, 2003, p. 33 e 34).

Destarte, temos um conjunto de padrões seguidos pela grande imprensa para distorcer a realidade que noticia. Conhecendo de forma clara estes conceitos, a análise dos veículos de imprensa brasileiros pode ser feita de modo sistemático, buscando encontrar onde se aplicam, no material analisado, os padrões criados por Perseu Abramo. É alicerçado nestes conceitos e em todas as idéias e teorias descritas alhures que realizo a pesquisa e a análise constantes neste trabalho.

2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE PESQUISA

2.1 DISCUSSÃO ACERCA DO MÉTODO

Uma das questões sempre presentes quando o assunto é a produção científica de conhecimento, diz respeito à presença ou não da subjetividade do pesquisador em seu trabalho ou em sua teoria. Para Max Weber²⁷, esta presença subjetiva é inevitável, na medida em que, a simples escolha de um objeto de pesquisa já significa a realização de um juízo de valor, pois se dá uma importância maior a determinados temas relegando outros à coadjuvância.

Weber destaca que quase todas as ciências, desde as exatas até as humanas, revelaram pretensões de produzir não só os seus conhecimentos específicos, como até “concepções de mundo”. O pensador alemão afirma que “todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto de compreensão científica”. Assim, temos a impossibilidade humana de compreender cientificamente todas as nuances da realidade. Como enfatiza Weber, “apenas uma parte finita da infinita diversidade de fenômenos é significativa” (WEBER, 1992, p. 128) e, portanto, merece ser analisada.

Segundo Weber, “uma ciência empírica não pode ensinar a ninguém o que deve fazer”, e sim, “dar” ao pesquisador o que ele quer fazer (WEBER, 1992, p. 111). Para o teórico, a presença de posições pessoais no trabalho científico “sempre trazem problemas, fazendo com que nós atribuamos pesos diferentes na elaboração de simples relações causais entre fatos” (WEBER, 1992, p. 111). Weber afirma que “quanto mais ‘universal’ for o problema [de pesquisa] em questão, isto é, quanto mais amplo for seu significado cultural (...) maior será o

²⁷ WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais – Parte 1*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

papel dos axiomas últimos e pessoais da fé e das idéias éticas” (WEBER, 1992, p. 112). Ou seja, quanto mais amplo for o tema analisado por uma pesquisa, maior será a presença de subjetividades e de juízos de valor presentes.

Weber observa que “ ‘a cultura’ é um segmento finito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu – do ponto de vista do homem – um sentido e uma significação” (WEBER, 1992, p. 130 e 131) e que “disso resulta que todo o conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares” (WEBER, 1992, p. 131). Desta forma, temos que, apesar de, segundo Weber, a subjetividade ser ruim para a produção de conhecimento científico, nenhuma análise da realidade cultural está livre de juízos de valor, na medida em que, a própria idéia de cultura é algo criado pelas sociedades.

Outra questão sempre surge quando se fala sobre pesquisa e produção científica de conhecimento: o método. Max Weber diz que “os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante, sob um aspecto diferente, e permanecem variáveis” (WEBER, 1992, p. 133). A partir disso, temos a idéia de que não é adequada a adoção de um método estático, visto que as realidades estão em constantes transformações.

A defesa de um “anarquismo epistemológico” é o que o pensador, cientista, doutor em Física, filósofo, especialista em teatro e doutor honoris causa em Letras e Humanidades austríaco, Paul Karl Feyerabend (1924-1994), mostra em sua obra-chave, *Contra o Método*. Na obra, Feyerabend apresenta sua crítica ao racionalismo científico e propõe um “pluralismo metodológico”. O autor afirma que todos os sistemas que são objetos de análises não são estáticos e que, portanto, não podem ser estudados através de teorias estáticas. Destarte, para o filósofo, é claro, portanto, “que a idéia de um método estático ou de uma teoria estática de racionalidade funda-se em uma concepção demasiada ingênua do homem e de sua circunstância social” (FEYERABEND, 1977, p. 34). Segundo Feyerabend, “as teorias só se tornam claras e ‘razoáveis’ depois de terem sido usadas, por longo tempo, várias partes incoerentes que a compõem.” Para o pensador, “essa operação desarrazoada, insensata, sem método é, assim, condição inevitável de clareza e de êxito empírico” (FEYERABEND, 1977, p. 33).

A utilização de teorias e de conceitos únicos, de acordo com Feyerabend, encerra as possibilidades de análise a um pequeno círculo vicioso, em que as idéias são mais utilizadas com base em sua “aparência”.

(...) o conteúdo de um conceito é também determinado pela maneira como ele se relaciona com a percepção. (...) As percepções não de ser identificadas e o mecanismo identificador encerrará alguns dos mesmos elementos que disciplinam o emprego do conceito sob investigação. Nunca apreendemos inteiramente esse conceito, pois sempre utilizamos parte dele na tentativa de determinar-lhe os elementos constitutivos. Só há um meio de fugir ao círculo vicioso: consiste em usar *medida externa de comparação*, inclusive maneiras novas de relacionar conceitos e dados de percepção (FEYERABEND, 1977, p. 111 e 112).

A escolha por uma “metodologia pluralista” impede que se incorra no erro de buscar em alguns poucos conceitos e teorias algumas poucas partes que se adaptam aos objetivos finais de um estudo. Segundo Feyerabend, “o mundo que desejamos explorar [é] uma entidade em grande parte desconhecida”. Por isso, conforme o autor, “devemos, pois, conservar-nos abertos para as opções, sem restringi-las de antemão”. Feyerabend enfatiza a importância de uma metodologia plural afirmando que “todas as metodologias, inclusive as mais óbvias, tem limitações”, em razão disso, “a proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade lhe debilita o poder crítico”.

O autor também destaca o fato de que “nenhuma teoria está jamais em concordância com todos os fatos conhecidos em seu domínio”, a partir disso, se faz importante, e até certo ponto indispensável, a utilização de outras idéias, outras teorias, outros conceitos que possam “abrir o leque” de análise do estudo a ser realizado.

Unanimidade de opinião pode ser adequada para uma igreja, para as vítimas temerosas ou ambiciosas de algum mito (antigo ou moderno) ou para os fracos e conformados seguidores de algum tirano. A variedade de opiniões é necessária para o conhecimento objetivo. E um método que estimule a variedade é o único método compatível com a concepção humanitarista (FEYERABEND, 1977, p. 57).

Não ficar preso a uma metodologia somente, implica em uma maior e mais consistente possibilidade de se extrair o máximo das teorias e dos objetos de análise. O pluralismo

metodológico não apresenta, pelo menos de modo destacado, problemas para a execução de uma análise. É através do forte e constante diálogo entre as idéias que se obtém um conhecimento real.

2.2 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE PESQUISA

Em *Análise de Conteúdo*, de 1977, Laurence Bardin diz que desde o início do século, durante cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo se desenvolveu nos Estados Unidos. Na época, segundo o autor, o rigor científico invocado era o da medida e o material analisado era, essencialmente, jornalístico. Existia um fascínio pela contagem e pela medida da superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página. (BARDIN, 1988, p. 15).

Bardin diz que o primeiro nome que ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell. Lasswell fez análises de imprensa e de propaganda desde 1915. A Segunda Guerra Mundial fez com que os estudos utilizando a técnica de análise de conteúdo crescessem. Do ponto de vista metodológico, segundo Bardin, o final dos anos 1940 e 1950 foi, sobretudo, marcado pelas regras de análise elaboradas por B. Berelson, auxiliado por P. Lazarsfeld. Berelson exemplifica bem as preocupações epistemológicas da época em sua célebre definição de análise de conteúdo: “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BERELSON apud BARDIN, 1988, p. 19).

Segundo Bardin, o período seguinte é caracterizado pela expansão da utilização da técnica a disciplinas muito diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico. Segundo o autor, de 1960 até o ano em que seu o livro foi escrito (1977), três fenômenos afetavam a investigação e a prática da análise de conteúdo. São eles, o uso do computador, o interesse pelos estudos referentes à comunicação não verbal e a inviabilidade de precisão dos aspectos lingüísticos (BARDIN, 1988, p. 19 e 22).

De acordo com Bardin, pode-se dizer, de uma maneira geral, que os objetivos dos métodos da análise de conteúdo são o que ele chama de *a ultrapassagem da incerteza* e o *enriquecimento da leitura*. Para ele, estes dois pólos, desejo de rigor e necessidade de

descobrir, expressam as linhas de força do desenvolvimento histórico e do aperfeiçoamento da análise de conteúdo (BARDIN, 1988, p. 29).

A análise de conteúdo, para Laurence Bardin, tem duas funções: a função *heurística*, onde a análise de conteúdo aumenta a propensão à descoberta, e a função de *administração da prova*, em que hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servem de diretrizes e apelam para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma verificação ou de uma infirmação (BARDIN, 1988, p. 30). Laurence Bardin conceitua a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1988, p. 42).

Dentre todas as técnicas de análise de conteúdo, a que se aplica melhor em textos jornalísticos é a análise por categorias. A análise por categorias funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos (BARDIN, 1988, p. 153).

Segundo Albert Kientz²⁸, para que tenha valor de análise científica, “é preciso que a análise de conteúdo se submeta a algumas regras precisas que a garantam contra análises parciais e tendenciosas” (KIENZT, 1973, p. 155). O autor explica as quatro exigências fundamentais para a execução da análise de conteúdo segundo Berelson.

A primeira delas é *ser objetivo*. De acordo com Kientz, “esta exigência estipula que a análise deve poder ser verificada e reproduzida à vontade”. O autor diz que “qualquer outro investigador, se utilizar os mesmos métodos, deverá chegar aos mesmos resultados” (KIENZT, 1973, p. 155), se a exigência for cumprida. Kientz afirma que, para que isso ocorra de modo natural, “as unidades decompostas na mensagem, as categorias que servem para classificá-las, as escalas utilizadas etc, devem ser definidas com clareza e uma precisão”, para que, desta forma, “outros [pesquisadores], a partir dos critérios indicados, possam fazer a

²⁸ KIENZT, Albert. *Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

mesma decomposição, operar a mesma classificação ou escalonamento” (KIENZT, 1973, p. 155).

A segunda exigência implica em *ser sistemático*. Conforme Albert Kientz, esta exigência faz com que a análise deva “tomar em consideração tudo o que, no conteúdo, decorre do problema estudado e analisá-lo em função de todas as categorias retidas para fins de pesquisa” (KIENZT, 1973, p. 156). O propósito da exigência, segundo o autor, “consiste em impedir toda e qualquer seleção arbitrária que retenha apenas os elementos em acordo com as teses do pesquisador” (KIENZT, 1973, p. 156).

A terceira exigência apresentada por Kientz diz respeito a *abordar apenas o conteúdo manifesto*. Segundo o autor, esta exigência visa eliminar as idéias *a priori*, os ‘preconceitos’ do pesquisador, ou seja, a análise deve abordar apenas o que foi efetivamente expresso pelo objeto e não o conteúdo presumido em função do que se diz ou se crê saber sobre as intenções dos autores-emissores.

Quantificar é a quarta e última exigência. De acordo com Kientz, essa exigência “visa a dar peso e rigor à análise, substituindo o que é apenas impressão inverificável por medidas precisas. Ou seja, faz com que se fuja dos “achismos” e se trabalhe sobre dados concretos.

Albert Kientz divide em cinco as etapas da análise de conteúdo. A primeira delas, conforme o autor, é *definir os objetivos da pesquisa*. Segundo Kientz, “quanto maior for a precisão com que se definam os objetivos da pesquisa, mais a análise de conteúdo poderá ser eficaz” (KIENZT, 1973, p. 161).

A segunda etapa consiste em *constituir um corpus*, isto é, reunir o material sobre o qual vai incidir a análise e formar uma amostra, já que não se pode analisar tudo sempre. De acordo com Kientz, “o valor da análise pode depender da ‘representatividade’ da amostra” (KIENZT, 1973, p. 162). No caso da constituição de uma amostra de imprensa, o autor apresenta três partes a serem realizadas: seleção do(s) veículo(s) (por ex. jornal *Zero Hora*); seleção dos exemplares (por ex. 180 exemplares correspondentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2003 e 2007); e seleção dos conteúdos (por ex. cobertura de segurança pública).

A terceira etapa incorre em *decompor o corpus em unidades ou itens*, ou seja, decompor o material tratado em seus elementos constitutivos, fazendo isso continuamente para se chegar a unidades cada vez menores (títulos, palavras, fotografias, símbolos, expressões, personagens, unidades espaço-temporais, etc).

A quarta etapa da análise de conteúdo, segundo Kientz, consiste em *reagrupar as unidades e categorias*, isto é, reunir os itens em categorias de acordo com as suas características. E a quinta e última etapa é a de *tratar quantitativamente o corpus* de pesquisa. Para isso, o autor cita alguns instrumentos: análise de frequência, análise associativa, análise avaliadora e coeficientes e índices. Feito tudo isso corretamente, segundo Albert Kientz, a análise será “coroadada de êxito”.

3 UNIVERSO DE PESQUISA

3.1 O GRUPO RBS

O Grupo RBS foi fundado em 1957, por Maurício Sirotsky Sobrinho e conta hoje com 18 emissoras de televisão aberta, 2 emissoras locais de televisão, 8 jornais diários, 26 emissoras de rádio, 2 portais de Internet, uma operação orientada para o agronegócio, editora, gravadora, empresa de logística, empresa de marketing para jovens e uma fundação de responsabilidade social. A empresa está presente em seis Estados brasileiros (além dos veículos de comunicação no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o grupo mantém sucursais multimídia e escritórios comerciais no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal), o que a torna o maior grupo de comunicação multi-regional do Brasil²⁹.

A história do Grupo RBS, que em 2007 completa 50 anos de existência, começa quando, em 1957, a mais antiga emissora de rádio de Porto Alegre, a Rádio Sociedade Gaúcha, fundada em 1927, muda de donos. Maurício Sirotsky Sobrinho, Arnaldo Ballvé, Frederico Arnaldo Ballvé e Nestor Rizzo foram os compradores. Em 18 de julho de 1957 é feito o registro da Sociedade na Junta Comercial e, em 31 de agosto, Maurício é contratado formalmente como diretor da emissora. A data foi adotada como o marco inicial da empresa.

Em 1962, a *TV Gaúcha* é inaugurada em Porto Alegre, sendo que mais tarde, em 1967, torna-se afiliada à Rede Globo. Em 1973 começa a formação da rede de rádios FM da RBS, e em 1976, a *Rádio Atlântida* é inaugurada em Porto Alegre. Em 1979 ocorre a inauguração da emissora da RBS TV em Florianópolis, Santa Catarina, e a *Rádio Cidade FM* é inaugurada em Porto Alegre. Mais tarde, em 1981, a *Rádio Atlântida FM* inaugura sua filial em Florianópolis.

²⁹ Disponível em <www.rbs.com.br> – acesso em 17/08/2007.

No ano de 1982, a RBS cria a *Fundação RBS*, hoje *Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho*. Em 1986 é lançado o primeiro jornal do grupo em Santa Catarina, o *Diário Catarinense*. Em 1992 a RBS compra o *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau, e lança a *NET Sul*, empresa de TV a cabo. O jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul, é adquirido em 1993 e, no mesmo ano, a *Rádio 102 FM* é inaugurada em Porto Alegre.

Em 1995 a *TVCOM* é criada em Porto Alegre e em 1996 o *Canal Rural* é criado, com conteúdo dirigido ao setor agrícola. Em 2000, é lançado o *Diário Gaúcho*, jornal popular com circulação na região metropolitana de Porto Alegre. Em 2001 é criada a *viaLOG*, empresa de logística. Também em 2001, a gravadora *Orbeat Music* é lançada. Em 2002, o *Diário de Santa Maria* é criado, sendo o sexto jornal do Grupo RBS e o quarto no Rio Grande do Sul. Em 2003 a Rede Itapema FM é lançada. Em 2006 são lançados o portal *hagah* e o jornal popular *Hora de Santa Catarina* na região metropolitana de Florianópolis. No mesmo ano, é adquirido o jornal *A Notícia*, de Joinville.

3.1.1 Zero Hora: Breve História do jornal

Foi ao final de uma reunião ministerial do novo governo de Getúlio Vargas, que Samuel Wainer, o único jornalista a cobrir o acontecimento, começou a criar o *Última Hora*. Incitado por Getúlio a criar um novo jornal, Wainer comprou uma gráfica. Nascia ali o único jornal a defender Getúlio durante as crises pelas quais seu governo passou e o posterior alicerce sobre o qual *Zero Hora* se ergueria. O *Última Hora* era um jornal nacionalista e popular e foi criado principalmente para servir de defesa para Vargas, para ser um jornal de combate político. Em 12 de junho de 1951 era publicada a primeira edição do *UH*, com uma tiragem de 80 mil exemplares. Tendo como principal característica a inovação, principalmente em questões gráficas e editoriais, o jornal, logo após seu primeiro aniversário, chegou à São Paulo, começando o que viria a ser uma grande rede de jornais populares do Brasil.

O *Última Hora* do Rio Grande do Sul, sediado em Porto Alegre, circulou entre 15 de fevereiro de 1960 e 25 de abril de 1964, tendo deixado de existir, oficialmente, seis anos depois, a 25 de abril de 1970, quando o controle acionário do jornal, até então dirigido por Ary de Carvalho, foi assumido por Maurício Sirotsky.

Segundo Antonio Hohlfeldt e Carolina Buckup³⁰, o *UH* “foi uma *pedra no sapato* dos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que contribuiu com profundas e radicais inovações formais”. Conforme os autores, o *Última Hora*, inclusive em suas diferentes ramificações regionais, “oscilaria entre o nacionalismo, o populismo e o sensacionalismo”, conceitos que, segundo eles, não chegam a se opor completamente, eis que atuam em diferentes faixas epistemológicas: o nacionalismo enquanto uma ideologia política; o populismo enquanto uma prática política; e o sensacionalismo enquanto uma práxis comunicacional. Para Hohlfeldt e Carolina, em nome do nacionalismo, o *Última Hora* defendeu causas como a criação da Petrobrás; em nome do populismo, manobrou à vontade a perspectiva governamental com que traduzia os acontecimentos para seus leitores e em nome do sensacionalismo, revelou jornalistas, desenvolveu técnicas editoriais e inovou na linguagem jornalística.

Na década de 60 existiam em Porto Alegre seis jornais diários, todos com circulação considerável. Eram eles, os jornais da Companhia Jornalística Caldas Junior – *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã* –, o *Diário de Notícias*, do grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, o *Última Hora*, de Samuel Wainer e o *Jornal do Comércio*, da família Jarros. Em abril de 1964 ocorre o golpe militar, o *Última Hora* é ocupado e deixa de circular. Um mês depois, Ary de Carvalho assume o jornal e muda o nome, pois este estava muito identificado com o governo civil. No dia 4 de maio já circulava o *Zero Hora*. O editorial do novo jornal dizia:

“Servir ao povo é o nosso lema”

Nasce hoje um novo jornal, autenticamente gaúcho. Democrático. Sem compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades.

O aparecimento de Zero Hora, totalmente desligada da Rede Nacional de jornais que anteriormente editava *Última Hora*, somente foi possível com a compra do controle acionário da Editora Flan S.A. por um grupo de representantes das diversas classes sociais.

A par de sua orientação, Zero Hora se manterá na linha de defesa dos princípios cristãos e de apoio a todos que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas.

Zero Hora conserva alguns redatores e colunistas do jornal anterior, pela posição que esses profissionais desfrutaram na imprensa gaúcha, bem como nomes realmente expressivos e já consagrados pelo público.

³⁰ HOHLFELDT, Antonio; BUCKUP, Carolina. *O Sonho de Wainer: O projeto nacional de Última Hora*. Disponível em: < <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al260220033.htm> > Acesso em 27 ago. 2007.

Ao entregar o 1º exemplar de Zero Hora, queremos agradecer às agências de publicidade e a todos anunciantes que prestigiam o lançamento deste jornal. Ao mesmo tempo, asseguramos aos leitores dar o máximo de nossos esforços para manter a melhor qualidade possível ao novo rebento da imprensa gaúcha.³¹

Em 1969, *Zero Hora* passou a ser o primeiro jornal diário do Sul do país a adotar a tecnologia *off-set* de impressão, o que fez com que ocorresse uma reforma no parque gráfico que tornou a área industrial da empresa extremamente competitiva.³²

Os irmãos Maurício e Jaime Sirotsky compraram por completo o jornal *Zero Hora* no dia 21 de abril de 1970. Antes disso, os dois detinham, desde 1967, o controle de 50% das ações, mas o comando ainda era de Ary de Carvalho, dono da outra metade. Com início claudicante, com diversos problemas financeiros, problemas esses que levaram os Sirotsky a até tentar vender o jornal a Breno Caldas, proprietário da Companhia Jornalística Caldas Júnior, os novos donos começaram a realizar mudanças na estrutura e na “cara” do jornal, objetivando dar um visual mais moderno a ele. Em 28 de maio de 1973 o jornal sofreu um duro golpe com o incêndio que atingiu três andares do prédio, destruindo áreas administrativas e a redação de *ZH*.

Com o tempo, o jornal se consolidou no mercado gaúcho, fazendo uma forte parceria com a Rádio Gaúcha e com a TV Gaúcha, e chegando a levar seu principal concorrente, o Correio do Povo, à falência, em 1984.

Hoje, *Zero Hora* é um dos jornais mais importantes e respeitados do país, circulando em todo o estado do Rio Grande do Sul e alguns outros estados. No mercado gaúcho, possui, segundo o Ibope³³, 1.941.725 leitores, sendo o jornal mais lido do Estado, estando em quinto lugar entre os jornais de maior circulação média diária do Brasil³⁴. A maioria absoluta dos leitores de *ZH* compreende o público das classes A e B, com uma participação na leitura de 68% e 49%, respectivamente³⁵.

³¹ Reprodução do editorial publicado na edição número um do jornal, do dia 4 de maio de 1964.

³² RÜDIGER, Francisco. *Tendências da Comunicação*. 2ªed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 83

³³ Dados de 2006.

³⁴ Dados extraídos do site da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

³⁵ Dados extraídos do site do grupo RBS.

Segundo dados do próprio jornal³⁶, hoje, *Zero Hora* tem cerca de 190 jornalistas, sendo que ao redor de 39% são mulheres, e 20 fotógrafos. Em todas as áreas do jornal atuam 1,4 mil pessoas. A redação possui 160 computadores e tem 21 carros à disposição e 27 motoristas que rodam por mês, em média, 69,8 mil quilômetros, consumindo 7,5 mil litros de combustível durante o mês. Todo mês, as três rotativas de ZH (duas em Porto Alegre e uma em Cruz Alta) utilizam 2 mil toneladas de papel e 31,7 toneladas de tinta para a confecção do jornal. A tiragem média diária de *Zero Hora*, de segunda a sábado, é de 183 mil exemplares, chegando, aos domingos, a ter uma tiragem de 277,6 mil jornais. De acordo com *Zero Hora*, o jornal tem 201,8 mil assinantes nas diversas modalidades de assinaturas. O jornal é vendido em 3,9 mil pontos em todo o Estado, sendo que destes, 700 são em bancas de jornal e revistas.

3.2 O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul é o estado mais meridional do Brasil e faz fronteira com o estado de Santa Catarina ao Norte e com o Uruguai e a Argentina, a Oeste e a Sudoeste, respectivamente, situando-se, destarte, em uma posição privilegiada, tendo um contato direto com dois dos principais países que fazem parte do Mercado Comum do Sul (Mercosul)³⁷. O Estado ocupa uma área de cerca de 282 mil quilômetros quadrados, onde vivem ao redor de 10,8 milhões de pessoas, compostas por cerca 51,2% de mulheres e 48,8% de homens³⁸, sendo estas descendentes, principalmente, de índios, negros, alemães, portugueses e italianos.

Estado com um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁹, menor mortalidade infantil (de acordo com dados de 2005, da Secretaria Estadual de Saúde, o Rio Grande do Sul possui uma taxa de mortalidade infantil em 13,64 casos por mil nascidos vivos) e com as mais altas taxas de alfabetização do país (segundo dados de 2004 da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Estado possui uma taxa de analfabetismo de

³⁶ Os dados constam de um suplemento que circulou na edição de *Zero Hora* do dia 4 de maio de 2004, para marcar os 40 anos do jornal.

³⁷ A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram em 26 de março de 1991 o Tratado de Assunção, criando o Mercosul. O principal objetivo do bloco é a integração dos quatro países, por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma tarifa externa comum e da adoção de uma política comercial comum.

³⁸ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³⁹ O IDH leva em conta o PIB per capita, a expectativa de vida e os índices de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

5,5%), o Rio Grande do Sul possui o quarto maior PIB⁴⁰ do Brasil e a expectativa de vida de sua população é de 73,25 anos⁴¹. Apesar de ser um dos maiores produtores e exportadores de grãos do país, o Estado conta com 43,2% de sua economia baseada no setor industrial⁴². Contando com pouco mais de 3% da área total do território brasileiro, o Rio Grande do Sul abriga 6% da população, distribuída em 496 municípios.

3.2.1 O contexto político-social do Estado nos períodos analisados

No ano de 2002 ocorreram eleições gerais no Brasil, onde o novo Presidente, os novos Governadores, os novos Senadores e Deputados Federais e Estaduais foram escolhidos pela população do país. No estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB) foi eleito governador ao vencer, em segundo turno, o ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro (PT). Rigotto obteve 3.148.788 votos, somando 52,67% dos votos válidos, contra os 2.829.527 votos recebidos por Tarso, que obteve, assim, 47,33% dos votos válidos⁴³.

A eleição de Germano Rigotto foi considerada uma surpresa, a despeito de ter sido indicada pelas últimas pesquisas de opinião realizadas na época, na medida em que pouco antes do primeiro turno ele aparecia em terceiro lugar nos levantamentos de opinião. Surgido como uma “terceira via” para o governo do Estado, visto que, durante a campanha eleitoral, a disputa se polarizou entre Tarso Genro (PT) e Antônio Britto (PPS), Rigotto se apresentou ao eleitorado como um homem de centro, nem tão à esquerda quanto Tarso, nem tão à direita quanto Britto. Em entrevista concedida ao jornal Extra Classe, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), no mês de dezembro de 2002, após ter sido eleito, portanto, o novo governador já dava sinais de como o tema segurança pública seria tratado em seu governo.

O nosso principal objetivo na área de segurança é modificar o quadro atual, fazendo com que as corporações policiais voltem a ter sua autonomia, sua dignidade funcional e sua auto-estima recuperada. Essa valorização, que também

⁴⁰ Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o PIB do Estado teve uma variação de 2,7% em 2006, atingindo o valor de R\$ 156 bilhões. O PIB per capita, por sua vez, cresceu 1,6%, atingindo o valor de R\$ 14.227.

⁴¹ Segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde, sendo que, mais especificamente, a expectativa de vida no RS é de 69,21 anos para homens e 77,41 anos para mulheres.

⁴² Segundo dados de 2006 da FEE.

⁴³ Disponível em <www.tre-rs.gov.br> – acesso em 18/08/2007

atingirá a Susepe e os órgãos técnicos, determinará uma ação melhorada. Nossas polícias precisam de uma ação mais preventiva e ostensiva, e não contemplativa, como, por uma decisão do governo, ocorreu nos últimos quatro anos.⁴⁴

Nota-se, de modo bastante claro, o tratamento que será dado à criminalidade durante os quatro anos que viriam. O governador não fala uma linha sequer a respeito de políticas sociais de prevenção. “Corporações policiais”, “autonomia”, “dignidade”, “auto-estima”, “valorização”, “ação mais preventiva e ostensiva”. Germano Rigotto enumera uma série de medidas a serem tomadas em relação à segurança pública. Nenhuma delas, porém, tem relação com a melhoria das condições de vida da parcela da população menos assistida. A polícia e as suas ações têm prioridade.

Germano Rigotto escolheu como secretário de segurança e homem designado a implantar a política de segurança pública de seu governo o então deputado federal eleito, José Otávio Germano, ex-presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. No dia 6 de janeiro de 2003, o novo secretário mostrava como a sua administração à frente da Secretaria de Segurança iria trabalhar: “A segurança requer pressa. As pessoas estão a nos olhar querendo soluções. Não está afeito ao secretário justificar as causas sociais da violência. Vamos filosofar pouco e trabalhar muito.”⁴⁵

Quando o secretário fala em “filosofar pouco e trabalhar muito”, fica evidente a política de segurança pública a ser implantada durante a sua gestão. Filosofar pouco significa não discutir as causas da violência, não investir em medidas de prevenção, não envolver toda a sociedade civil na discussão sobre o assunto, não levar em consideração a opinião de estudiosos e pesquisadores do tema. Trabalhar muito corresponde a implantar medidas fortes de repressão, medidas essas que geraram uma seqüência de mortes em ações policiais e uma conseqüente preocupação de entidades de defesa dos Direitos Humanos.

A eleição de Yeda Crusius ao governo do Estado tem toques bastante parecidos com a de seu antecessor. Antes do início das campanhas eleitorais e do horário eleitoral gratuito, a candidata do PSDB ao governo do Rio Grande do Sul não era nem cogitada como uma possível vencedora ao final do pleito. Os favoritos ao Palácio Piratini eram o ex-governador e

⁴⁴ Disponível no site <http://www.sinpro-rs.org.br/extra/dez02/entrevista.asp> - acesso em 24/08/2007

⁴⁵ Declaração concedida ao jornal Zero Hora, edição do dia 6 de janeiro de 2003.

ex-ministro do governo Lula, Olívio Dutra, e o então atual governador, Germano Rigotto, que era candidato à reeleição.

Yeda também se apresentava como o novo, uma alternativa diferente a dois candidatos que já haviam governado o Estado e não haviam feito muito. Seu bordão de campanha era “um novo jeito de governar”, sendo que a palavra “novo” foi incessantemente repetida pela candidata durante toda a campanha. Após uma incrível subida nas pesquisas de intenção de voto, Yeda foi a candidata que recebeu mais votos no primeiro turno, desbancando Germano Rigotto e indo para o segundo turno com o candidato petista, Olívio Dutra.

No segundo turno, novamente Yeda pediu um voto de confiança aos gaúchos, reafirmando a idéia de ser o “novo”, de nunca ter governado o Estado e querer uma chance como os outros tiveram. O resultado do marketing político de Yeda foi excelente, dando a vitória no segundo turno à candidata do PSDB, obtendo 3.377.973 votos, totalizando 51,54 % do eleitorado gaúcho, contra 2.884.092 votos recebidos por Olívio, obtendo, assim, 44,01 % dos votos⁴⁶.

Depois de procurar diversos políticos e técnicos para assumir a Secretaria de Segurança Pública, sem obter sucesso algum devido a esta ser uma pasta delicada em qualquer governo, Yeda convidou o advogado criminalista e deputado federal eleito, Enio Bacci (PDT), que aceitou o convite de bom grado.

Bacci sempre foi famoso por suas posições duras em relação ao combate à criminalidade, sendo, inclusive, um dos principais opositores da política de desarmamento do Governo Federal, afirmando diversas vezes que o cidadão tem o direito de possuir uma arma para se defender, se necessário. Em entrevista concedida à *Zero Hora* no dia 1º janeiro de 2007, o novo secretário de segurança do Rio Grande do Sul deu mostras claras de qual seria a política de segurança do Estado durante a sua gestão.

A cada minuto que se perde, os bandidos ganham. Temos planos de ações imediatas. Operações de rua, policiamento ostensivo forte para que o cidadão perceba, ações de desarmamento, busca de tóxicos (...). Teremos mapeamento diário das áreas de risco. (...) A droga. É o vetor gerador da violência. Na repressão seremos linha dura, mas dentro da lei. Vai haver energia maior no combate à criminalidade. (...) A sociedade tem de estar do nosso lado. Quando tivermos essa

⁴⁶ Disponível em <www.tre-rs.gov.br> – acesso em 18/08/2007

consciência de que é uma guerra civil, teremos de ter um lado. (...) Será o pior ano para a bandidagem no Rio Grande do Sul.

As idéias de Enio Bacci não se mostraram isoladas dentro do contexto do novo governo. A própria governadora colocava a segurança pública com uma prioridade para a sua gestão e, a despeito do secretário de segurança não ter sido seu primeiro nome para assumir o cargo, ela mostrava que estava bastante afinada com as intenções de Enio Bacci.

Meu compromisso é de que quando a guerra se aproximar, senhores e senhoras, vocês terão uma comandante-em-chefe para ir à luta. Que cada secretário seja de justiça, de promoção da paz, mas quando necessário, iremos à guerra sem nenhum temor de quem quer que se apresente guerreando contra nossos valores.⁴⁷

Vemos nas declarações de ambos, Yeda Crusius e Enio Bacci, uma fúria contra o que eles chamam de “guerra” e de “guerra civil”. “Policciamento extensivo forte”, “ações de desarmamento” (que ironia), “repressão”, “linha dura”, “ter um lado”, “comandante-em-chefe para ir à luta”, “nossos valores”. As palavras e expressões usadas por ambos, da mesma forma com que ocorreu com Rigotto e José Otávio Germano, não incluem nada sobre políticas de inclusão social, educação, saúde e emprego. A política de segurança de Yeda é a da repressão, pura e simples.

Estes eram os contextos políticos e ideológicos dos períodos analisados. Foi assim que a questão da segurança pública foi tratada pelos governantes durante os períodos analisados. Os dois governos começaram tratando a violência de um modo bastante parecido. As idéias se aproximavam e as ações também não diferiam muito. Cabe, agora, após termos visto uma breve história do *Grupo RBS*, de *Zero Hora*, uma apresentação do estado do Rio Grande do Sul e o contexto político do Estado, analisar a cobertura da segurança pública de *Zero Hora* para descobrir de que maneira foram realizadas as coberturas jornalísticas do veículo durante essas épocas.

⁴⁷ Declaração publicada pelo jornal Zero Hora, edição do dia 4 de janeiro de 2007.

3.3 ANÁLISE DA COBERTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ZERO HORA

Para analisar as 180 edições do jornal *Zero Hora*, primeiramente, definimos alguns pontos ou itens a serem estudados. Como foi dito alhures, não se fez possível analisar todos os textos e todos os detalhes do objeto de pesquisa, visto que seria muito material e a análise dependeria um trabalho muito grande, o que exigiria muito tempo. Destarte, os pontos escolhidos para serem analisados, são: espaço físico dedicado ao tema, fotos de capa e contracapa, números apresentados pela cobertura (número de mortes noticiadas, número de manchetes principais de capa, de manchetes secundárias de capa, de chamadas de capa e de manchetes de contracapa), fontes consultadas e palavras e expressões utilizadas com mais frequência. Estes dados serão confrontados com as estatísticas oficiais de segurança pública do estado do Rio Grande do Sul divulgadas pela Secretaria de Segurança Pública (SSP – RS), e, a partir disso, serão retiradas as conclusões a respeito do material estudado.

No decorrer da análise, sempre que, e se forem, identificados na cobertura de *Zero Hora* algum tipo de manipulação jornalística da informação, como os descritos por Perseu Abramo, eles serão abordados à parte, embasados nos padrões de manipulação apresentados alhures.

A partir de agora, segue a análise do *corpus* de pesquisa. Convém, novamente, ressaltar que esta pesquisa é essencialmente exploratória, e, através dela, buscamos descobrir de que modo foram realizadas as coberturas analisadas. Para realizar o estudo, a análise foi dividida em três partes, com cada uma delas trabalhando com elementos específicos e diferentes das outras partes. A primeira etapa consiste em uma *análise isolada*, onde as edições mensais do jornal serão estudadas de acordo com o que elas apresentam independentemente de outros fatores. Nessa parte, serão analisados o uso de palavras e expressões-chave, as fontes consultadas, as fotografias de capa e contracapa e o espaço físico do jornal destinado ao tema segurança.

Na segunda etapa, será realizada uma *análise cruzada com os dados estatísticos* de segurança pública no Rio Grande do Sul, divulgados pelo governo do Estado, em que o número de mortes noticiadas pelo jornal no mês; o número de manchetes principais de capa; o

número de manchetes secundárias de capa⁴⁸; o número de manchetes na contracapa; e o número de chamadas de capa serão cruzados com esses dados.

Na terceira etapa, a análise que será realizada é uma *análise comparativa* entre as edições do jornal correspondentes ao ano de 2003 e as edições do jornal de 2007. Nessa parte do estudo, serão analisados e comparados o enfoque e as diferenças e semelhanças das coberturas. Essa parte do estudo será baseada nas duas etapas anteriores, em que as conclusões obtidas com a análise isolada dos jornais e com a análise cruzada com os dados estatísticos, das edições de cada ano, serão comparadas para se buscar relações entre as duas coberturas.

3.3.1 Análise Isolada

3.3.1.1 Expressões e palavras-chave

Com a análise de quais palavras e expressões-chave são usadas pelo jornal em seus títulos e a frequência com que elas aparecem, pretende-se analisar o enfoque da cobertura do jornal.

3.3.1.1.1 No ano de 2003

A tabela 3 apresenta quais foram as palavras usadas nos títulos de *Zero Hora* durante o primeiro trimestre de 2003. A partir dessa análise é possível observar quais foram as palavras e expressões mais usadas e sabermos qual foi o enfoque da cobertura.

Tabela 3: Palavras e expressões-chave mais usadas em 2003

PALAVRAS E EXPRESSÕES	Nº DE VEZES	PALAVRAS E EXPRESSÕES	Nº DE VEZES
ADOLESCENTE(S)	10	LADRÕES	28
AMEAÇA	1	LADRÃO	6
ASSALTA	5	JOVEM(S)	25
ASSALTADO	8	LATROCÍNIOS	1
ASSALTANTE(S)	16	LEI	1

⁴⁸ Temos por manchetes secundárias de capa as manchetes que não ocupam a parte superior da capa do jornal, não sendo, assim, a principal manchete do dia.

ASSALTO(S)	46	MACONHA	7
ASSASSINADO(S)	16	MATA(M)	18
ASSASSINATO(S)	15	MATADO	1
ASSASSINO	5	MATADOR(S)	3
ATACA(M)	8	MATAR	9
ATACADO(A,S)	6	MEDO	5
ATACAR	1	MORRE	16
ATAQUE	5	MORTE(S)	51
BALA-PERDIDA	10	MORTO(S)	79
BALEADO(S)	18	OFENSIVA	2
BANDO	3	PÂNICO	1
BANDIDO(S)	2	PM(S)	20
BLITZ(E)	1	POLÍCIA CIVIL	9
BM	24	POLÍCIA	22
BRIGADA	1	POLICIAL(S)	18
CAÇADA	1	POLICIAMENTO	7
CADEIA(S)	1	PRENDE(M)	2
CHACINA	2	PRESIDIÁRIOS	2
COCAÍNA	2	PRESÍDIOS	12
COMANDANTE DA BM	4	PRESO(S)	66
CONFRONTO	1	PRISÃO(S)	15
COMERCIANTE (VÍTIMA)	12	PUNIÇÃO	2
CRACK	7	QUADRILHA	9
CRIME(S)	22	REPRESSÃO	1
CRIME ORGANIZADO	3	ROUBA(M)	2
CRIMINALIDADE	2	ROUBADO(S)	13
CRIMINOSO(S)	2	ROUBAR	4
DELEGACIA	4	ROUBO	18
DELEGADO	3	SARGENTO	2
DELITOS	1	SECRETÁRIO	5
DETENTO(S)	5	SEGURANÇA	10
DROGA(S)	13	SEGURANÇAS	3
EMPRESÁRIO (VÍTIMA)	5	SEQÜESTRAR	2
ESTUDANTE (VÍTIMA)	2	SEQÜESTRO	19
EXECUÇÃO	5	SEQÜESTRADO(A)	2
EXECUTADO(A, S)	4	SEQÜESTRADORES	2
FAMÍLIA (VÍTIMA)	4	SOLDADO(S)	3
FORAGIDO	8	SUSPEITO(S)	33
FUGITIVO	3	TERROR	1
FURTA(M)	1	TRAFICANTES	3
FURTADO(S)	4	TRÁFICO	17
FURTO	5	UNIVERSITÁRIO (SUSPEITO)	1
GUARDA	2	UNIVERSITÁRIO (VÍTIMA)	16
GUERRA	2	VIOLÊNCIA	8
GUERRA CONTRA A VIOLÊNCIA	1	VIOLENTO(A, S)	2
HOMICÍDIO(S)	8	VÍTIMA	14
INFRATOR	1		

Observando os dados dispostos na tabela 3, temos que as palavras *morto(s)*, com 79 ocorrências, *preso(s)*, com 66 casos, *morte(s)*, com 51 aparições e *assaltos(s)*, com 46 ocorrências, foram as mais usadas pelo jornal para compor seus títulos durante o período de tempo citado alhures. Temos assim que a cobertura foi alicerçada nas ações e não nos agentes. A palavra *segurança* é utilizada em apenas 10 ocasiões e a expressão *segurança pública* sequer é utilizada. O que também chama a atenção é o modo como integrantes das classes mais altas da sociedade são vitimizadas (*comerciante* (vítima) aparece 12 vezes, *empresário* (vítima), 5 vezes, *universitário* (vítima) 16 vezes). Os integrantes dos órgãos policiais são citados diversas vezes, mas as palavras *Brigada*, *BM*, *polícia*, *policial*, *PM(S)* e *Polícia Civil* não estão entre as de mais ocorrências. A palavra *violência* sendo usada em apenas nove oportunidades corrobora a idéia de que a cobertura não visava, pelo menos não de modo ostensivo, criar um clima de medo e de insegurança na sociedade.

3.3.1.1.2 No ano de 2007

A tabela 4 mostra quais foram as palavras usadas nos títulos de *Zero Hora* durante o primeiro trimestre de 2007. A partir dessa análise é possível observar quais foram as palavras e expressões mais usadas e sabermos qual foi o enfoque da cobertura.

Tabela 4: Palavras e expressões-chave mais usadas em 2007

PALAVRAS E EXPRESSÕES	Nº DE VEZES	PALAVRAS E EXPRESSÕES	Nº DE VEZES
ADOLESCENTE(S)	12	INSEGURANÇA	1
ADOLESCENTE INFRATOR	1	INSPETOR	4
ANO DA SEGURANÇA	2	JOVEM(S)	19
ARMAS	3	JOVENS INFRADORES	3
ASSALTA	4	LADRÃO	12
ASSALTADO	10	LADRÕES	27
ASSALTANTE(S)	13	LEI	16
ASSALTAR	1	LINHA DURA	1
ASSALTO(S)	45	LUTA	2
ASSALTOU	1	LUTA CONTRA O CRIME	1
ASSASSINADO(S)	12	MACONHA	7
ASSASSINAR	1	MATA(M)	16
ASSASSINATO(S)	10	MATADOR(S)	2
ASSASSINO	1	MATAR	9

ATAACA(M)	9	MEDO	1
ATACADO(A,S)	6	MEGAOPERAÇÃO	4
ATACAR	2	MORRE	5
ATAQUE	7	MORTE(S)	43
BACCI	4	MORTO(S)	58
BALA-PERDIDA	2	OFENSIVA	8
BALEADO(S)	14	OFENSIVA CONTRA O CRIME	4
BANDO	12	OPERAÇÃO(S) APROVADA	1
BANDIDO(S)	14	PÂNICO	1
BLITZ(E)	8	PERSEGUIÇÃO	1
BM	52	PM(S)	34
BRIGADA	9	POLÍCIA CIVIL	3
CADEIA(S)	4	POLÍCIA	42
CAPITÃO	1	POLICIAL(S)	13
COCAÍNA	1	PRENDE(M)	15
CONFRONTO	3	PRENDER	3
CONTROLE	1	PRENDEU	3
CORONEL	1	PRESIDIÁRIOS	4
COMBATE À CRIMINALIDADE	3	PRESÍDIOS	14
COMBATE AO CRIME	1	PRESO(S)	78
COMBATE À VIOLÊNCIA	1	PRISÃO(S)	22
COMERCIANTE (VÍTIMA)	4	PUNIÇÃO	3
CRACK	2	QUADRILHA	11
CRIME(S)	57	REPRESSÃO	2
CRIMINALIDADE	8	REPRESSÃO AO CRIME	1
CRIMINOSA(S)	3	RIGOR	3
CRIMINOSO(S)	9	ROUBA(M)	3
DELEGACIA	2	ROUBADO(S)	13
DELEGADO	1	ROUBAR	3
DETENTO(S)	2	ROUBO	14
DISCIPLINA RÍGIDA	1	SAQUEADORES	1
DROGA(S)	10	SAQUEADOS	1
EMPRESÁRIO (VÍTIMA)	2	SAQUEAR	1
ENFRENTAR O CRIME	1	SARGENTO	4
ESTUDANTE (VÍTIMA)	2	SECRETÁRIO	3
EXECUÇÃO	3	SEGURANÇA	30
EXECUTADO(A, S)	11	SEGURANÇA PÚBLICA	3
EXECUTAM	1	SEQÜESTRO	5
EXECUTAR	1	SEQÜESTRADO(A)	2
FAMÍLIA (VÍTIMA)	5	SOLDADO(S)	4
FRONT	1	SUBCOMANDANTE	3
FUGITIVO	1	SUSPEITO(S)	37
FURTA(M)	2	TERROR	3
FURTADO(S)	4	TRAFICADO	1
FURTAR	1	TRAFICANTES	3
FURTO	3	TRÁFICO	12
GUARDA	5	TRAGÉDIA	1
GUERRA	3	UNIVERSITÁRIO (SUSPEITO)	1

GUERRA CONTRA A VIOLÊNCIA	1	VIOLÊNCIA	19
HOMICÍDIO(S)	3	VIOLENTO(A, S)	2
IMPUNIDADE	1	VÍTIMA	9
INFRATOR	5	XERIFE	1

Ao analisarmos quais palavras e expressões e a frequência com que elas aparecem nos títulos de *ZH* durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2007, observamos que a cobertura do jornal teve como destaque as ações policiais, os agentes de segurança, na medida em que as palavras *BM*, *Polícia*, e *PM(S)* aparecem, respectivamente, em 52, 42 e 34 ocasiões. As palavras *crime(s)*, *segurança* e *violência*, são utilizadas em 57, 30 e 19 vezes, o que mostra a tendência em transmitir uma sensação de insegurança na população e, assim, justificar as ações dos órgãos policiais. Também merece ser destacado o uso em 78 ocasiões da palavra *preso(s)*, novamente justificando as ações policiais mostrando os seus resultados, e os usos da palavra *guerra* que aparece quatro vezes, *terror* usada em 3 vezes e da expressão *ano da segurança* que é usada em duas ocasiões.

3.3.1.3 Fontes

Com a análise de quais fontes foram consultadas para a realização das matérias, pretende-se analisar o enfoque da cobertura do jornal.

3.3.1.3.1 No ano de 2003

Para realizar a sua cobertura de segurança pública nos primeiros três meses do ano de 2003, o jornal *Zero Hora* se utilizou de uma diversa gama de fontes. A tabela 5 apresenta quais foram essas fontes e o número de vezes em que elas foram consultadas.

Tabela 5: Fontes consultadas em 2003

FONTES	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
ACUSADO	2
ADVOGADA DE CONDENADO	1

AMIGO DE VÍTIMA	5
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE	3
ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À FALSIFICAÇÃO	2
AUTORIDADE	4
BM	8
BPM	2
CAPITÃO DA BM	4
CHEFE DA POLÍCIA CIVIL	2
CIOSP	1
COMANDANTE DA BM	2
COMANDANTE DE PELOTAO DA BM	1
COMISSÁRIO DE POLÍCIA	2
CORONEL DA BM	2
DELEGADO	50
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA METROPOLITANA	1
DIRETOR DE PRESÍDIO	5
DML	2
DP	4
FILHA DA VÍTIMA	2
GOVERNADOR	3
JUIZ	2
MÃE DE DROGADO	1
MAJOR	7
ONG	2
ÓRGÃO GOVERNAMENTAL	3
PAIS DA VÍTIMA	6
PARENTES DA VÍTIMA	17
PM	3
POLÍCIA CIVIL	9
POLICIAL	1
PRF	2
POPULAÇÃO	1
PROCURADOR DE JUSTIÇA	1
PROMOTOR	2
PSICÓLOGA	2
PSIQUIATRA	2
SARGENTO	3
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA	10
SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	1
SINDICATOS	5
SMIC	1
SOCIÓLOGO	1
SOLDADOS	1
SUBPROCURADOR DE JUSTIÇA	1
SUPERINTENDENTE DA PF NO RS	1
SUSEPE	6
SUSPEITO	1
TENENTE	2

TENENTE-CORONEL DA BM	3
TESTEMUNHAS	19
USUÁRIO DE DROGAS	1
VÍTIMAS	26
VIZINHA DA VÍTIMA	4

Ao observar a tabela, podemos ver que *ZH* utilizou-se de 55 fontes para produzir suas matérias durante o período já citado. Com 50 ocorrências, a fonte mais consultada pelo jornal foram os delegados de polícia. Em seguida, vêm as vítimas, que foram consultadas em 26 ocasiões e, em terceiro, as testemunhas, com 19 ocorrências. Analisando os dados é possível concluir que, na cobertura de segurança pública, *Zero Hora* dá preferência às fontes oficiais, o que Perseu Abramo chama de *oficialismo*, e que a constante consulta às vítimas e a parentes delas tende a transformar as matérias em uma descrição dramática, que foge à realidade factual.

3.3.1.3.2 No ano de 2007

Para realizar a sua cobertura de segurança pública no primeiro trimestre do ano de 2007, *Zero Hora* utilizou um número considerável de fontes. A tabela 6 mostra quais foram essas fontes e o número de vezes em que elas foram consultadas.

Tabela 6: Fontes consultadas em 2007

FONTES	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
ADVOGADA DE CONDENADO	1
AMIGO DE VÍTIMA	1
ASSISTENTE SOCIAL	1
ASSOCIAÇÃO DE CLASSE	15
AUTORIDADE	7
BM	6
BPM	1
CAPITÃO DA BM	8
CHEFE DA POLÍCIA CIVIL	1
COMANDANTE DA BM	10
COMISSÁRIO DE POLÍCIA	1
CORONEL DA BM	8
CRIMINÓLOGO	1
DELEGADO	51

DESEMBARGADOR	1
DIRETOR DE PRESÍDIO	1
EMPRESÁRIO	1
GOVERNADOR	4
JUIZ	11
MAJOR	7
ONG	2
ÓRGÃO GOVERNAMENTAL	6
PAIS DA VÍTIMA	2
PARENTES DA VÍTIMA	14
PF	4
PM	2
POLÍCIA CIVIL	11
POLICIAL	11
PRF	1
POPULAÇÃO	1
PROMOTOR	4
PSICÓLOGA	1
SARGENTO	5
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA	30
SOCIÓLOGO	7
SOLDADOS	3
SUBCOMANDANTE DA BM	24
SUPERINTENDENTE DA PF NO RS	2
SUSEPE	13
SUSPEITO	2
TENENTE	2
TENENTE-CORONEL DA BM	17
TESTEMUNHAS	9
VÍTIMAS	24
VIZINHA DA VÍTIMA	2

Analisando os dados constantes na tabela 6, é possível observar que o jornal consultou 45 fontes durante os três primeiros meses de 2007 para realizar sua cobertura de segurança. Destas, a que mais vezes foi utilizada foi a da figura do delegado de polícia, com 51 aparições. Merece considerável destaque o fato de, em 30 ocasiões, o secretário de segurança do Estado ter sido consultado como fonte de matéria, do subcomandante da BM, que foi consultado 24 vezes, e de tenentes-coronéis da BM, com 17 consultas, confirmando presença do padrão de manipulação por inversão, através da adoção do *oficialismo*. A presença de juízes em 11 ocasiões e a de sociólogos em 7, sendo usados como fontes, também chama a atenção, na medida em que mostra uma ação anormal o que também confirma as idéias de Abramo, quando este diz que a imprensa não pode manipular sempre (no caso consultar

sempre fontes oficiais e nenhuma ligada ao social) porque senão a intenção ficaria muito evidente.

3.3.1.5 Fotos de capa e de contracapa

Através da análise das fotos publicadas nas capas e nas contracapas do jornal, pretendemos observar como e qual foi a escolha de imagens por parte da equipe de editores para representar os fatos acontecidos e noticiados por *Zero Hora*. É importante esclarecer que uma análise completa das imagens utilizadas por *ZH* no decorrer de tempo analisado não se apresentou viável, na medida em que o universo de pesquisa se constitui de 180 edições no jornal, sendo que, em cada edição, o jornal publica de 3 a 5 fotografias diferentes nas páginas da editoria de polícia.

3.3.1.5.1 No ano de 2003

Durante o mês de janeiro de 2003, *ZH* publicou um total de cinco fotografias em suas capas e contracapas, distribuídas em três edições do jornal, nos dias 3, 4 e 8, sendo que todas elas apareceram nas capas de *Zero Hora*. Das imagens publicadas, uma mostra o governador Germano Rigotto entregando uma espada para o novo comandante geral da BM; outra mostra a foto em close de uma menina que foi encontrada morta; uma outra mostra a mãe da menina morta chorando sobre o caixão; outra mostra um loteamento que havia sido seqüestrado um ano antes; e outra mostra um carro, que havia sido roubado e foi abandonado em uma estrada de terra batida, com um policial militar ao lado.

No mês de fevereiro, o jornal publicou em suas capas e contracapas um total de 12 fotografias, distribuídas em nove edições do jornal, nos dias 6, 10, 11, 13, 15, 16, 21, 27 e 28, sendo que sete delas foram publicadas na capa e cinco na contracapa. Das fotografias publicadas, uma mostra o rosto de um empresário norte-americano assassinado na cidade de Flores da Cunha; outra mostra o rosto de um estudante universitário morto em decorrência de agressões que sofreu durante um seqüestro-relâmpago; uma outra mostra o rosto de uma estudante universitária encontrada morta em Caxias do Sul; uma outra mostra vítimas de um seqüestro se abraçando após serem libertadas; outras quatro fotos formam uma seqüência, mostrando um suspeito de assaltar pedestres ferido a bala na perna, deitado no chão, cercado de policiais e sendo carregado para uma ambulância; outra mostra novamente o rosto do

empresário norte-americano assassinado em Flores da Cunha; uma outra mostra um grupo de pessoas na porta de uma delegacia na cidade de Xangri-lá esperando para recuperar pertences que haviam sido furtados; outra mostra uma viatura da Polícia Federal que transportava o traficante Fernandinho Beira-Mar, no Rio de Janeiro, com três policiais fortemente armados; e uma outra mostra Fernandinho Beira-Mar escorado em uma porta que tem a palavra “advogado” escrita sobre um pequeno vidro através do qual ele aparece.

Durante o mês de março, *Zero Hora* publicou em suas capas e contracapas um total de oito fotografias, distribuídas em seis edições do jornal, nos dias 2, 3, 11, 12, 14 e 28, sendo que seis delas foram publicadas na capa e duas na contracapa. Das imagens publicadas, uma mostra um soldado com um fuzil andando em frente a uma bandeira do Brasil no Rio de Janeiro; outra mostra um soldado com um fuzil na mão em frente a um cartaz de divulgação do Carnaval no Rio de Janeiro; uma outra mostra o rosto de um jovem que morreu em decorrência de uma briga em posto de combustíveis em Porto Alegre; outra mostra o rosto do suspeito de ter assassinado o jovem no posto de combustíveis; outra mostra um grande grupo de policiais militares em formação durante aula do curso de formação de soldados; uma outra mostra dois homens suspeitos de cometerem furtos e assaltos em propriedades rurais, sem camisa juntos a uma série de objetos e artefatos; outra mostra o rosto de um policial militar morto durante um tiroteio; e uma outra mostra o traficante Fernandinho Beira-Mar algemado em frente a um pequeno avião sendo escoltado por três soldados, dois deles armados com fuzis.

Analisando as fotos que *ZH* publicou em suas capas e contracapas, podemos observar que, no decorrer dos 90 dias dos três primeiros meses de 2003, o jornal publicou 25 fotografias relacionadas à segurança pública em suas capas e contracapas. Ao analisar mais cuidadosamente, é possível observar também que o foco está nas vítimas. Em 10 imagens as vítimas aparecem. As ações policiais não ganham importância e as consequências delas também não recebem destaque. De todas as fotos, seis merecem uma análise à parte. Duas delas foram publicadas na contracapa do jornal, na edição do mesmo dia, 12 de março, uma sobre a outra. A imagem da parte superior da página mostra um grande grupo de policiais militares em formação durante aula do curso de formação de soldados. Na imagem da parte de baixo da página, pode-se ver dois homens suspeitos de cometerem furtos e assaltos em propriedades rurais, sem camisa, sujos, homens claramente muito pobres, juntos a uma série de objetos e artefatos. O claro paradoxo entre soldados bem arrumados, limpos e dispostos de

modo organizado sobre homens pobres, sujos, maltrapilhos e suspeitos de cometerem assaltos e furtos, transmite uma evidente subjetividade na montagem da página. As outras 4 imagens, publicadas na contracapa do dia 15 de fevereiro, mostram uma seqüência onde podemos ver um homem negro, suspeito de cometer assaltos a pedestres no bairro Azenha, em Porto Alegre, caído no chão após ter sido baleado na perna por policiais militares. O homem, mesmo caído no chão e com muito sangue a vista, é algemado pelos policiais e colocado sob uma maca. O que chama a atenção é o fato de o jornal nunca publicar fotos desse tipo mostrando policiais feridos, o que prova que a cobertura é tendenciosa para um lado.

3.3.1.5.2 No ano de 2007

No decorrer do mês de janeiro de 2007, o jornal *Zero Hora* publicou em suas capas e contracapas, um total de nove fotografias, distribuídas em nove edições do jornal, nos dias 5, 7, 8, 11, 18, 20, 24, 25 e 30. Destas, seis foram publicadas na capa do jornal, e outras três na contracapa. Das fotografias publicadas por *ZH* durante esse período, uma mostra um caixa eletrônico em primeiro plano e um caminhão que foi usado para roubá-lo, atrás; outra mostra um policial militar segurando uma espingarda em uma avenida durante uma blitz à noite; outra, com o título de “Ofensiva contra o crime”, mostra, em primeiro plano, um policial militar segurando um fuzil e, em segundo e terceiro plano, lanchas com policiais dentro andando sobre um rio; uma outra mostra policiais civis colocando pôneis, que haviam sido roubados dias antes e foram recuperados, na caçamba de uma camioneta; outra mostra um homem sentado sobre uma porteira de um curral olhando alguns animais bovinos que haviam sido furtados de suas terras e que ele recuperou; uma outra, sob o título “Assalto, tiroteio, três mortes”, mostra o local onde houve um tiroteio entre assaltantes e policiais militares, onde se pode observar mais de uma dezena de policiais, quatro viaturas da BM, um automóvel que tinha sido roubado pelos assaltantes e parte dos corpos dos mortos; outra mostrar uma major vestindo traje militar de gala tomando posse como chefe de um batalhão da BM; outra mostra policiais militares e integrantes da imprensa em um desmanche de automóveis; e uma outra mostra uma mulher que havia sido vítima de uma ação criminosa sendo escoltada por três soldados militares, um deles segurando um fuzil, e sendo levada para uma viatura da brigada.

Em fevereiro, *ZH* publicou um total de três fotografias em suas capas e contracapas relacionadas ao tema segurança pública, distribuídas em três edições do jornal, nos dias, 4, 8 e

12, sendo uma de capa. Uma das fotografias mostra, em close, um policial ao lado de um homem algemado, ambos de costas, e o policial segurando as algemas; a outra mostra sete policiais rodoviários federais ao redor de uma moto da corporação que havia sido roubada, tentando tirá-la de um barranco; e a outra mostra um dos supostos assassinos do menino que foi arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro, algemado, e sendo olhado, de cima para baixo, por um policial.

Durante o mês de março, o jornal publicou em suas capas e contracapas um total de 11 fotografias relacionadas com o tema segurança pública, distribuídas em 10 edições, nos dias 1, 2, 3, 10, 13, 18, 22, 23, 26 e 27, sendo sete delas publicadas na capa e três na contracapa. Destas, uma mostra alguns policiais federais observando drogas que haviam sido apreendidas dispostas sobre uma mesa; outra mostra somente o rosto de um soldado da BM que havia sido morto no dia anterior; uma outra, sob o título de “Funeral de herói”, mostra um grupo de policiais militares segurando espingardas e preparados para dar uma salva de tiros durante o enterro do soldado morto; outra mostra, em close, um homem de boné segurando outro e com uma arma apontada para a cabeça dele; outra mostra um homem e uma mulher acusados de tráfico de crianças algemados um no outro sendo escoltados por um policial federal; uma outra mostra duas mulheres de costas se abraçando em frente a um cartaz escrito Policia Civil; outra mostra três policiais militares, dois deles segurando cães de guarda, conversando; outra mostra, em primeiro plano, o capô de uma viatura da Policia Civil onde estão postos drogas, um celular e uma arma, em segundo plano se vê dois policiais civis e, ao fundo, dois homens agachados; uma outra foto mostra um homem sentado no meio fio de uma calçada fumando, provavelmente, crack; outra mostra uma mulher com sua filha no colo em uma delegacia depois de terem sido assaltadas; e outra mostra dezenas de pessoas, claramente humildes, de costas e com as mãos na cabeça sob olhar vigilante de um policial militar com um revólver na mão.

Analisando as fotos que *ZH* estampou em suas capas e contracapas relativas à segurança pública, é possível observar que, no total, durante os 90 dias do primeiro trimestre de 2007, o jornal publicou 23 fotografias referentes ao tema. Analisando mais cuidadosamente podemos notar que a figura da força policial está quase sempre presente, em todas elas como vítima ou como o caçador, nunca como culpado ou suspeito. Um caso em particular exemplifica isso: no jornal do dia 26 março, a foto de capa mostra algo até certo ponto bastante corriqueiro nas grandes cidades brasileiras, um homem fumando alguma droga sentado no meio fio da

calçada, próximo a Vila Lupicínio Rodrigues, em Porto Alegre, sob o título “Cocaína, crack ou maconha no meio da rua”. Já as fotos que ilustram a matéria, na página 46 do jornal, mostram policiais militares em uma viatura saindo da vila com diversos equipamentos eletrônicos. A notícia não é o homem se drogando, e sim os policiais entrando de mãos vazias na vila e saindo com elas cheias. Este caso é exemplo claro do padrão de inversão da relevância dos aspectos, com o secundário sendo apresentado como o principal. Outra foto, publicada no dia 11 de janeiro, mostra policiais civis colocando pôneis, que haviam sido roubados dias antes e foram recuperados, na caçamba de uma camioneta. Além do fato da imagem não dizer nada, merece destaque o fato dela junto o título “A volta dos pôneis furtados” ocuparem metade da capa do jornal, apesar de o acontecimento não merecer tamanha relevância.

3.3.1.3 Espaço

Com a análise do espaço físico que a cobertura de segurança pública ocupa no jornal, pretende-se analisar a importância que o veículo dá ao tema. Trataremos espaço físico aqui por em que partes do jornal há notícias referentes à segurança pública e não como espaço geométrico.

3.3.1.3.1 No ano de 2003

A cobertura de segurança pública de *Zero Hora* em 2003 foi distribuída em cinco seções, sendo estas os locais dentro do jornal em que ela foi publicada. A tabela 7 mostra onde *ZH* falou sobre segurança e o número de edições do jornal em que essas coberturas ocorreram.

Tabela 7: Locais em que ocorre a cobertura de segurança pública em 2003

LOCAIS EM QUE CONSTA COBERTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA	NÚMERO DE EDIÇÕES EM QUE OCORREM
Nas páginas da editoria de polícia	90
Na capa	45
Na contracapa	4
Nas páginas 4 e 5	3
Colunas de opinião	1

Analisando os dados constantes na tabela, podemos observar que a cobertura de segurança pública de *Zero Hora* no decorrer dos três primeiros meses do ano de 2003 se concentrou nas páginas da editoria de polícia e em manchetes e chamadas de capa. Somente em três ocasiões foram publicadas matérias tratando do assunto nas páginas quatro e cinco, intituladas *Reportagem Especial*⁴⁹.

3.3.1.3.2 No ano de 2007

Em 2007, *Zero Hora* distribuiu sua cobertura de segurança pública em oito locais distintos dentro do jornal, sendo estes os lugares em que ela foi publicada. A tabela 8 apresenta onde *ZH* abordou o tema segurança e o número de edições do jornal em que essas coberturas ocorreram.

Tabela 8: Locais em que ocorre a cobertura de segurança pública em 2007

LOCAIS EM QUE CONSTA COBERTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA	NÚMERO DE EDIÇÕES EM QUE OCORREM
Nas páginas da editoria de polícia	90
Na capa	74
Na contracapa	11
Na página 3	4
Nas páginas 4 e 5	19
Colunas de opinião	7
Artigos	25
Editoriais ⁵⁰	25

Ao analisarmos as informações da tabela 8, é possível notar que a cobertura de segurança pública de *ZH* durante o primeiro trimestre de 2007 foi consideravelmente espalhada por todo o jornal. Além das páginas da editoria de polícia e das manchetes e chamadas de capa, os temas segurança e violência são abordados do início ao fim do jornal. Destaca-se o fato de em 19 ocasiões terem sido publicadas matérias tratando do assunto nas páginas quatro e cinco e

⁴⁹ Não tivemos acesso às colunas, artigos de opinião e editoriais publicados por *Zero Hora* no ano de 2003. Este fato, porém, não faz com que desconsideremos a cobertura de segurança pública realizada pelo jornal nestes espaços em 2007.

⁵⁰ Por editoriais consideramos todas as partes que refletem a opinião do próprio jornal ou da empresa dona do veículo.

do grande número de artigos de opinião e de editoriais publicados falando sobre o mesmo tema.

3.3.2 Análise Cruzada com os Dados Estatísticos

Ao realizar uma análise cruzada com os dados estatísticos, pretendemos fazer uma ligação entre a realidade factual, ou seja, o número de crimes realmente ocorridos, e a cobertura jornalística desses fatos realizada pelo jornal. Os índices estatísticos que usaremos serão os relativos ao número de mortes registradas oficialmente pelas instâncias governamentais responsáveis por isso durante o período de tempo analisado. Outros dados, como número de roubos, furtos, assaltos a bancos, entre outros, não serão utilizados, na medida em que existe uma diferença de metodologia na tabulação dos dados dos anos de 2003 e 2007, o que ocasionaria uma discrepância nos resultados da pesquisa.

3.3.2.1 Número de mortes noticiadas pelo jornal

Com a análise do número de mortes noticiadas pelo jornal, pretende-se analisar a relação existente entre o número de mortes causadas por crimes ocorridas oficialmente no Estado com o número de mortes noticiadas por *Zero Hora*.

3.3.2.1.1 No ano de 2003

3.3.2.1.1.1 No mês de janeiro

Nos 31 dias do mês de janeiro de 2003, o jornal *Zero Hora* publicou em suas páginas um total de 72 mortes causadas por crimes. Em somente três edições do jornal, nos dias 5, 14 e 16, não foi publicada nenhuma morte. O máximo de mortes noticiadas no mesmo dia ocorreu em 12 de janeiro, quando seis ocorrências foram publicadas.

3.3.2.1.1.2 No mês de fevereiro

No decorrer dos 28 dias do mês de fevereiro de 2003, *ZH* noticiou um total de 67 mortes causadas por crimes. Em cinco edições do jornal, nos dias 13, 16, 21, 25 e 26, não foram

noticiadas mortes. O máximo de mortes noticiadas no mesmo dia ocorreu nas edições dos dias 6 e 17, quando nove casos foram publicados.

3.3.2.1.1.3 No mês de março

Durante os 31 dias do mês de março de 2003, o jornal *Zero Hora* noticiou um total de 90 mortes causadas por crimes. Em cinco edições do jornal, nos dias 4, 9, 15, 16 e 22, não foram noticiadas mortes. O máximo de mortes noticiadas no mesmo dia ocorreu em 10 de fevereiro, quando 14 ocorrências foram publicadas.

3.3.2.1.2 No ano de 2007

3.3.2.1.2.1 No mês de janeiro

Nos 31 dias do mês de janeiro de 2007, *Zero Hora* noticiou um total de 76 mortes causadas por crimes. Em sete edições do jornal, nos dias 1, 4, 11, 12, 15, 24 e 31, não foram noticiadas mortes. O máximo de mortes noticiadas no mesmo dia ocorreu em 2 de janeiro, quando 15 casos foram publicados.

3.3.2.1.2.2 No mês de fevereiro

No decorrer dos 28 dias do mês de fevereiro de 2007, o jornal *Zero Hora* noticiou um total de 80 mortes causadas por crimes. Em três edições do jornal, nos dias 10, 14 e 23, não foram noticiadas mortes. O máximo de mortes noticiadas no mesmo dia ocorreu em 19 de fevereiro, quando 17 ocorrências foram publicadas.

3.3.2.1.2.3 No mês de março

Durante os 31 dias do mês de março de 2007, *ZH* noticiou um total de 64 mortes causadas por crimes. Em 11 edições do jornal, nos dias 1, 4, 6, 7, 8, 11, 12, 16, 22, 27 e 29, não foram noticiadas mortes. O máximo de mortes noticiadas no mesmo dia ocorreu em 26 de março, quando oito casos foram publicados.

3.3.2.1.3 Análise cruzada com os índices estatísticos

Analisando o número de mortes causadas por crimes noticiadas por *Zero Hora* durante os três primeiros meses de 2003, temos que o jornal publicou 229 casos destes tipos de fatos, sendo que 72 mortes foram noticiadas em janeiro, 67 mortes em fevereiro e 90 mortes noticiadas em março. Os dados estatísticos oficiais, indicam que, no mês de janeiro, ocorreram 155 casos de morte ocasionados por ações criminosas no Rio Grande do Sul, em fevereiro foram 101 ocorrências, e, em março, 141, totalizando 397 casos de morte registrados no Estado. Isso dá que, em janeiro, o jornal noticiou 1 em cada 2,15 casos de morte ocorridos, em fevereiro noticiou 1 em cada 1,50 casos e, em março, 1 em cada 1,56. A partir disso, podemos afirmar que a cobertura de segurança pública foi mais “forte” durante os meses de fevereiro e março e mais “leve” no mês de janeiro. Cabe um destaque para o mês de março, onde, apesar de em 5 edições do jornal não terem sido noticiadas mortes, a proporção entre números de mortes ocorridas e número de mortes noticiadas foi bem próxima.

Ao realizar a mesma análise em relação ao ano de 2007, vemos que *ZH* noticiou um total que 220 mortes causadas por crimes, sendo que 76 delas foram noticiadas em janeiro, 80 no mês de fevereiro e 64 em março. Os índices estatísticos oficiais mostram que, em janeiro de 2007, ocorreram 117 casos de morte como conseqüências de crimes no Estado, em fevereiro foram 120 e, em março, 128. Isso dá que, em janeiro, *Zero Hora* noticiou 1 em cada 1,53 casos de morte ocorridos, em fevereiro noticiou 1 em cada 1,50 e, em março, 1 em cada 2. A partir disso, é possível afirmar que a cobertura de segurança pública foi mais “presente” nos meses de janeiro e fevereiro e mais “leve” em março. Cabe destacar o mês de março, onde em nada mais nada menos do que em 11 edições não foram noticiadas mortes, a despeito de ter sido o mês em que mais casos foram oficialmente registrados, e isso se refletiu na proporção entre mortes ocorridas e mortes noticiadas.

3.3.2.2 Número de manchetes principais de capa

Com a análise do número de manchetes principais de capa, pretende-se quantificar a importância que o veículo deu para o tema segurança pública no período analisado e a relação deste com os índices de violência registrados.

3.3.2.2.1 No ano de 2003

3.3.2.2.1.1 No mês de janeiro

Durante o mês de janeiro de 2003, o jornal *Zero Hora* publicou somente uma manchete principal de capa sobre segurança pública, sendo que esta tratava mais especificamente de uma questão de cunho nacional e não do Rio Grande do Sul (“Crime se combate com repressão”, manchete da edição do dia 12 de janeiro, destacando declaração concedida pelo ministro da justiça em uma entrevista).

3.3.2.2.1.2 No mês de fevereiro

No mês de fevereiro, *Zero Hora*, novamente, publicou somente uma manchete principal de capa relacionada à segurança pública, sendo que ela tratava mais especificamente de uma questão relativa à segurança no estado do Rio de Janeiro (“Exército patrulhará Rio no Carnaval”, manchete da edição do dia 27 de fevereiro).

3.3.2.2.1.3 No mês de março

No mês de março, *Zero Hora* teve como manchete principal de capa a questão da segurança pública em seis edições. Em cinco delas, o assunto referia-se a temas nacionais ou de outros estados do país (“Exército garante a segurança da festa no Rio”, manchete da edição do dia 3 de fevereiro, sobre as medidas de segurança tomadas no Carnaval; “Rio quer manter Exército nas ruas”, manchete da edição do dia 4 de fevereiro, sobre o mesmo tema; “Polícia procura elo entre Beira-Mar e morte de juiz em SP”, manchete da edição do dia 16 de fevereiro, relativo ao assassinato de um juiz de direito em São Paulo; “Mais um juiz é morto no Brasil”, manchete da edição do dia 25 de fevereiro, sobre a morte de um juiz de direito no Espírito Santo; “Lula pede e Alagoas recebe Beira-Mar”, manchete da edição do dia 28 de fevereiro, referente à transferência do presidiário Fernandinho Beira-Mar).

Somente na edição do dia 30 de fevereiro, *Zero Hora* publicou como manchete principal de capa uma notícia relativa ao estado do Rio Grande do Sul. Mesmo assim, a manchete “Pesquisa revela perfil do consumo de drogas nas escolas” não fala sobre violência,

insegurança, ou alguma ação criminosa, e sim sobre uma pesquisa realizada em escolas de Porto Alegre que aborda o consumo de drogas por parte dos jovens da Capital gaúcha.

3.3.2.2.2 No ano de 2007

3.3.2.2.2.1 No mês de janeiro

Em janeiro de 2007, o jornal *Zero Hora* teve 12 manchetes principais de capa tratando sobre segurança pública, sendo que nove delas relativas ao Rio Grande do Sul (“Yeda promete ir ‘à guerra’ para enfrentar o crime”, manchete da edição do dia 4 de janeiro; “PMs terão metas diárias para cumprir”, manchete da edição do dia 11 de janeiro, relativa às medidas do novo governo para aumentar a repressão ao crime; “BM pretende abordar 70 mil veículos por dia”, manchete da edição do dia 12 de janeiro; “Sul e Oeste despontam como regiões menos violentas do Estado”, manchete da edição do dia 14 de janeiro; “Descrença na polícia e medo de vingança favorecem o crime”, manchete da edição do dia 21 de janeiro; “Cortes na BM ameaçam ofensiva contra o crime”, manchete da edição do dia 25 de janeiro; “Yeda sobre a segurança: ‘Não faltarão recursos’”, manchete da edição do dia 26 de janeiro; “BM prende média de 131 por dia em 2007”, manchete da edição do dia 27 de janeiro; “Prisões gaúchas tiveram 12 fugas por dia em 2006”, manchete da edição do dia 30 de janeiro).

As outras três manchetes principais de capa tratando sobre segurança pública em janeiro de 2007 abordaram questões relativas ao Brasil e ao estado do Rio de Janeiro (“Lula admite mudar leis para endurecer combate ao crime”, manchete da edição do dia 3 de janeiro; “Política de segurança de Lula flutua ao sabor das pressões”, manchete da edição do dia 7 de janeiro; “Com comando gaúcho, tropas nacionais abrem guerra ao crime do Rio”, manchete da edição do dia 15 de janeiro).

3.3.2.2.2.2 No mês de fevereiro

No mês de fevereiro de 2007, *Zero Hora* publicou em sua capa 14 manchetes principais relacionadas com o tema segurança pública. Destas, cinco tratavam de assuntos de interesse

nacional (“Morte de menino no Rio choca o país e vira símbolo contra o crime”, manchete da edição do dia 9 de fevereiro; “Senado desarquiva projetos de redução da maioridade penal”, manchete da edição do dia 13 de fevereiro; “Câmara aprova punição maior para celular na prisão e crime hediondo”, manchete da edição do dia 15 de fevereiro; “Câmara aumenta a pena para quem usar menor em crime”, manchete da edição do dia 16 de fevereiro; “Senado inicia debate para punir criminosos com menos de 18 anos”, manchete da edição do dia 27 de fevereiro).

As outras nove manchetes principais de capa publicadas durante o mês de fevereiro tratam de assuntos referentes ao estado do Rio Grande do Sul (“Onde colocar tanto preso”, manchete da edição do dia 4 de fevereiro, tratando do problema do pequeno número de vagas nos presídios gaúchos frente às ações ostensivas da polícia; “BM parou mais de 639 mil veículos em barreiras em um mês”, manchete da edição do dia 5 de fevereiro; “Ofensiva policial reduz criminalidade em janeiro”, manchete da edição do dia 6 de fevereiro; “Novas medidas tentarão restringir comércio de peças de carros roubados”, manchete da edição do dia 7 de fevereiro; “O berço de um criminoso”, manchete da edição do dia 11 de fevereiro, abordando a questão da delinquência juvenil; “124.018 carros foram roubados ou furtados no RS em quatro anos”, manchete da edição do dia 12 de fevereiro; “Yeda cria órgão para integrar programas de combate à violência”, manchete da edição do dia 14 de fevereiro; “Arrombador é preso quatro vezes em duas semanas”, manchete da edição do dia 21 de fevereiro; “Brigada prendeu em blitz 8,3 mil pessoas desde o início do ano”, manchete da edição do dia 26 de fevereiro).

3.3.2.2.3 No mês de março

No decorrer do mês de março de 2007, o jornal *Zero Hora* estampou em suas capas nove manchetes principais relativas à segurança pública, sendo que três delas abordam assuntos de cunho nacional (“Avançam no Congresso leis mais rígidas para condenados à prisão”, manchete da edição do dia 8 de março; “Debate de nova lei contra o terrorismo chega ao Congresso”, manchete da edição do dia 14 de março; “Polícias Civis se unem e fazem primeira ação coordenada no Brasil”, manchete da edição do dia 24 de março).

As outras seis manchetes abordavam assuntos relacionados ao Rio Grande do Sul (“Ação da BM faz cair índices de 15 crimes”, manchete da edição do dia 2 de março; “Menor

envolvido na morte de PM em ônibus já foi detido 14 vezes”, manchete da edição do dia 6 de março; “Plano contra roubo de carros prevê numeração nas peças de desmanche”, manchete da edição do dia 7 de março; “Polícia começa a desvendar rede que pode ter traficado 30 adolescentes gaúchas”, manchete da edição do dia 12 de março; “Na trilha das meninas raptadas”, manchete da edição do dia 18 de março; “Recapturado há 113 dias Papagaio voltará para o semi-aberto em um mês”, manchete da edição do dia 21 de março).

3.3.2.2.3 Análise cruzada com os índices estatísticos

Analisando o número de manchetes principais de capa de *Zero Hora* nos três primeiros meses de 2003, podemos observar que, a despeito dos 154 casos de homicídio e de um caso de infanticídio registrados no mês de janeiro, o jornal publicou apenas uma manchete principal de capa durante todo o mês tratando sobre segurança pública, sendo que esta falava de um assunto que não possuía nenhuma relação direta com o estado do Rio Grande do Sul. Em fevereiro, a situação se repete, ocorrendo 101 casos de homicídio registrados e nenhuma manchete principal de capa falando sobre segurança no Estado. No mês de março, o Rio Grande do Sul registrou oficialmente 140 casos de homicídio e 1 caso de infanticídio. No mesmo mês, *Zero Hora* estampa em sua capa manchetes principais abordando o tema segurança pública em seis edições, entretanto, somente uma delas se referia a algo no Rio Grande do Sul, e, mesmo assim, apresentando uma pesquisa sobre o perfil dos usuários de drogas nas escolas de Porto Alegre. Observando os dados, temos que, no decorrer dos três primeiros meses de 2003, ocorreram no Rio Grande do Sul 397 casos de morte causadas por algum tipo de crime e *Zero Hora* não publicou nenhuma manchete principal de capa relativa à segurança pública, ou violência, ou criminalidade no Estado.

Ao analisar o número de manchetes principais de capa de *Zero Hora* nos três primeiros meses do ano de 2007, temos que, no mês de janeiro, *Zero Hora* noticiou em nove ocasiões questões de segurança pública no Rio Grande do Sul como manchete principal de capa, sendo que ocorreram 117 casos de morte (110 homicídios e 7 latrocínios) causada por crimes registradas oficialmente. Em fevereiro, o Estado apresentou 120 casos oficiais de morte (112 homicídios e 8 latrocínios) causadas por ações criminosas e o jornal, novamente, estampou 9 manchetes principais de capa tratando sobre segurança pública no Rio Grande do Sul. No mês de março, foram registrados oficialmente 128 casos de morte (123 homicídios e 5 latrocínios) causados por crimes no Estado e *ZH* publicou seis manchetes principais de capa falando sobre

segurança pública no RS. Observando os dados, vemos que, durante os três primeiros meses de 2007, ocorreram no Rio Grande do Sul 365 casos de morte causadas por algum tipo de ação criminosa e que *Zero Hora*, no mesmo período de tempo, noticiou 24 manchetes principais de capa relativas à segurança pública no Estado.

3.3.2.3 Número de manchetes secundárias de capa

Com a análise do número de manchetes secundárias de capa, pretende-se quantificar a importância que o veículo deu para o tema segurança pública no período analisado e a relação deste com os índices de violência registrados.

3.3.2.3.1 No ano de 2003

Em janeiro de 2003, o jornal *Zero Hora* não publicou manchetes secundárias de capa tratando do tema segurança pública. Em fevereiro, o jornal novamente não noticiou manchetes secundárias de capa sobre segurança pública e, em março, *ZH* publicou duas manchetes secundárias de capa abordando o tema segurança pública, sendo uma relativa ao estado do Rio de Janeiro e uma ao Rio Grande do Sul. Assim, durante os três primeiros meses de 2003, o jornal publicou uma manchete secundária de capa tratando do tema segurança pública no RS.

3.3.2.3.2 No ano de 2007

Durante o mês de janeiro de 2007, *ZH* publicou sete manchetes secundárias de capa referentes à segurança pública, sendo que todas tratando de questões relativas ao RS. Em fevereiro, foram noticiadas cinco manchetes secundárias de capa, sendo que, destas, quatro eram relacionadas ao Rio Grande do Sul e, em março, o jornal publicou duas manchetes secundárias de capa, ambas falando sobre questões do Estado. Destarte, durante os três primeiros meses de 2007, *Zero Hora* noticiou 13 manchetes secundárias de capa referentes à segurança pública no Estado.

3.3.2.3.3 Análise cruzada com os índices estatísticos

Analisando os dados, temos que, apesar de terem ocorrido 397 casos de mortes causadas por crimes no RS durante o primeiro trimestre de 2003, *ZH* publicou somente uma manchete secundária de capa com o tema segurança pública no Rio Grande do Sul. Já nos três primeiros meses do ano de 2007, o jornal noticiou treze manchetes secundárias de capa com o mesmo tema, tendo ocorrido 365 casos de morte.

3.3.2.4 Número de manchetes na contracapa

Com a análise do número de manchetes na contracapa, pretende-se quantificar a importância que o veículo deu para o tema segurança pública no período analisado e a relação deste com os índices de violência registrados.

3.3.2.4.1 No ano de 2003

No mês de janeiro de 2003, não foram publicadas manchetes com o tema segurança pública na contracapa de *Zero Hora*. Em fevereiro, *ZH* noticiou duas manchetes relativas à segurança pública no Rio Grande do Sul em sua contracapa e, em março, novamente, duas manchetes foram publicadas na contracapa. Desta forma, o jornal noticiou quatro manchetes em sua contracapa durante o primeiro trimestre do ano de 2003.

3.3.2.4.2 No ano de 2007

Durante o primeiro trimestre de 2007, *Zero Hora* publicou um total de 11 manchetes relacionadas à segurança pública em sua contracapa, sendo que dez delas tratavam de assuntos específicos do Rio Grande do Sul. Em janeiro foram três ocorrências, em fevereiro também três (uma sobre o RJ) e, em março, cinco.

3.3.2.4.3 Análise cruzada com os índices estatísticos

Ao analisar o número de manchetes relacionadas ao tema segurança pública no estado do Rio Grande do Sul publicadas por *ZH* em sua contracapa nos anos de 2003 e 2007, novamente

percebemos que as coberturas não são proporcionais ao número de mortes ocorridas em razão de ações criminosas no Estado, na medida em que, enquanto em 2003 ocorreram 397 mortes no primeiro trimestre no Rio Grande do Sul e o jornal publicou 4 manchetes na contracapa, em 2007 houve 365 mortes e *ZH* publicou 10 manchetes nas suas contracapas.

3.3.2.5 Número de chamadas de capa

Com a análise do número de chamadas de capa, pretende-se quantificar a importância que o veículo deu para o tema segurança pública no período analisado e a relação deste com os índices de violência registrados.

3.3.2.5.1 No ano de 2003

No mês de janeiro de 2003, o jornal *Zero Hora* publicou em suas capas 15 chamadas tratando do tema segurança pública, sendo que 14 delas abordavam questões relacionadas ao Rio Grande do Sul. Em fevereiro, foram 13 chamadas de capa abordando segurança pública no RS e, no mês de março, 11, sendo que oito falavam sobre o Estado. No total, *ZH* noticiou 39 chamadas de capa sobre segurança pública, e, destas, 35 tratavam de assuntos referentes ao Rio Grande do Sul.

3.3.2.5.2 No ano de 2007

No primeiro mês de 2007, *Zero Hora* publicou 17 chamadas de capas abordando a questão da segurança pública, sendo todas elas referentes a o estado do Rio Grande do Sul. Em fevereiro foram nove chamadas de capa, sendo que oito referentes ao RS e, no mês de março, foram publicadas 20 chamadas de capa e todas elas tratando de assuntos relacionados ao Estado. No total, o jornal publicou 46 chamadas de capa falando sobre segurança pública e, destas, 45 especificamente sobre segurança pública no RS.

3.3.2.5.3 Análise cruzada com os índices estatísticos

Analisando os dados, temos que, no primeiro trimestre de 2003, *Zero Hora* publicou 35 chamadas de capa tratando de segurança pública no Estado, sendo que, neste mesmo período, ocorreram 397 mortes causadas por crimes no Rio Grande do Sul. Já em 2007, o jornal publicou 45 chamadas de capa, sendo que ocorreram no Rio Grande do Sul 365 mortes ocasionadas por ações criminosas. Novamente percebe-se que a cobertura realizada em 2007 pelo jornal não seguiu a mesma linha de 4 anos atrás, e sim, buscou noticiar de modo mais contundente as questões relacionadas ao tema segurança.

3.3.3 Análise Comparativa

Através da análise comparativa, faremos um cruzamento das análises dos anos de 2003 e de 2007 realizadas anteriormente. Destarte, teremos uma idéia ainda mais clara de como o jornal realizou as suas coberturas de segurança pública.

3.3.3.1 Análise comparativa das expressões e palavras-chave utilizadas nos títulos do jornal

Analisando os dados relativos ao uso de palavras e expressões-chave por *Zero Hora* em seus títulos no decorrer dos três primeiros meses dos anos de 2003 e 2007, podemos observar que, em 2003, a cobertura foi baseada nas ações e não nos agentes, que ocorreu uma deliberada vitimização de pessoas integrantes da classe média e que a intenção da cobertura não era de criar um clima de medo e de insegurança na sociedade. Já em 2007, vemos que a cobertura de segurança de *ZH* se focou nas ações policiais, que houve uma tendência em passar uma sensação de insegurança na população, justificando, destarte, as ações dos órgãos policiais. Criou-se, assim, um círculo vicioso. O uso das palavras *guerra* e *terror* e da expressão *ano da segurança* nos títulos do jornal também chama a atenção.

Percebemos, destarte, comparando o uso de palavras e expressões nos títulos nos dois anos analisados, que existiam objetivos claros e diferentes em ambas. Enquanto a cobertura de 2003 procurava trabalhar baseada nos fatos jornalísticos, apesar de escancarar a diferença de tratamento das conseqüências da violência em classes sociais diferentes, a de 2007 teve a polícia como protagonista, e não os fatos. Tentou-se criar um clima de insegurança total na sociedade, o que justificava as ações espalhafatosas dos órgãos policiais no período.

3.3.3.2 Análise comparativa das fontes consultadas pelo jornal

Analisando as fontes consultadas por *Zero Hora* nos três primeiros meses de 2003 e 2007, podemos observar que, em 2003, o jornal preferencia as fontes oficiais e que há uma constante consulta às vítimas e a parentes delas. Em 2007, vemos duas idéias de Perseu Abramo sendo confirmadas na prática: a da adoção do *oficialismo* e a que diz que a imprensa não pode manipular sempre (no caso, consultar sempre fontes oficiais e nenhuma ligada ao social) porque senão a intenção de manipular ficaria muito evidente.

As fontes utilizadas pelo jornal em 2003 e em 2007 são bastante semelhantes, com algumas diferenças significativas, como a utilização de sociólogos como fontes em 2007, fazendo um leve contraponto às posições dos órgãos estaduais de segurança pública.

3.3.3.3 Análise comparativa das fotos de capa e contracapa

Ao analisar o uso de fotografias nas capas e contracapas de *ZH* durante o primeiro trimestre dos anos de 2003 e 2007, é possível notar que, em 2003, nas fotografias relacionadas à segurança pública, o foco está nas vítimas, sendo que, das 25 imagens, em 10 as vítimas aparecem, e que as ações policiais e as conseqüências delas não são destacadas. Já no ano de 2007, podemos observar que a figura da força policial está constantemente presente.

Notamos claramente, assim, que a escolha das fotos de capa e de contracapa no decorrer dos períodos analisados buscou objetivos bastante diversos. Em 2003, podemos afirmar que a cobertura foi mais jornalística, apesar de incutir subjetividades, como no caso da vitimização das classes sociais mais altas. Entretanto, em 2007, as fotos publicadas evidenciam uma escolha por parte do jornal em fazer do policial um herói que, como diz o próprio jornal em um de seus títulos, “por terra, ar e água” está arriscando sua vida para acabar com a “guerra” que assola a sociedade gaúcha. A imagem que temos é a de que há mais polícia nas ruas e de que isso só traz resultados positivos.

3.3.3.4 Análise comparativa do espaço dado ao tema no jornal

Ao compararmos o espaço físico do jornal destinado ao tema segurança pública nos anos de 2003 e 2007, observamos que, em 2003, a cobertura se concentrou nas páginas da editoria de polícia e em manchetes e chamadas de capa. No ano de 2007, vemos que a cobertura foi espalhada por todo o jornal com grande destaque ao fato de em 19 vezes terem sido publicadas matérias tratando do assunto nas páginas quatro e cinco.

Vemos aí que no ano de 2007 a cobertura se manteve ocupando o mesmo espaço físico na editoria de polícia que ocupava em 2003, o que ocorre, entretanto, é que o jornal aumentou significativamente a sua cobertura de segurança pública sem aumentar as páginas de polícia. A cobertura tornou-se maior, mais constante e presente, e mais impactante, na medida em que esteve presente em todo o jornal.

3.3.3.5 Análise comparativa do número de mortes noticiadas pelo jornal

Ao analisarmos comparativamente as coberturas de segurança pública de *Zero Hora* nos anos de 2003 e de 2007, tendo como base o número de mortes noticiadas pelo jornal, temos que, em 2003, ocorreram 397 casos de morte oficiais no RS e o jornal noticiou 229 destes casos e, em 2007, ocorreram 365 casos de mortes oficiais contra 220 mortes noticiadas por *ZH*, o que dá uma relação de 1 morte noticiada por cada 1,73 mortes ocorridas em 2003, e 1 morte noticiada para cada 1,65 mortes ocorridas em 2007. Pode-se dizer, portanto, que, apesar do maior número de mortes ocasionadas por crimes registradas no ano de 2003, a cobertura de segurança pública de *Zero Hora* foi maior em 2007.

Tabela 9: Relação entre o número de mortes oficiais e o número de mortes noticiadas

Ano	Mortes oficiais	Mortes noticiadas
2003	397	229
2007	365	220

3.3.3.6 Análise comparativa do número de manchetes principais de capa noticiadas pelo jornal

Ao analisarmos comparativamente as coberturas de segurança pública realizadas por *Zero Hora* em 2003 e em 2007, tendo como bases o número de manchetes principais de capa, temos uma considerável diferença. Observando globalmente os dois anos, vemos que, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2003, tivemos 397 ocorrências de mortes como consequência de crimes e nenhuma manchete principal de capa de *ZH* tratando diretamente sobre segurança. Já em 2007, no decorrer dos mesmos meses, ocorreram oficialmente no Estado 365 mortes causadas por crimes e o jornal noticiou 24 manchetes principais de capa. Ou seja, em 2007, tivemos 32 mortes a menos em relação a 2003, e, surpreendentemente, 24 manchetes principais de capa a mais.

Tabela 10: Relação entre número de mortes e número de manchetes principais de capa

Ano	Mortes oficiais	Manchetes principais de capa
2003	397	0
2007	365	24

3.3.3.7 Análise comparativa do número de manchetes secundárias de capa noticiadas pelo jornal

Analisando os dados, temos que, apesar de terem ocorrido 397 casos de mortes causadas por crimes no RS, durante o primeiro trimestre de 2003, *ZH* publicou somente uma manchete secundária de capa como tema segurança pública no Rio Grande do Sul. Já nos três primeiros meses do ano de 2007, o jornal noticiou treze manchetes secundárias de capa com o mesmo tema, a despeito de terem ocorrido 32 mortes a menos no Estado, ou seja, 365 casos. Destarte, reafirmam-se os dados analisados no item anterior, onde se observa uma cobertura muito maior do assunto no ano de 2007 apesar de os índices estatísticos mostrarem que a criminalidade foi menor.

Tabela 11: Relação entre número de mortes e número de manchetes secundárias de capa

Ano	Mortes oficiais	Manchetes secundárias de capa
2003	397	1
2007	365	13

3.3.3.8 Análise comparativa do número de manchetes na contracapa noticiadas pelo jornal

Ao analisarmos comparativamente o número de manchetes publicadas na contracapa do jornal tratando do tema segurança pública no decorrer dos três primeiros meses de 2003 e de 2007, notamos que as coberturas não se mostram proporcionais em relação ao número de mortes oficiais causadas por crime e ocorridas no RS durante o período, o que mais uma vez comprova a diferença nas coberturas e a intenção de se tratar o assunto de um modo mais presente em 2007.

Tabela 12: Relação entre número de mortes e número de manchetes na contracapa

Ano	Mortes oficiais	Manchetes na contracapa
2003	397	4
2007	365	10

3.3.3.8 Análise comparativa do número de chamadas de capa noticiadas pelo jornal

Analisando o número de chamadas de capa publicadas por *Zero Hora* nos anos de 2003 e 2007, novamente confirmamos a conclusão de que a cobertura realizada em 2007 foi mais “forte” do que a realizada em 2003. No ano de 2003, o Estado registrou 397 mortes causadas por crimes e o jornal noticiou 35 chamadas de capa relativas à segurança pública no Rio Grande do Sul e, em contrapartida, em 2007, quando foram registradas oficialmente 365 mortes, *ZH* publicou 45 chamadas de capa sobre segurança pública no Estado.

Tabela 13: Relação entre número de mortes e número de chamadas de capa

Ano	Mortes oficiais	Chamadas de capa
2003	397	35
2007	365	45

3.3.4 Análise especial: coluna “Sua Segurança”

A cobertura de segurança pública de *Zero Hora* no ano de 2007 tem outra particularidade que a diferencia e muito da cobertura realizada quatro anos antes. A criação da coluna de opinião “Sua Segurança”, escrita pelo jornalista Humberto Trezzi, pode ser considerada um marco na espetacularização jornalística de um tema delicado e de veras complexo, e na criação de subjetividades e imaginários. O novo espaço na cobertura de segurança foi anunciado de modo melodramático pelo diretor de redação do jornal, Marcelo Rech, no dia 7 de janeiro, na página três do jornal, em um espaço intitulado “Cartas do Editor”.

É com pesar que Zero Hora comunica o surgimento de uma nova coluna – dedicada exclusivamente a analisar a questão da segurança. Quando um veículo de porte de ZH convida um de seus mais talentosos e calejados repórteres para comentar, em bases cotidianas, a insegurança nossa de cada dia, é porque algo muito sério desandou no Brasil.

O sonho de todo brasileiro deveria ser que seu jornal tivesse mais comentários de teatro, dança, literatura, educação, até de trânsito, vá lá. Mas não. Como editor responsável por manter o jornal em sintonia máxima com a realidade dos leitores, vejo-me compelido a reconhecer que o tema da violência e da criminalidade ganhou ainda mais urgência e necessidade de tratamento editorial cada vez mais abrangente e especializado.

O que em nações pacíficas seria relegado ao fim da fila de prioridades jornalísticas no Brasil de 2007 recebe o esforço adicional de um jornal comprometido com o bem-estar de seus leitores. A nova coluna é parte da filosofia de ZH de servir como um guia para que seu público enfrente, vença e usufrua melhor um dia-a-dia complexo e muitas vezes inamistoso.

ZH atribuiu o novo espaço editorial a um às do jornalismo forjado em conflitos. Aos 44 anos, há 18 em ZH, Humberto Trezzi já preencheu prateleiras com prêmios originados em coberturas em territórios sobressaltados, da Colômbia e do Haiti ao Morro do Vidigal, no Rio, e às madrugadas de São Paulo riscadas por tiros do PCC.

É da sua base na Redação de ZH, contudo, que Trezzi testemunha, reporta e interpreta a crescente conflagração que assoma à nossa volta, bem aqui, no Rio Grande do Sul. Sua missão, além de seguir brindando os leitores com reportagens sobre conflitos, é também explicar as causas, as conseqüências e os bastidores da segurança, estejam eles no campo político, social ou policial.

Registre-se, pois: no dia 7 de janeiro de 2007, ao comunicar o lançamento da coluna *Sua Segurança*, ZH se transformou no primeiro grande veículo de comunicação brasileiro a elevar a questão da segurança a patamares de atenção

editorial equivalente ao da política, da economia ou do esporte. É triste, mas necessário. (grifos meus)

O texto de Marcelo Rech é extremamente pesaroso, dramático. O leitor é levado a pensar que ele está triste, cabisbaixo, quase com lágrimas nos olhos. Algumas passagens do texto são tão significativas que merecem uma atenção à parte. O texto começa com a passagem “é com pesar que Zero Hora comunica”, passando a idéia de que o jornal não queria criar a coluna mas foi forçado pelas circunstâncias. Logo em seguida, Marcelo Rech afirma que “algo desandou no Brasil” com um pujante ar de catastrofismo. Depois, quando ele diz que “como editor responsável por manter o jornal em sintonia máxima com a realidade dos leitores”, pode se perguntar a que realidade ele se refere, se a de uma família de classe média alta moradora de um bairro nobre da cidade, com acesso a todas as necessidades e que recebe o jornal todas às manhãs na porta de sua casa ou a de um casal sem estudos e com cinco filhos moradores de uma vila em um bairro pobre no subúrbio da cidade, que briga todos os dias para ter algo para comer à noite e que dá uma olhada no jornal do dia anterior quando àquela família o jogou fora? O jornalista não responde. Mais adiante, o diretor de redação de *Zero Hora* fala que “ZH atribuiu o novo espaço editorial a um às do jornalismo forjado em conflitos”, referindo-se a Humberto Trezzi, e complementa depois afirmando que “é da sua base na Redação de ZH, contudo, que Trezzi testemunha, reporta e interpreta a crescente conflagração que assoma à nossa volta, bem aqui, no Rio Grande do Sul”. A partir disso, podemos concluir que o repórter “forjado em conflitos” irá trabalhar “na Redação de ZH”, e, de lá, irá falar sobre a segurança pública de todo o Estado. O final do texto, com o “é triste, mas necessário”, fecha com chave de ouro um dos textos mais cheios de juízos de valor sem nenhum fundamento da história moderna do jornalismo gaúcho.

A coluna propriamente dita foi publicada 8 vezes em janeiro, 12 vezes em fevereiro e 15 vezes em março. O que se vê como característica presente na quase totalidade das colunas é a ausência de opinião. O jornalista, basicamente, relata situações. Os temas dos textos são diversos: tráfico de drogas, discussões acerca da maioria penal, sistema penitenciário, relações entre a situação brasileira e de outros países, entre outros. Pode-se dizer que a coluna não acrescenta em quase nada à cobertura de segurança pública de *Zero Hora*. Chama a atenção o fato de *ZH* publicar com frequência notícias afirmando que os índices de

criminalidade caíram progressivamente no decorrer dos três primeiros meses de 2007 e, paradoxalmente, o número de colunas aumentar durante o mesmo período.

As tabelas 14, 15 e 16 mostram os dias em que foram publicadas, o título e o assunto que as colunas “Sua Segurança” trataram.

Tabela 14: Panorama da coluna “Sua Segurança” no mês de janeiro de 2007

Dias	Título	Assunto
4	O exemplo colombiano	Sobre medidas contra a criminalidade adotadas na Colômbia
9	Vassouras novas	Sobre a presença do secretário nas ações policiais
10	Arsenal clandestino	Sobre a campanha federal pelo desarmamento
11	A aliança de álcool e crimes	Sobre ao projeto de lei seca no RS
12	A guerra que não ousa dizer o nome	Sobre uma matéria publicada no NYT sobre a violência no RJ
13	A idade certa para aprender	Sobre a redução da maioridade penal
14	Em busca de uma explicação	Sobre a desigualdade social ser a razão da criminalidade
18	A fábrica de pilotos-policiais	Sobre o RS ser um dos maiores formadores de pilotos-policiais

Durante o mês de janeiro de 2007, as colunas escritas por Humberto Trezzi trataram em três oportunidades de questões relacionadas diretamente ao estado do Rio Grande do Sul. Nos outros textos, assuntos de cunho nacional, internacional e específicos de um Estado do país foram abordados pela coluna.

Tabela 15: Panorama da coluna “Sua Segurança” no mês de fevereiro de 2007

Dias	Título	Assunto
6	Cartão de visitas de Yeda	Sobre a diminuição da criminalidade no mês de janeiro
7	Esporte contra o crime	Sobre um projeto implantado no DF que envolve jovens em práticas esportivas
8	Legalização sem taxa	Sobre uma decisão judicial que desobriga uma senhora de pagar taxa por não ter recadastrado sua arma
9	Criminosos gaúchos são os terceiros no ranking	Sobre o RS ser o terceiro estado brasileiro em que ocorrem mais roubos e furtos de carros
12	Os caçadores de recompensa	Sobre pessoas especializadas em recuperar carros roubados e furtados
14	No reino das promessas não cumpridas	Sobre as propostas para endurecer o combate ao crime que não andam no Congresso
15	Ataque a causas e conseqüências	Sobre projeto do governo do Estado de criar um comitê reunindo diversas áreas para combater o crime
16	Sem liberdade e sem vergonha	Crítica ao regime semi-aberto

17	Abordagem + prisão = promoção	Sobre os planos de premiação dos policiais que mais abordarem suspeitos
19	O contraterrorismo no banco dos réus	Sobre questões internacionais
21	O presidiário que trabalha ao seu lado	Sobre presidiários que trabalham nas ruas
28	O porquê do interesse americano	Sobre investimentos norte-americanos na área de segurança pública no Brasil

No decorrer do mês de fevereiro, em cinco oportunidades “Sua Segurança” tratou de temas referentes ao Rio Grande do Sul. Nas outras sete ocasiões, a coluna abordou questões judiciais, ações de governos de outros estados, assuntos internacionais e medidas estatais pra combater a criminalidade.

Tabela 16: Panorama da coluna “Sua Segurança” no mês de março de 2007

Dias	Título	Assunto
1	O perfil do consumidor de piratas	Sobre os consumidores de produtos piratas
2	A polícia como alvo	Sobre policiais serem alvos de ações criminosas
6	Tempo de internação pode quintuplicar	Sobre projetos que tramitam no Congresso para aumentar o tempo de internação de menores infratores
7	Marca sangrenta do crime	Sobre o assassinato de um juiz no interior de São Paulo
9	Tráfico controla vila com câmeras	Sobre traficantes usarem câmeras para controlar o movimento
12	Assaltante deixa carta se desculpando	Sobre um assaltante que deixou uma carta se desculpando
14	Hora de união pelas crianças	Sobre o tráfico de meninas
16	No Rio, 11 PMs mortos em uma semana	Sobre o assassinato de policiais no RJ
20	Até submetralhadora	Sobre os assaltos a condomínios classe A em Porto Alegre
21	Hotel para preso	Sobre os regimes semi-abertos
22	Condenados querem votar	Sobre a possibilidade de condenados presos poderem votar em eleições
27	Menos tráfico, menos mortes em Alvorada	Sobre a diminuição do tráfico e a possibilidade de diminuir o número de homicídios em Alvorada
28	Tráfico nas barbas da lei	Sobre o tráfico de drogas
29	Traumas da guerra no Rio	Sobre a violência e suas conseqüências no RJ
30	Onde estão os objetos?	Sobre PMs flagrados saindo de uma vila com eletrodomésticos

No mês de março, o jornal publicou sete colunas com assuntos relacionados ao estado do Rio Grande do Sul. As outras oito, abordaram temas como pirataria, projetos tramitando no Congresso Nacional, questões relativas a estados específicos do Brasil, entre outros.

A criação da coluna “Sua Segurança” por parte de *Zero Hora* mostra a intenção do jornal em aumentar os espaços destinados à segurança pública, não importando o que será usado para que isso ocorra. O novo espaço não significa o aprofundamento nas discussões acerca das causas da criminalidade, das medidas de prevenção, dos problemas do sistema policial e penitenciário, ou seja, não problematiza a questão como seria recomendável para uma coluna de opinião. Em todas as 35 colunas publicadas, não há sequer uma crítica bem feita e embasada aos governantes ou aos órgãos governamentais. O que ocorre é que “Sua Segurança” somente aborda o que o jornal já trata em outras partes, só que de um modo diferente. O jornalista mistura textos de opinião com textos de informação, o que confunde o leitor, fazendo com que não se saiba claramente o que é um e o que é o outro. Enfim, a contribuição que o espaço dá ao debate acerca do tema não possui relevância maior do que a cobertura cotidiana que o jornal faz do assunto.

CONCLUSÃO

A escolha por realizar esta pesquisa se deu em razão, primeiramente, de uma constatação que acometeu a diversos leitores de *Zero Hora*: havia algo de diferente na cobertura de segurança pública do jornal durante aquele primeiro trimestre do ano de 2007. O tema havia se transformado no principal assunto das edições de *ZH*. A questão que existia era a seguinte: de que modo realizar esta análise sem transformar algo que poderia ser rotineiro, só que não plenamente notado, em um fato extraordinário? A solução foi comparar a cobertura deste ano com uma cobertura anterior. A escolha do ano de 2003 foi natural em razão de ter uma característica fundamental que a ligava à de 2007: foi realizada no decorrer do início de um novo governo do Estado.

Cabe ressaltar novamente que iniciamos a pesquisa sem uma hipótese prévia, não estando ela expressa nem explícita nem implicitamente no decorrer do trabalho. Não existiu a preocupação em comprovar nada. A pesquisa foi totalmente investigativa e exploratória. Diante disso, procuramos ter o maior rigor “científico” possível no sentido de apurar os dados buscando descobrir o modo como as coberturas jornalísticas foram realizadas. Destarte, chegamos às conclusões e observações que seguem.

As práticas governamentais relativas à repressão à criminalidade possuem estreita ligação com o modo como as coberturas jornalísticas de segurança são realizadas. As idéias da política de tolerância zero e de criminalização da miséria, advindas do surgimento do neoliberalismo, surgiram nos Estados Unidos, se estabeleceram naquele país a partir da década de 1980, durante o governo de Ronald Reagan, se espalharam pela Europa e pela América do Sul e foram adotadas a pleno no Brasil: dessocialização das causas da criminalidade, repressão cada vez maior dos delitos, diminuição da maioria penal, recrudescimento da “guerra às drogas”, aprisionamento em massa, entre outras. Estas idéias ganham a maior parte de seus

adeptos nas classes médias e altas. Os pobres que são vítimas das desigualdades sociais, se transformam em culpados pelos atos de “violência urbana” que causam em razão dessas desigualdades, ou seja, são culpados por serem vítimas.

A imprensa participa desse processo de geração da violência não somente como uma divulgadora. Como afirma Elizabeth Rondelli, a cobertura da mídia exerce um papel fundamental no processo gerador da violência, na medida em que produz atitudes sociais que são referenciadas nela. A criação de imaginários na população, de representações sociais sobre o crime, interage diretamente com as ações governamentais de repressão pura e simples. Destarte, o jornal não é apenas um espectador distante que olha tudo e relata para seus leitores. Ele é, sim, um personagem importante do contexto gerador da violência. Em razão disso, cabe uma discussão e análise do modo como a imprensa aborda o tema segurança pública em suas coberturas jornalísticas. Perseu Abramo, pesquisador e jornalista experiente, criou os padrões de manipulação presentes nas coberturas da imprensa buscando sistematizar práticas observadas na grande mídia brasileira. Com estes padrões, de ocultação, de fragmentação, de inversão e de indução, é possível analisar a produção jornalística de modo sistemático, sem se correr o risco de distorções na pesquisa.

A análise realizada neste trabalho, que se constitui de três partes, uma análise isolada, uma análise cruzada com números estatísticos e uma análise comparativa, foi feita em 180 edições do jornal *Zero Hora*, desse modo, temos uma observação bastante aprofundada da cobertura realizada pelo jornal.

Como decorrência lógica de tudo que foi feito ao longo deste trabalho, é possível se afirmar que a cobertura de segurança pública do jornal *Zero Hora* realizada durante os três primeiros meses do ano de 2007 foi atípica, comparando-a com as coberturas normais do jornal.

No início do ano de 2007, *Zero Hora* já mostrava aos seus leitores a importância que seria dada ao tema segurança pública. Em editorial intitulado “O ano da segurança”, na edição do dia 4 de janeiro, o jornal mostrava o quanto o tema seria destacado e dava sinais de como seria abordado no decorrer do ano.

É tão grave a questão da segurança pública no país e tão exigente a opinião pública em relação ao combate à criminalidade, que não há outra alternativa a não ser enfrentá-la logo. (...) A violência e a insegurança aparecem também em situações menos planejadas, mas não menos perigosas. Alguns crimes são especialmente cruéis, seja pela maneira como são executados, seja pelo motivo fútil que lhes dá causa. A frequência e gratuidade com que algumas pessoas matam ou são mortas, assaltam ou são assaltadas, revela que a criminalidade está prestes a fugir do controle das autoridades, além de conquistar um assustador caráter rotineiro. Assaltos a pequenos comércios, violência contra motoristas indefesos, furtos e roubos de pedestres, todos esses crimes passaram a ser vistos como uma inevitabilidade. (...) a transgressão e a agressão se transformaram em algo diário, com que os cidadãos já não se escandalizam. (...) Diante de um desafio que ultrapassa as divisas estaduais, nada mais coerente do que ações para fazer de 2007 o ano nacional da segurança.

O texto é sintomático. O jornal diz que a grave situação da segurança pública do país deve ser enfrentada logo, que a criminalidade está fugindo do controle das autoridades (como se o fato de um ato criminoso, por si só, já não ser uma ação sobre a qual o Estado não tem nenhum controle), que está assumindo um “assustador caráter rotineiro”, que a transgressão e a agressão se tornaram algo diário. O terreno para uma cobertura defensora da forte repressão, das idéias de tolerância zero, da criminalização dos pobres, do desligamento entre as causas sociais e as conseqüências criminais, da glorificação da figura do policial que mata o bandido, estava pronto.

Zero Hora, durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2007, transformou-se em um veículo de comunicação do governo estadual e da secretaria de segurança pública, tendo o então secretário de segurança, Enio Bacci, como um baluarte da defesa da ordem. O “ano da segurança” somado com 24 manchetes principais de capa em um total de 90 edições (ou seja, a cada 3,75 edições do jornal, uma trazia como manchete principal de capa a questão da segurança pública no RS), mais 13 manchetes secundárias de capa, mais 45 chamadas de capa, mais 19 matérias nas páginas 4 e 5, mais 7 colunas de opinião, mais 25 artigos e 25 editoriais, resulta em um jornal que claramente priorizou um tema para tratar durante o período e o tratou de um determinado modo.

A criação de subjetividades transparece a um estudo mais apurado da cobertura de *ZH* em 2007. O secretário de segurança do estado, Enio Bacci, é o homem que veio acabar com a criminalidade no Rio Grande do Sul, pulso firme, o defensor da sociedade “de bem”. O subcomandante da BM, Coronel Mendes, é o xerife, que está sempre na rua à caça dos meliantes. A força policial é a defensora dos valores sociais, os policiais são os heróis que se

arriscam para defender os gaúchos. As causas sociais da criminalidade não são discutidas nem apontadas, a culpa, fica subentendido, então, é do indivíduo.

Em 2003, *Zero Hora* fez uma cobertura dos assuntos relativos à segurança pública de maneira bastante normal, de acordo com o histórico de coberturas do tema feitas pelo jornal. A cobertura se concentrou nas páginas destinadas à editoria de polícia, os fatos tiveram um tratamento jornalisticamente mais correto, sendo eles destacados e não os agentes. Percebe-se uma costumeira vitimização presente nas matérias, sendo vítimas, parentes e amigos de vítimas bastante utilizados como fontes, criando um clima dramático nos textos, e um tratamento diferenciado da questão da violência ocorrida em classes sociais diversas, sendo notícias destacadas quando jovens ou pessoas de classe média são vítimas e o mesmo não ocorrendo quando estas são de classes mais baixas.

A desproporcional relação entre número de mortes ocorridas em razão de crimes no Estado e a conseqüente cobertura jornalística do jornal em 2007, comparando-se com a mesma relação em 2003, comprova que a idéia de “ano da segurança” foi colocada em prática pelo veículo. Para quem somente se informava sobre a questão em *ZH*, a sensação era de insegurança completa, de perigo real e imediato. O jornal incutiu, assim, um imaginário em seus leitores: a insegurança e a criminalidade tomam conta das ruas, apesar de os dados estatísticos não mostrarem isso.

A criação da coluna “Sua Segurança” reafirma a intenção do jornal de transformar o tema segurança pública em prioridade. Apesar de não fazer nada mais do que, geralmente, repetir o que a cobertura normal faz, a coluna significa um novo espaço para o tratamento do assunto. Espaço este que poderia ser usado para problematizar a questão, trazer opiniões diversas, questionar as instâncias governamentais, mas não o faz.

As coberturas de segurança pública realizadas por *Zero Hora* em 2003 e em 2007 se aproximam em muitos pontos e divergem em outros tantos. Poderíamos dizer que as aproximações não significam boa cobertura e que as divergências também não significam, necessariamente, cobertura ruim. O que ocorre, de fato, é que, a despeito dos diversos problemas, a cobertura de segurança realizada em 2003 se mostra consideravelmente mais compromissada com a verdade factual do que a de 2007. Enquanto aquela “briga menos com a notícia” e busca trabalhar sobre acontecimentos factuais, esta cria factóides, quase que

produzindo releases oficiais dos órgãos policiais e deixando os fatos reais em segundo plano. Enquanto aquela faz a cobertura de segurança em um local determinado, a editoria de polícia, esta distribui o assunto por todo o jornal, da primeira a última página. Enquanto aquela aborda os acontecimentos que fogem a lei e a ordem, esta cobre as ações policiais.

Não queremos aqui dizer que a cobertura de segurança feita em 2003 foi uma boa cobertura jornalística, até porque já mostramos, no decorrer da pesquisa, diversos problemas da referida cobertura. O que queremos é mostrar, comparando com uma cobertura “normal” do veículo, a maneira totalmente *sui generis* com a qual *ZH* tratou do assunto segurança pública nos três primeiros meses de 2007.

As idéias da política de tolerância zero e de criminalização da miséria estão notadamente presentes na cobertura do jornal em 2007: vitimização das classes média e alta, valorização e exaltação das ações policiais de repressão, criação de uma “guerra às drogas”, desvinculação entre as causas sociais e os atos criminosos, busca pela diminuição da maioria penal, crítica contumaz aos programas de progressão de regime carcerário, entre outros. Em 2003 também as encontramos, porém, de um modo mais discreto e não tão ostensivo. O discurso dos comandantes dos órgãos estaduais responsáveis pela segurança pública e propagadores dessas teorias não era reproduzido de modo quase que automático no jornal após eles falarem.

Analisando as duas coberturas de *Zero Hora* podemos notar também que a de 2007 se mostra bastante afinada com as idéias e intenções do governo do Estado e das autoridades responsáveis pela área de segurança pública. O que estes dizem aquela corrobora e confirma. Em 2003, apesar de, com vimos alhures, as políticas governamentais serem semelhantes às de 2007, a cobertura de *ZH* não se apresenta tão afinada com o discurso dos governantes, fazendo assim, uma cobertura mais isenta.

Observando abrangentemente as duas coberturas realizadas por *Zero Hora*, podemos dizer, sem correr riscos de se tirar conclusões precipitadas, que a realizada nos três primeiros meses do ano de 2003 conseguiu trabalhar de modo mais equilibrado, buscando dar ênfase aos fatos e não espetacularizando a violência e suas conseqüências, mesmo sem abdicar das características das coberturas do tema realizadas pelo veículo e consagradas pela prática cotidiana, como a preferência por casos onde as vítimas sejam de classes sociais mais altas e pela prática do *oficialismo*. Já em relação à cobertura feita em 2007, podemos afirmar que ela

tinha objetivos claros: criar um clima de insegurança generalizada para incentivar e justificar as ações de repressão realizadas pela polícia, amplamente noticiadas no jornal, e, assim, satisfazer os anseios da parcela da população leitora do jornal, ou seja, classes A e B. Podemos dizer também que a cobertura realizada em 2007 tinha estrita relação com a estada de Enio Bacci à frente da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS), na medida em que, a partir do momento em que este foi desligado de suas funções na SSP, a cobertura de *ZH* voltou a ser uma cobertura normal do jornal, mantendo-se, entretantes, a existência da coluna “Sua Segurança”.

Enfim, *Zero Hora* fez coberturas de segurança pública muito diversas, comparando-se os três primeiros meses de 2003 e de 2007, a despeito dos índices estatísticos não mostrarem isso e das políticas governamentais também não serem muito diferentes. Jornalisticamente falando, é notório que a cobertura realizada em 2003 foi superior à realizada em 2007. Enquanto àquela se ateuve a abordar os acontecimentos, de um modo que, podemos dizer, não foi o melhor, esta priorizou os factóides produzidos pelo governo do Estado e pela SSP. Nenhuma das duas pode constar em manuais de como se deve realizar uma boa cobertura jornalística de segurança, entretanto, sem sombra de dúvidas, a do presente ano pode constar no de rol de exemplos de como não se deve realizar uma.

É importante afirmar que este estudo trata-se de uma contribuição às análises das coberturas jornalísticas relacionadas ao tema, não possuindo, portanto, um caráter conclusivo. Pretendemos abrir, desse modo, a possibilidade de outras investigações a respeito da temática pesquisada, que visem complementar a esta e a outras pesquisas realizadas anteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BARROS, Jefferson. *Golpe Mata Jornal: Desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: Já Editores, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed., 2002.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: A escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- GALVANI, Walter. *Um Século de Poder: Os bastidores da Caldas Júnior*. 2ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- KIENTZ, Albert. *Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al (orgs). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- RÜDIGER, Francisco. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade: Fundamentos da Crítica à Indústria Cultural em Adorno*. 2ªed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- _____. *Tendências da Comunicação*. 2ªed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- SCHIRMER, Lauro. *RBS: Da Voz-do-Poste à Multimídia*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo – Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

_____. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001

Documentos eletrônicos

WACQUANT, Loïc. *Dissecando a “tolerância zero”*. Disponível em <<http://diplo.uol.com.br/2002-06,a336>> Acesso em 31 ago. 2007.

HOHLFELDT, Antonio; BUCKUP, Carolina. *O Sonho de Wainer: O projeto nacional de Última Hora*. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al260220033.htm>> Acesso em 27 ago. 2007.

Endereços eletrônicos

Grupo RBS: www.rbs.com.br

TRE – RS: www.tre-rs.gov.br

Sinpro – RS: www.sinpro-rs.org.br/extra/dez02/entrevista.asp

FEE: www.fee-tche.br

IBGE: www.ibge.gov.br

ANJ: www.anj.org.br

DEPEN: www.mj.gov.br/depen/

ANEXOS

ANEXO A – Contracapa da edição de Zero Hora do dia 15 de fevereiro de 2003



ANEXO B – Contracapa da edição de Zero Hora do dia 12 de março de 2003

MULTIMÍDIA.COM.BR

ZERO HORA

POPULO ALÉXIC, QUARTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2003



0100301 120000

Hoje em ZH

Segunda Coluna... 26 páginas
Segunda Coluna... 22 páginas
Vestibular... 8 páginas
Di Digital... 8 páginas
Total de folhas... 88 páginas

Reportagem Especial... 4 e 5
Introdução... 26 e 27
Temas... 36
Palavra de Látex... 3
Comentário Jurídico... 34
Mônica... 35
Paulo Sérgio... 35
Política... 8 e 13
Economia... 16 e 23
Emprego & Lotação... 25
Atualidade... 28 e 31
Saúde... 32 e 39
Religião... 40 e 48
Esportes... 47 e 52

Editoriais

O fortalecimento e o crescimento econômico e social do Brasil dependem do sucesso do governo, embora o Brasil não seja a priori o melhor dos mundos. A situação do Brasil não é a mesma de outros países e a situação do Brasil não é a mesma de outros países.

Página 14

Cadernos de ZH

ESTA É A ORDEM DOS SUPLEMENTOS ENCAIXADOS NESTA EDIÇÃO

Segunda Coluna

A ordem dos suplementos encaixados nesta edição é a seguinte:

Ex-tenente José Proença afirma ser um colaborador do SIS

Vestibular

Estudantes de Engenharia de 11 universidades participam de competição

Di Digital

Aprenda a usar e proteger a informação pessoal no net

Alunos de farda



No Cade Fardado, em Porto Alegre, RJ, foram 140 alunos de farda que foram para o Brasil de um acampamento. Foto: Agência de Notícias. Página 42



Assaltantes de sítios presos em Gravataí

Um homem suspeito de assaltar a farda de pelo menos cinco policiais de propriedade de um sítio preso em Gravataí, Rio Grande do Sul, foi preso em Gravataí. Foto: Agência de Notícias. Página 42

ANEXO C – Contracapa da edição de Zero Hora do dia 08 de janeiro de 2007



ANEXO D – Contracapa da edição de Zero Hora do dia 11 de janeiro de 2007



ANEXO E – Contracapa da edição de Zero Hora do dia 25 de janeiro de 2007

ZERO HORA

PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 2007

Crimes e violência
 Aprofundar Babbel, boas notícias para o cinema
 Suspensão conturbada e segurança

Cortes na BM ameaçam ofensiva contra o crime

Secretaria pede a redução da Brigada Militar contra o crime
 após o caso de posse por GBA de armas ilegais
 Distribuição por promotoria Tula Cristina Amador de

propriedade 80% de seu patrimônio em bens, o que poderia levar
 à redução de salários de 25% e aumento das penas por GBA de
 saúde, educação e meio-ambiente. **Página 42**

2.591 POLICIAIS PRENDEM 39 EM DESMANCHES



Uma operação em CBO municipal deteve 347 armas e munições em Estado, onde foram localizadas pelo menos 12 toneladas de drogas.

Secretário quer lei para inibir ferros-velhos

Contêineres deverão ser usados para alojar presos.

Página 8 e 9 e 11

MAEIRIA
 Juro cai 0,25 e vai a 17%, menor taxa da história
 Relatório de crédito do Banco do Brasil e o mercado internacional. **Página 28**

FUNCAIONÁRIOS
 Yeda anuncia salários de janeiro em dia
 Pagamento começa a ser feito para grupos de servidores do governo. **Página 8**

ESPORTES 2007
 Grêmio goleia em noite de Carlos Eduardo
 Inter repete má atuação e perde para a Ulbra
 Esportes

FALTAM 8 DIAS

7

ANEXO F – Contracapa da edição de Zero Hora do dia 27 de janeiro de 2007



ANEXO G – Entrevista com Loïc Wacquant concedida ao jornal Folha de São Paulo em maio de 2006 abordando a violência naquele Estado e no Brasil.

"Acontecerá de novo", diz sociólogo francês

SÉRGIO DÁVILA

da **Folha de S.Paulo**, em Washington

Ataques como os do fim de semana devem ocorrer de novo e só podem ser evitados se as elites políticas brasileiras e o governo do país contra-atacarem no campo social, não no criminal. Polêmica, essa é a opinião de um especialista no assunto: Loïc Wacquant, 46, professor de sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley e pesquisador do Centro de Sociologia Européia em Paris.

Francês, ganhador do prêmio da Fundação MacArthur, o "prêmio dos gênios", ele estudou no Brasil as desigualdades sociais, o sistema carcerário e o judicial, visitas que renderam livros como "As Prisões da Miséria" (Jorge Zahar, 2001), "Punir os Pobres - A Nova Gestão da Miséria nos EUA" (Freitas Bastos Editora, 2001) e "As Duas Faces do Gueto" (sai em setembro pela Boitempo Editorial).

A seguir, os principais trechos da entrevista à **Folha**:

Folha - Por que a situação em São Paulo chegou a esse ponto?

Loïc Wacquant - Porque nas últimas décadas as elites políticas brasileiras têm usado o estado penal – polícia, tribunais e sistema judiciário-- como o único instrumento não só de controle da criminalidade como de distribuição de renda e fim da pobreza urbana.

Expandir esse estado não fará nada para acabar com as causas do crime, especialmente quando o próprio governo não respeita as leis pelas quais deve zelar: a polícia de São Paulo mata mais que as polícias de todos os países da Europa juntos, e com uma quase impunidade. Os tribunais agem sabidamente com preconceito de classe e raça. E o sistema prisional é um "campo de concentração" dos muito pobres. Como você pode esperar que esse trio calamitoso ajude a estabelecer a "justiça"?

A manutenção do que chamo de estado penal só faz com que a violência institucionalizada alimente a violência criminosa e faça com que as pessoas tenham medo da polícia. Cria um vácuo que o crime organizado sabe muito bem preencher. Isso permite a eles que cresçam e sejam tão poderosos e ousados a ponto de desafiar abertamente o Estado e seu monopólio do uso da violência.

Folha - O sr. acha que os ataques acontecerão de novo?

Wacquant - Sim, pode-se prever que acontecerão de novo e de novo, pelo menos enquanto as elites políticas se recusarem a encarar de frente as desigualdades vertiginosas. Nenhuma sociedade democrática na face da Terra pode combater o crime apenas com seu aparato policial-judiciário. Quais os remédios? Os de sempre: educação, emprego, seguro para os desempregados e uma rede social para os mais pobres. O Brasil paga com violência criminal sua recusa injustificável de encarar sua desigualdade social.

Folha - Uma política de "tolerância zero", a la Rudolph Giuliani quando prefeito de Nova York, poderia ajudar a resolver o problema?

Wacquant - Seria um erro duplo. Primeiro porque a queda espetacular do crime em Nova York não teve nada a ver com a política de "tolerância zero" de Giuliani, já estava em curso quando o prefeito apareceu na cena e acontecia em outras cidades norte-americanas e mesmo canadenses, em lugares que não aplicaram tal política. Segundo porque, no Brasil, aumentar o poder da polícia equivale a restabelecer a ditadura sobre os pobres e a destruir ainda mais as bases democráticas do Estado.

Folha - E a pena de morte?

Wacquant - Nunca teve efeito definitivo em crimes violentos em nenhum país, por que haveria de ter no Brasil? Por que bandidos profissionais, que estão na indústria da violência, temeriam a morte quando eles a vêem diariamente ao redor deles, quando eles matam e são mortos rotineiramente?

Folha - O sr. esteve no Brasil algumas vezes. Teve medo?

Wacquant - Estive sete vezes na última década. Percebi uma mudança significativa ao longo desse período, com o medo da violência crescendo e se espalhando. Se as elites não se movimentarem, esse medo jogará o país em um ciclo vicioso e mortal.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121505.shtml>, acesso em 21/08/2007

ANEXO H – Entrevista com Marcelo Freixo concedida à Rede de Jornalistas Populares em fevereiro de 2006 abordando a questão do tratamento da violência por parte do Estado no Rio de Janeiro.

"Eles entram atirando"

*Por Regina Rocha e Rodrigo Otávio,
do Rio de Janeiro (RJ)*

Em entrevista à Rede de Jornalistas Populares, Marcelo Freixo (do Centro de Justiça Global) explica como a acentuação do neoliberalismo nos anos 90 agravou a exclusão e criminalização de um segmento específico da sociedade: jovens, negros e favelados.

"Eles é que botavam a lei por aqui, mas sempre achamos que só matavam vagabundos. Meu irmão dizia que só morriam os que deviam, mas ele era um trabalhador e agora está morto". O depoimento, um entre muitos presentes no último relatório da Anistia Internacional sobre policiamento de comunidades socialmente excluídas no Brasil abre o capítulo reservado ao pior massacre da história do Rio: no dia 31 de março de 2005, na Baixada Fluminense, 29 foram mortos a tiros. Entre eles, Douglas Brasil de Paula, de 14 anos, morto enquanto jogava fliperama em um bar. Elizabeth de Oliveira, que trabalhava no bar do marido e Rafael da Silva Couto, 17 anos, que andava de bicicleta.

"Eles entram atirando" é o depoimento freqüentemente repetido aos delegados da Anistia, que dá título ao relatório. Segundo o documento, sucessivos governos permitiram a institucionalização de um policiamento baseado em violações de direitos humanos e corrupção, situação que intensifica a violência e a criminalidade.

Professor de História e ex-coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo contribuiu para a elaboração do relatório. Ele é membro do Centro de Justiça Global, organização que investiga, documenta e denuncia violações aos direitos humanos.

Renajorp – No caso dos grandes centros urbanos do sudeste, no Rio mais especificamente, a questão-chave é a violência urbana. Como é a atuação do Centro de Justiça Global?

Marcelo Freixo – O Rio de Janeiro tem uma complexidade grande. E o escritório da gente é no Rio. Então, a demanda chaga com uma facilidade maior. Bate à porta, literalmente. E no Rio, em inúmeros momentos no decorrer do século XX, a principal queixa popular é a violência. Nunca deixou de ser. Agora, a violência se tornou prioridade quando começa a atingir setores que não são os setores pobres. Fundamentalmente a partir da década de 80, com o crescimento do tráfico, com a entrada da cocaína e com o crescimento do seqüestro e de outros crimes, de outro perfil de criminalidade, que começa a atingir os setores intermediários e altos da sociedade brasileira, aí a violência começou a se tornar tema de política, não exclusivamente de polícia. Mas não é que seja um problema recente. Todas as pesquisas mostram um outro lado.

Renajorp – Matéria recente do jornal O Globo, destaca aumento de ocorrência de crimes na Zona Sul, mas baseia-se em levantamento que revela índices ainda mais altos na Zona Norte ou Baixada. Não é uma forma de demandar políticas de segurança pública voltadas para apenas um segmento da população?

Marcelo – Exatamente isso. Na verdade, a gente tem debatido muito o quanto a política de segurança pública hoje não é para toda sociedade. É um reflexo direto da estrutura política da sociedade. Jamais você vai ter uma política de segurança pública justa, equilibrada, coerente,

em uma sociedade que não tem essas características. O que leva a gente hoje a estar debatendo a necessidade de uma política de segurança pública que não passe exclusivamente pela polícia.

Renajorp – Segmentos hegemônicos pressionam por políticas que vão contra os excluídos, numa forma de criminalização da pobreza?

Marcelo – Exatamente. O relatório da Justiça Global que fizemos no final de 2004 sobre política de insegurança pública no Rio de Janeiro e violência policial, virou uma peça de denúncia na OEA, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O governo brasileiro e do Rio de Janeiro foram convocados à OEA para dar satisfações. A gente trabalha com o conceito da criminalização da pobreza: o quanto essa política de segurança é elitista, conservadora, excludente. Não é uma política inclusiva, que é pensada através de ações policiais e não sociais. A favela de Acari não tem posto de saúde ou creche. Mas tem uma presença policial permanente. Essa forma de operar, não garantir a segurança à população pobre, mas entender que a população pobre é uma ameaça à concepção de segurança, é o que a gente chama de criminalização da pobreza.

Renajorp – Por exemplo?

Marcelo – O mandado de busca genérico. Uma prática atual muito forte no Rio de Janeiro. O Judiciário permite um mandado de busca para toda uma comunidade. Todas as casas, naquela região podem ser revistadas. Mecanismos exclusivamente para tratar da favela. Copiamos um trecho de um desses mandados de busca genéricos de 2002 em que se refere à favela como lixo genético. É uma concepção em que a pobreza está criminalizada. A desigualdade tem uma relação direta com o aumento da criminalidade, mas a pobreza, não. Quem que conhece minimamente favela sabe que o percentual da juventude envolvida com o crime não chega a 1%. As pessoas não imaginam isso. Existem outros instrumentos de criminalização da pobreza, como os auto de resistência. Isso se estabelece fundamentalmente na década de 90 e não é à toa. Exatamente no momento em que se consolida no Brasil um modelo neoliberal onde uma parcela da sociedade é inempregável, não serve, é sub-cidadão.

Renajorp – À medida que diminui o Estado de bem estar social aumenta o investimento no sistema prisional e em políticas de segurança repressivas.

Marcelo – Para todo Estado Mínimo - marco da década de 90 - é necessário um Estado Máximo de repressão. Isso em escala mundial. Nos Estados Unidos, por exemplo, há dois milhões de pessoas presas. O Brasil teve, de 1995 a 2003, um crescimento de população carcerária de 93%, a média mundial ficou entre 20% e 30%. Não é à toa. O perfil da população carcerária Brasileira é exatamente o mesmo perfil das pessoas que hoje são vítimas dos autos de resistência da ação policial: negros, pobres, jovens, homens, moradores de periferia, de favela, de baixa escolaridade. Ou seja, é o processo de exclusão se consolidando ou na prisão ou na morte.

Renajorp – Você vê intencionalidade nisso?

Marcelo – Só consigo entender essas lógicas através da luta de classes. Mas eu acho que é a luta de classes se aprimorando, a luta de classes tendo como elemento não só a exclusão da relação capital x trabalho, mas a exclusão da sociedade num plano absolutamente amplo onde se permitem, inclusive, as violações da integridade moral física e a própria morte.

Renajorp – A mídia entrou nesse esquema deste lado?

Marcelo – A mídia hoje tem um poder impressionante em pautar as ações do governo. Para obter uma vitória contra o governo, tem-se que utilizar a mídia como instrumento. Eu comecei

a preparar um relatório sobre a Polinter para que virasse denúncia internacional. As denúncias eram escabrosas. Procurei pessoas da mídia que disseram que corrupção e tortura não são novidades. E este é um ponto: o quanto a idéia da mídia não é a da responsabilidade sobre o que está acontecendo, mas da possibilidade de vender ou não. É uma relação absolutamente mercantil e a violência que é um tema central, que é o maior problema social do Rio de Janeiro, é uma mercadoria. Não é a lógica da responsabilidade social. É a lógica mercantil. E isso é muito grave.

Extraído de: http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/news_item.2006-02-15.0017478368 - acesso em 31/08/ 2007